



UFAM



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

SAMARA TAVARES ROCHA

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS
DE MANAUS – PROSAMIM NO PARQUE RESIDENCIAL SÃO RAIMUNDO NOS
SEUS ASPECTOS DE GARANTIA NO ACESSO À HABITAÇÃO E A GERAÇÃO DE
TRABALHO E RENDA**

MANAUS/AM

2023

SAMARA TAVARES ROCHA

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM NO PARQUE RESIDENCIAL SÃO RAIMUNDO NOS SEUS ASPECTOS DE GARANTIA NO ACESSO À HABITAÇÃO E A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Linha de Pesquisa 2: Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

ORIENTADORA: Prof.^a Dra. SANDRA HELENA DA SILVA

MANAUS/AM

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R672i Rocha, Samara Tavares
A implementação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM no Parque Residencial São Raimundo nos seus aspectos de garantia no acesso à habitação e a geração de trabalho e renda / Samara Tavares Rocha . 2023
148 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Sandra Helena da Silva
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Prosamim. 2. Habitação . 3. Trabalho. 4. Renda. I. Silva, Sandra Helena da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

SAMARA TAVARES ROCHA

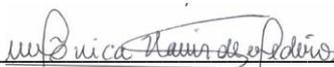
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM NO PARQUE RESIDENCIAL SÃO RAIMUNDO NOS SEUS ASPECTOS DE GARANTIA NO ACESSO À HABITAÇÃO E A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Dissertação elaborada pela mestrande Samara Tavares Rocha, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Sandra Helena da Silva, para fins de apresentação ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito obrigatório para o Exame de Defesa de Dissertação.

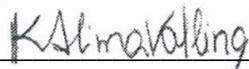
BANCA EXAMINADORA



Dra. Sandra Helena da Silva - (PPGSS/UFAM)
Presidente



Dra. Mônica Xavier de Medeiros - Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
— Membro externo



Dra. Kátia de Araújo Lima Vallina – (PPGSS/UFAM)
Membro interno

Dra. Sandra Damasceno da Rocha – (PPGSS/UFAM)
Membro externo suplente

Dra. Lucilene Ferreira de Melo
Membro interno suplente - (PPGSS/UFAM)

Manaus-AM
2023

DEDICATÓRIA

Agradeço a Deus pela oportunidade de concluir essa pesquisa e aos meus pais que foram fundamentais durante essa caminhada, além deles, agradeço aos amigos que estiveram presentes e que sempre ajudaram com palavras de incentivo e apoio.

AGRADECIMENTOS

Sou muito grata a Deus pela oportunidade de ter ingressado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Ainda mais, que o processo de seleção aconteceu durante um período extremamente difícil para todos, no período pandêmico, onde tivemos que lidar com tanta dor e com quantas perdas. A pandemia não só nos afetou psicologicamente, mas nos fez pensar sobre várias questões, e entre elas, estavam todos os objetivos que durante um tempo foram deixados para trás. Com ela, pudemos sentir o aspecto efêmero da vida e sua fragilidade, pudemos ressignificar algumas concepções e assim tomar novos caminhos. Posso dizer que passei por esse processo de mudanças, mas gostaria que essas transformações pudessem ter sido suscitadas em um contexto diferente.

Por isso, agradeço a Deus pela saúde, pela força e pela oportunidade de chegar até aqui. São muitos percalços que encontramos em nossa caminhada e no mestrado não foi diferente. Tantas incertezas surgiram, tantos momentos onde pude duvidar se realmente conseguiria alcançar o título de mestra. Estudar em uma pandemia, não é fácil, ter dedicação e foco diante de uma realidade tão cruel é quase impossível. Porém, não estive sozinha durante esses momentos, agradeço aos meus pais por darem todo o apoio, todo o suporte para que essa pesquisa fosse realizada, sem eles, realmente não teria conseguido. Também agradeço ao meu irmão Nixon e a minha cunhada Izabela por terem participado dessa caminhada, dos momentos tristes e alegres e pelos incentivos também.

Sou grata aos amigos que se fizeram presentes de alguma forma, sempre dando apoio, contribuindo, entusiasmando e não deixando desanimar. Não posso deixar de agradecer à Escarlete Raissa pelas orientações, pelas palavras amigas, por ter me direcionado e contribuído bastante para o ingresso neste mestrado, também sou muito grata à Isabelle Cristina Fragoso, por todos os dias em que estivemos juntas, desabafando, estudando, apoiando uma à outra, em todos os momentos, sendo ela uma grande amiga e uma grande parceira de mestrado. Sou grata a Ariadna Nunes Aguiar, também uma grande amiga e com quem pude contar e sou grata também a outros colegas do mestrado, pois estivemos juntos nessa trajetória e de alguma forma aprendemos, sofremos e nos alegamos também.

Também agradeço à minha tia Lúcia Carmen por ter estado à disposição e ter apoiado essa pesquisa tão relevante, também agradeço a minha tia Elizabeth Silva por ter carinhosamente agido por meio de palavras de incentivo.

Agradeço grandemente a minha orientadora Sandra Helena da Silva por toda dedicação, paciência, por todo conhecimento compartilhado, por não ter desistido de mim (risos), por ter

sido tão importante para a construção dessa pesquisa e para a sua conclusão. Sem suas orientações, não seria possível desenvolver essa pesquisa da melhor forma, não teria competência para organizar tantas questões e colocá-las no papel. Sou muito grata e espero fazer parte de outras pesquisas e outros trabalhos junto com ela.

Em muitos momentos na vida, ficamos rodeados por pessoas, mas a maioria desses momentos é onde estamos confiantes e felizes. Porém, quando parecemos solitários, com tantas dúvidas e nos sentindo incapazes, nos nossos piores momentos, são poucos que aparecem para nos entender e apoiar. Mesmo assim, tive muitos com quem contar e, por isso, sempre carreguei comigo a gratidão e foi graças a eles, graças a todas as dificuldades superadas junto com eles que foi possível construir essa pesquisa.

Espero contribuir o mais breve possível com todos que fizeram parte dessa história, foram de significativa importância, tiveram sua relevância particular e fizeram muita diferença de forma positiva na minha caminhada até aqui. Porém, é isso! Tudo que vale muito a pena exige tempo, dedicação, muita persistência e muita luta, porém um detalhe bem importante, mesmo com tudo isso, se estivermos sozinhos, a caminhada se torna cansativa e quase impossível de ser finalizada, por isso, sou extremamente grata a tudo e todos que colaboraram com a construção dessa pesquisa.

RESUMO

A dissertação intitulada “A Implementação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM no Parque Residencial São Raimundo nos seus aspectos de garantia no acesso à habitação e a geração de trabalho e renda” visa trazer uma discussão sobre a política habitacional brasileira, do Estado do Amazonas e da cidade de Manaus, além de abordar sobre a política de geração de trabalho e renda. A pesquisa tem como objetivo geral discutir o processo de implementação do PROSAMIM no Parque Residencial São Raimundo nos seus aspectos de garantia no acesso à habitação e a geração de trabalho e renda, como objetivos específicos visa historiar a política habitacional no Estado do Amazonas com destaque ao PROSAMIM; apontar as políticas do Estado do Amazonas para as áreas alagadiças e as ações do PROSAMIM no que tange a garantia de direitos à moradia; e verificar as estratégias dos moradores para a geração de trabalho e renda no Parque Residencial São Raimundo. Essa pesquisa, portanto, é de caráter quali-quantitativa, tem como método o materialismo histórico dialético e as seguintes etapas: bibliográfica, documental e de campo, ressaltando-se que ela foi submetida ao Comitê de Ética, estando em consonância com o que é estabelecido na Resolução 466/12. Os dados referentes à pesquisa de campo foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com os moradores do Parque Residencial São Raimundo que participaram dos planos e ações desenvolvidos pelo Prosamim, também foi utilizado um roteiro de perguntas como uma forma de atingir os objetivos da pesquisa. Esses dados foram tabulados e analisados para a construção do Relatório Final da Pesquisa e da Dissertação. É possível inferir que os moradores inseridos no programa e que residem nesse Parque apontam algumas problemáticas tanto estruturais quanto sociais presentes em suas realidades, também há um descontínuo desenvolvimento de projetos para os moradores naquele local, principalmente no âmbito de trabalho e renda, não há a ação de outras políticas de forma contínua que possam integrar a política habitacional e garantir outros direitos além do direito à moradia.

Palavras-Chaves: PROSAMIM, Habitação, Trabalho, Renda.

ABSTRACT

The dissertation entitled “The Implementation of the Social and Environmental Program of Igarapés de Manaus – PROSAMIM in Parque Residencial São Raimundo in its aspects of guaranteeing access to housing and the generation of work and income” aims to bring a discussion about Brazilian housing policy, from State of Amazonas and the city of Manaus, in addition to addressing the policy for generating work and income. The research's general objective is to discuss the process of implementing PROSAMIM in Parque Residencial São Raimundo in its aspects of guaranteeing access to housing and the generation of work and income. PROSAMIM; point out the policies of the State of Amazonas for the wetlands and the actions of PROSAMIM regarding the guarantee of housing rights; and to verify the residents' strategies for generating work and income in Parque Residencial São Raimundo. This research, therefore, is of a qualitative and quantitative nature, its method is dialectical historical materialism and the following stages: bibliographic, documentary and field, highlighting that it was submitted to the Ethics Committee, being in line with what is established in Resolution 466/12. The data relating to the field research were obtained through semi-structured interviews with the residents of Parque Residencial São Raimundo who participated in the plans and actions developed by Prosamim. A script of questions was also used as a way of achieving the research objectives. These data were tabulated and analyzed for the construction of the Final Research and Dissertation Report. It is possible to infer that the residents included in the program and who reside in this Park point out some structural and social problems present in their realities, there is also a discontinuous development of projects for the residents in that location, mainly in the scope of work and income, there is no action of other policies on a continuous basis that can integrate housing policy and guarantee other rights in addition to the right to housing.

Keywords: PROSAMIM, Housing, Work, Income.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Área de Intervenção e Proposta de Engenharia (definição de envoltórios)	53
Figura 2 - Linha cronológica dos mandatos do Governo do Estado do Amazonas, com indicação de fatos políticos relevantes.....	58
Figura 3 - Delimitação das 5 principais bacias hidrográficas de Manaus.....	63
Figura 4 - Mapa da cidade de Manaus com os bairros mais populosos.....	70
Figura 5 - Indicação das áreas de atuação de cada etapa do programa. PROSAMIM I, destacado em vermelho, em verde, o PROSAMIM II e em azul a área de intervenção do PROSAMIM III.....	75
Figura 6 - Planta do tipo de 6 arranjos habitacionais.....	79
Figura 7 – Bloco do tipo de 6 arranjos habitacionais.....	79
Figura 8 - Planta tipo do arranjo de 12 unidades habitacionais.....	80
Figura 9 - Bloco com 12 unidades habitacionais.....	80
Figura 10 - Concentração de palafitas junto a foz do igarapé das Cacimbas, em amarelo.....	81
Figura 11 – Parque Residencial São Raimundo, em vermelho.....	81
Figura 12 - Palafitas do Bairro São Raimundo 2009.....	82
Figura 13 - Quadra Esportiva do Parque Residencial São Raimundo.....	83
Figura 14 - Resíduos Sólidos em locais inapropriados.....	87
Figura 15 - Água proveniente dos esgotos.....	87

TABELAS

Tabela 1 - Crescimento populacional em Manaus durante os ciclos econômicos de acordo com o Censo Demográfico.....	67
Tabela 2 - Famílias atendidas e recursos aplicados por fase de implantação do PROSAMIM.....	75
Tabela 3 – Principais Setores de Informalidade de Subsistência – Brasil 3º Semestre de 2021.....	103

Tabela 4 – Trabalho realizado pelos moradores do Parque Residencial São Raimundo, participantes da pesquisa.....	104
---	-----

QUADROS

Quadro 1 – Nível de Formação dos Moradores do Parque Residencial São Raimundo.....	19
Quadro 2 - Produção Habitacional do Prosamim.....	52
Quadro 3 - Soluções aplicáveis para as famílias.....	55
Quadro 4 - Quantidade das Soluções – Prosamim III – Bacia do São Raimundo.....	57
Quadro 5 – Local da antiga moradia dos moradores entrevistados.....	71
Quadro 6 – Composição financeira dos empréstimos contratados no âmbito do PROSAMIM.....	73
Quadro 7 - Períodos em que se realizaram remoções de população afetada pelo PROSAMIM.....	74
Quadro 8 – Objetivos Específicos do Prosamim de acordo com o PDR (2021)	77
Quadro 9 - Critérios para a obtenção de dados na PNADC (IBGE) para o retrato da informalidade.....	103
Quadro 10 - Ações previstas para a recomposição de pequenos negócios.....	111

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento percentual populacional de Manaus entre os ciclos econômicos.....	67
--	----

LISTA DE SIGLAS

ADA	Águas do Amazonas S.A, Concessionária de Serviços de Água e Esgoto de Manaus
AM	Amazonas
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CNM	Confederação Nacional de Municípios
COFIEX	Comissão de Financiamentos Externos
COHAB	Programa de Cooperativas Habitacionais
COHAB'S	Companhias de Habitação
COSAMA	Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas
CPI	Comissões Parlamentares de Inquérito
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRC	Comitê de Representante da Comunidade
CRE	Comitês de Representantes das Comunidades
EIA	Estatuto de Impactos Ambientais
EAM	Estado do Amazonas
ELO	Escritório Local de Sustentabilidade e Gestão Compartilhada
EPCs	Estações de Pré-Condicionamento
EPC	Estação de Pré-Condicionamento
ETE	Estação de Tratamento de Efluente
FAR	Programa Fundo de Arrendamento Residencial
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GAL	Grupo de Apoio Local
GEA	Governo do Estado do Amazonas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MA	Maranhão
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MSU	Movimentos Sociais Urbanos

MPF	Ministério Público Federal
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONG'S	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCC	Plano de Participação Comunitária
PDR	Plano de Ações para Reposição de Moradias, Remanejamento e Inclusão Social
PDDR	Planos de Reposição de Moradias Remanejamento de Populações e Reposições de Atividades Econômicas
PDM	Plano Diretor de Manaus
PT	Partido dos Trabalhadores
PEA	Plano de Educação Ambiental
PEAS	Plano de Educação Ambiental e Sanitária
PEPAC	Projeto Executivo de Participação Comunitária
PER	Plano Específico de Remanejamento
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Polo Industrial de Manaus
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PNDA	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
PPC	Plano de Participação Comunitárias
PROMORAR	Programa de Erradicação da Sub habitação
PROSAMIM	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus
PSSA	Plano de Sustentabilidade Social e Ambiental
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RMM	Região Metropolitana de Manaus
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEINF	Secretaria de Estado de Infraestrutura
SEINFRA	Secretaria de Estado de Infraestrutura
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SGSA	Sistema de Gestão Ambiental

SHAM	Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SRMM	Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus
SSPS	Subcoordenadoria Setorial de Projetos Sociais
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUHAB	Superintendência Estadual de Habitação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UGPI	Unidade de Gerenciamento dos Igarapés de Manaus
UGPE	Unidade de Gestora de Projetos Especiais
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I: A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL - LUTAS SOCIAIS, CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA	21
1.1 DESIGUALDADES SOCIAIS E SEUS REFLEXOS SOBRE A MORADIA	21
1.2 A CONSTITUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA (1930-1988).....	26
1.3 POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL.....	37
1.4 POLÍTICA HABITACIONAL NO AMAZONAS.....	43
1.5 O PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM.....	50
CAPÍTULO II: O PROCESSO HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE MANAUS E SEUS PROJETOS DE HABITAÇÃO	59
2.1 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE MANAUS	60
2.2 PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE MANAUS EM ÁREA DE IGARAPÉS COM DESTAQUE AO PROSAMIM.....	71
2.3 PARQUE RESIDENCIAL SÃO RAIMUNDO E AS AÇÕES DO PROSAMIM III.....	78
2.4 IMPACTOS AMBIENTAIS PROVENIENTES DE PROGRAMAS HABITACIONAIS	83
CAPÍTULO III: TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA	89
3.1 TRABALHO NO SISTEMA CAPITALISTA: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, TAYLORISMO, FORDISMO.	90
3.2 TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO	92
3.3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	99
3.4 AÇÕES DE TRABALHO E RENDA – PROSAMIM III	109
I. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
II. REFERÊNCIAS	120
III. APÊNDICES	145
IV. ANEXOS	147

INTRODUÇÃO

A pesquisa ora intitulada “A Implementação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM no Parque Residencial São Raimundo nos seus aspectos de garantia no acesso à habitação e a geração de trabalho e renda tem como proposta discutir a historicidade da política pública habitacional no Brasil e mais especificamente na cidade de Manaus, com destaque ao Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM.

De acordo com a pesquisa da Fundação João Pinheiro, de 2019, o déficit habitacional em todo o Brasil foi de 5,8 milhões de moradias, havendo uma concentração de 79% em famílias de baixa renda. Em termos relativos, a região Norte apresentou um número maior em relação às outras regiões, tendo um déficit habitacional de 12,9% do estoque de domicílios particulares permanentes e improvisados. Em segundo lugar, está o nordeste com 9,2%, em terceiro o centro-oeste com 8,4%, o sudeste com 7,2% e o sul com 5,6%.

Em Manaus, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada no jornal local (G1-AM) em 2020, das 653. 618 mil moradias em Manaus, mais da metade, o que representa 53,3%, são consideradas aglomerados subnormais que correspondem às áreas de difícil acesso à saneamento básico e serviços essenciais. No Estado do Amazonas, ainda de acordo com esses dados levantados pelo IBGE, mais de 393,995 mil moradias são aglomerados subnormais, situação que coloca esse Estado em quinto lugar em números absolutos comparado às outras unidades da federação.

Essa situação se remete também ao fato de que a política habitacional no Brasil foi conduzida pelo Estado Brasileiro de forma controversa e sem responder diretamente ao seu fim que é garantir o direito à moradia a quem dela precisar. Entre as principais ações das políticas habitacionais, tem-se o BNH e o Minha Casa, Minha Vida, com vistas ao atendimento da demanda por habitação, para aquelas pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social.

No atual cenário brasileiro às condições habitacionais são consideradas por Marguti (2018) como um problema social e econômico não superado, tendo um grande impacto na configuração urbana resultante das novas oportunidades habitacionais promovidas pelo poder público e privado, além das pressões ocasionadas no âmbito fundiário e ambiental consequentes das alternativas tomadas pela população de baixa renda para a produção de moradias.

Programas de âmbito nacional como ‘Minha Casa, Minha Vida’ ou de âmbito estadual como o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM são alguns

exemplos de estratégias tomadas pelo poder público para amenizar o problema de moradia no âmbito nacional e estadual brasileiro. Entretanto, Santos aponta que (2009) a cidadania e o direito à moradia não foram atingidos pela política habitacional brasileira, alcançando a esfera urbana e o mercado imobiliário. O impacto gerado por esta problemática habitacional no cotidiano dos sujeitos, impulsionou esses mesmos sujeitos a resistir à situação de miséria e a lutar para conquistar o acesso ao espaço urbano.

Quando propomos pesquisar tal tema é com intuito de discutir os direitos sociais da população de baixa renda e seu acesso às políticas públicas habitacionais brasileiras que tem em seu bojo transformações sociais, históricas e políticas, resultantes das lutas de classes e resistências dos movimentos sociais em prol da moradia.

A pesquisa tem como objetivo geral discutir o processo de implementação do PROSAMIM no Parque Residencial São Raimundo nos seus aspectos de garantia no acesso à habitação e a geração de trabalho e renda. Os objetivos específicos tratam de historiar a política habitacional no Estado do Amazonas com destaque ao PROSAMIM; apontar as políticas do Estado do Amazonas para as áreas alagadiças; e as ações do PROSAMIM no que tange a garantia de direitos à moradia; e verificar as estratégias dos moradores para a geração de trabalho e renda no Parque Residencial São Raimundo.

Essa pesquisa é de caráter quali-quantitativa, pois conforme defende Minayo e Sanches (1993), o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa, como afirma Gatti (2002), não estando dissociadas. Ao considerar o caráter multifacetado da realidade, conforme Souza e Kerbauy (2017), não é superficial afirmar que a obtenção de dados por meio de métodos diferentes possa agregar na compreensão das várias faces da realidade, não sendo uma mais científica que a outra, possuindo naturezas diferentes e estando inter-relacionadas.

Tem como método o materialismo histórico dialético, que segundo Yazbek (2019), considera a teoria de Marx como uma matriz teórico metodológica, que apreende o ser social a partir de determinações e mediações, não sendo possível perceber sua natureza relacional por meio de sua imediaticidade. Ainda de acordo com esta autora, esta teoria trata de um conhecimento que não é manipulador e que é capaz de apreender a realidade dialeticamente em seu movimento contraditório de onde advém as relações sociais em sua totalidade, compondo a sociedade capitalista.

A utilização desse método propiciará a apreensão da realidade além do aparente e suas contrariedades, possibilitando a construção de uma concepção mais crítica diante do que se pretende pesquisar. O caráter crítico e transformador poderá estar inserido em todas as etapas

da pesquisa o que poderá contribuir com uma análise mais precisa diante dos resultados alcançados, e assim as formas de enfrentamento destes poderão se dar de forma mais articulada, e condizente com a realidade estudada.

A pesquisa seguiu três etapas inter-relacionadas: bibliográfica, documental e de campo, ressalta-se a submissão ao Comitê de Ética, e a aprovação do projeto, estando, portanto, em consonância com o estabelecido na Resolução 466/12.

Para Mioto (2007) a pesquisa bibliográfica é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo e, dessa forma, contribui com os elementos que subsidiam a análise futura dos dados alcançados, sendo um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico. Para esta etapa foram utilizados livros e publicações científicas, tendo como foco, discussões no âmbito das políticas habitacionais, sobre o direito à moradia, sobre as lutas e desigualdades presentes neste contexto, sobre o âmbito do trabalho e geração de renda.

A pesquisa documental é para Oliveira (2007) recorrer a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, utiliza fontes primárias, que são dados originais, nos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, sendo o pesquisador a fazer essa análise. Para responder aos objetivos desta pesquisa, foram utilizados documentos como o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) de 2021 e o Plano de Reassentamento - (PDR) de 2021 disponibilizados no portal da UGPE, além do Plano Específico de Reassentamento – PER 3 – 2ª Revisão de 2017, o Plano de Gestão Ambiental e Social de 2015 e o Plano de Sustentabilidade Socioambiental (PSSA) de 2012 disponibilizados pela UGPE. Conforme solicitação de informações por meio de Ofício enviado a esta unidade relativos a documentos e relatórios com informações sobre o Parque Residencial São Raimundo em relação ao número total de moradores, às condições socioeconômicas, idade, sexo, quantas pessoas receberam ressarcimento e qual a média do valor. O ofício foi respondido pela UGPE, contudo, nem todas informações foram encontradas e obtidas de forma completa nos documentos recebidos. Outros relatórios e documentos utilizados nesta pesquisa em relação ao PROSAMIM foram obtidos por meio de buscas realizadas em outros sites desvinculados dos portais do governo do Estado como o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA 2004, disponibilizado no portal de leitura pt.scribd.com.

Durante a pesquisa de campo, os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com os moradores do Parque Residencial São Raimundo que participam dos planos e ações desenvolvidos pelo Prosamim, também foi utilizado um roteiro de perguntas

como uma forma de atingir os objetivos da pesquisa. A quantidade de moradores participantes da pesquisa equivale a treze, de um universo de mil e oitenta moradores aproximadamente, conforme informações da UGPE (2023), atendendo ao critério de residirem neste local e participarem das ações desenvolvidas pelo programa. Além dos moradores, também foi possível obter informações por meio da assistente social que faz parte da gestão social da UGPE.

Dos treze entrevistados, (6) possuíam o ensino fundamental incompleto, sendo este o maior índice e apenas (2) com ensino superior. No quadro abaixo, podemos ver esses dados sobre o nível de escolaridade dos moradores participantes da pesquisa.

Quadro 1 – Nível de Formação dos Moradores do Parque Residencial São Raimundo

Formação	Quantidade	%
Ensino Fundamental Completo	1	7,7
Ensino Fundamental Incompleto	6	46,1
Ensino Médio Completo	2	15,4
Ensino Médio Incompleto	0	0
Ensino Superior	2	15,4
Nenhuma resposta	2	15,4
Total	13	100%

Fonte: Rocha (2023)

As informações obtidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD sobre a educação no Brasil no 2º trimestre de 2022 mostraram que a educação básica obrigatória foi concluída por 53,2% das pessoas com 25 anos ou mais de idade, o que significa que possuíam no mínimo o ensino médio completo em 2022. Em relação ao nível superior completo, o percentual das pessoas da mesma faixa etária era de 19,2% nesse mesmo ano. A taxa daqueles que não concluíram a educação básica é de: (6%) não tinham instrução, (28%) possuíam o ensino fundamental incompleto, (7,8%) tinham o ensino fundamental completo e (5%) tinham o ensino médio incompleto.

Com base na pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no 1º trimestre de 2023, em relação à escolaridade no país, a maior taxa apurada de desocupação foi de (15,2%) entre as pessoas com ensino médio incompleto, esta taxa cai para as pessoas com ensino superior completo (4,5%), para o superior incompleto é de (9,2%), para os sem instrução a taxa foi de (6,7%), fundamental incompleto (8,7) e fundamental completo (10,1%) e ensino médio completo (9,9%). Em síntese os dados indicam que (8) participantes

da pesquisa possuem idade entre 25 a 45 anos, trabalham na informalidade (6) e têm ensino fundamental incompleto (6).

Essa dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo trata da questão habitacional no âmbito brasileiro e no Amazonas, sobre as desigualdades sociais, as lutas de classes em prol do acesso a esse direito. O capítulo é discutido a partir de autores como: Santos e Araújo (2011), Ferreira et al (2011), Iamamoto (2001), Netto (2001), Cunha (2020), Castells (2000), Pereira (2012) e outros.

O segundo capítulo, traz a discussão sobre as políticas habitacionais do Amazonas para as áreas alagadiças, destacando o Prosamim, seus planos e ações. Neste capítulo, tem-se como fundamentação teórica: Braga (2016), Filho e Alves (2022), Grobe (2014), Souza (2016), Heimbecker (2015), Ianni (2019), Gregório (2019) e outros.

O terceiro capítulo salienta sobre trabalho e geração de renda e sobre as condições dos moradores do Parque Residencial São Raimundo a partir da inserção no programa Prosamim. Autores como Lameiras et al (2023), Matsuo (2009), Nogueira e Carvalho (2021), Costa (2010), Torres et al (2018), Dias (2006), Marx (2018) e outros, são a base teórica deste capítulo.

CAPÍTULO I: A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL - LUTAS SOCIAIS, CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

O déficit habitacional é uma questão resultante de vários processos históricos que tiveram como fator relevante e impulsionador o modo de produção capitalista nos seus aspectos dinâmicos, transformadores e mobilizadores dos ciclos para a composição da força de trabalho nas indústrias. Com o desenvolvimento do capitalismo, é possível identificar inúmeras mudanças que ocorreram na sociedade e uma dessas mudanças refere-se ao crescimento populacional em várias capitais e Manaus está entre elas com a criação do Parque Industrial Zona Franca de Manaus.

O crescimento urbano também faz parte da lógica que permeia o sistema, pois para se desenvolver e criar as condições favoráveis, foi preciso criar um espaço condizente com os ideais de progresso, ordem, crescimento atrelado a indústria e a geração de lucro. Tal dinâmica de progresso foram bem impactantes e visíveis durante o período da Revolução Industrial no século XVIII, em que as fábricas se instalaram nas cidades, dominando todas as outras áreas pertencentes a vida do indivíduo. Os proprietários do capital residiam nas melhores localidades das cidades, enquanto que a maior parte da população, vivia em cortiços, lugares insalubres, sob condições sub-humanas.

Os direitos sociais, naquele período, século XVIII, eram inexistentes. A partir das lutas provenientes da classe proletária logo após a Revolução Industrial que os direitos começaram a tomar forma e foram se constituindo no processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas, regidos pelo próprio movimento das lutas de classes.

A proposta deste capítulo é historiar sobre a política habitacional brasileira e no Estado do Amazonas, destacando o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), indicando de que forma essas políticas foram construídas tanto social quanto historicamente, retratando sobre as desigualdades sociais e seus reflexos na moradia. Este capítulo está dividido em 5 subitens: 1.1 Desigualdades sociais e seus reflexos sobre a moradia; 1.2 A Constituição das Políticas Públicas na Sociedade Brasileira; 1.3 Políticas Habitacionais no Brasil; 1.4 Política Habitacional no Amazonas e 1.5 O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM.

1.1 DESIGUALDADES SOCIAIS E SEUS REFLEXOS SOBRE A MORADIA

Discutir a temática habitacional perpassa por uma discussão mais ampliada sobre os processos de constituição de direitos à moradia, diante uma sociedade forjada por uma lógica

produtiva de exploração, apropriação da força de trabalho e promotoras de desigualdades sociais extremas, que afetam diretamente o morar e sobreviver das famílias brasileiras.

A problemática habitacional tem sua gênese na Europa durante a Revolução Industrial. Revolução esta impulsionada pelo crescimento do capitalismo, por meio do desenvolvimento das indústrias, ampliação do desenvolvimento de técnicas e tecnologias que impactaram técnica e instrumentalmente, não só os meios de produção, mas criou-se mecanismos para manter sobre controle a força de trabalho, assim como a dinâmica de produção e reprodução do capital. Santos e Araújo (2011) argumentam o quanto a Revolução Industrial gerou mudanças sem precedentes no processo sócio histórico de constituição das sociedades humanas, com impactos mais severos na vida social e no modo de vida da população no mundo.

Com o desenvolvimento da industrialização nos centros urbanos, houve uma forte concentração da população nessas áreas. A população que foi expropriada dos meios de produção nas áreas rurais, foi recebida nas cidades, tendo que se submeter aos interesses dos capitalistas, levando uma vida em meio à fome, as epidemias, a falta de moradias dignas, sujeitando a viver nos cortiços, sem as mínimas condições de vida.

A desigualdade social era refletida pelas cidades industriais, sendo uma parte da cidade destinada aos beneficiários da Revolução Industrial e outra destinada aos trabalhadores ativos e desempregados, foi nessa dinâmica que as cidades industriais foram se estruturando espacialmente, salientam Santos e Araújo (2011).

As aglomerações humanas, constituídas por trabalhadores e trabalhadoras nos centros industriais, estavam sujeitas às mais diversas mazelas e total ausência de mecanismos para limpeza urbana. A classe trabalhadora tendo unicamente sua força de trabalho para venda, sujeitava-se às insalubres condições oferecidas pelo dono do capital. Para Ferreira et al (2011, p.43) “O fruto do processo de urbanização é evidenciado com a influência e vontades que a classe dominante exerce sobre a classe proletariada.”

Ferreira et al (2011) salienta que é perceptível a ausência do Estado diante das situações precárias em que viviam os trabalhadores, com um índice elevado de mortalidade, de doenças e de outras condições sub-humanas. As necessidades básicas e primárias da classe trabalhadora não eram garantidas pelo Estado.

Para esses autores, nesse contexto, a moradia se torna o cerne da questão e do problema social. Tanto ela quanto a situação precária dos trabalhadores aparecem nos números e indicadores, computados no século XIX. Naquele período em Nova York a preocupação estava centrada em torno de novas moradias e formas de produção, visto que a cidade estava a todo vapor no movimento de crescimento da industrialização e estava sujeita aos efeitos sociais deste

crescimento desigual, a exemplo da aglomeração, pobreza, miséria, crime, corrupção e outras variáveis, resultantes da exploração da classe trabalhadora.

Para Yamamoto (2001), a expressão ampliada das desigualdades sociais, refletida no conceito de questão social, é apreendida enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas. O conceito de questão social, conforme Yamamoto (2003, p. 27) é o “conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva”. É de forma cada vez mais ampla no âmbito social que o trabalho se apresenta, e é de maneira privada que a apropriação dos seus frutos vai se mantendo e é monopolizada por parte da sociedade.

Para Yazbek (2001), pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade como gênero, etnia, procedência e outros, sendo relações vigentes na sociedade. É no plano social, político, econômico, cultural, em que a desigualdade se produz e reproduz, tendo sua origem nos produtos dessas relações. Quando esta autora fala sobre subalternidade, ela se refere à falta de protagonismo, de poder, o que expressa a dominação e a exploração.

De acordo com Netto (2001), nas sociedades anteriores à ordem burguesa, nem o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas podia suprimir uma escassez que resultava nas desigualdades, nas privações e etc. Na ordem burguesa constituída, essas desigualdades são oriundas de uma escassez produzida socialmente, sendo essa escassez o resultado da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação).

Ao trazer a discussão sobre a desigualdade social para o Brasil, Barros, Henrique e Mendonça (2000) destacam como o país não pode ser considerado um país pobre, mesmo com um enorme contingente de sua população abaixo da linha de pobreza. Para os autores, a situação de pobreza que vive a população não está relacionada com a escassez de recursos, mas sim com as esferas políticas, sociais e econômicas.

Para Cunha (2020), o capitalismo é considerado o principal responsável pela desigualdade e concentração de riqueza, sendo o objetivo desse sistema a geração de lucros por meio da produção de bens e serviços, porém esse lucro é reinvestido na produção e acumulação de capital, denominado taxa de retorno, o lucro recuperado de um investimento é expresso em porcentagem. Quando a taxa de crescimento da economia não acompanha o crescimento da taxa de retorno das empresas, acontece o desequilíbrio, nessas circunstâncias, a riqueza se

concentra na mão de poucos, quando os interesses individuais são colocados na frente dos interesses coletivos.

Neste aspecto revela-se que o Brasil foi apontado no último Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos países com maior concentração de renda do mundo e com baixos índices de desenvolvimento humano. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) atingiu 0,761, sendo uma posição desfavorável se comparado a outros países do continente, (CUNHA, 2020, p. 2).

De acordo com o Relatório Mundial da Desigualdade de 2022, os 10% mais ricos detêm 76% da riqueza e 52% da renda e apenas 2% da riqueza fica com a metade da população mundial e 8,5% da renda. Conforme Menezes e Kraychete (2022), a disputa incessante da riqueza e do poder marca a trajetória das desigualdades dentro das nações e entre as nações.

Para Barros, Henrique e Mendonça (2000), uma enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza têm sido comprovados nas últimas décadas no Brasil. Sendo um país desigual, cujo desafio histórico é o enfrentamento de uma herança de injustiça social que resulta na exclusão de grande parte da sua população do acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania.

É por meio do IDH (índice de Desenvolvimento Humano) e por meio do “Coeficiente de Gini” que é possível acompanhar a qualidade de vida das populações e mensurar o desenvolvimento humano. Por meio desse “Coeficiente de Gini” é possível mensurar o nível de desigualdade dos países segundo renda, pobreza e educação, segundo Cunha (2020).

De acordo com Amorim e Madeiro (2020), no Relatório Mundial sobre índices de qualidade de vida, o Brasil ocupou a 8ª posição como pior país em desigualdade de renda, ficando atrás apenas das nações africanas. Esse índice se refere aos dados obtidos em 2019, não constando os impactos causados pela pandemia do novo coronavírus sobre os países. Apesar dessa posição, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Brasil é de 0,765, um índice considerado alto, pois quanto mais perto do 1, mais alto é considerado. O IDH como ressaltam Amorim e Madeiro (2020) mede o progresso dos países em saúde, educação e renda, fazendo parte também desse índice fatores como expectativa de vida, anos de escolaridade e o PIB – Produto Interno Bruto per capita, que se refere a riqueza produzida por um país, dividindo-se pelo seu número de habitantes.

Porém, como ressalta Cunha (2020), a mensuração do déficit habitacional não é considerada um componente relevante de avaliação da desigualdade social. Contudo, a habitação é uma variável importante na implementação e avaliação de políticas públicas.

Quando mensuramos a quantidade de pessoas que não tem moradia ou que habitam em moradias precárias (submoradia), estamos, conseqüentemente, avaliando a falta de infraestrutura básica, educação, saúde, segurança, emprego e renda, enfim, um conjunto de fatores que retrata muito bem a desigualdade social e que estão relacionados diretamente ao déficit habitacional. (CUNHA, 2020, p.60)

Para Cunha (2020), ao se verificar o déficit habitacional no Brasil, nota-se uma ineficiência na política habitacional que é explicada por meio da concentração de renda, questão esta que não será combatida por uma política pública, pois o cerne de seu problema não está apenas na falta de habitações.

O déficit habitacional, para Prado (2021), não é apenas uma questão que abrange a falta de moradias, mas também se refere a moradias em situações precárias como: casas improvisadas, pequenas, a exemplo dos cortiços e os valores excessivos de aluguéis. No estudo realizado pela Fundação João Pinheiro, de 2019, há o somatório de cinco subcomponentes que equivale a domicílios rústicos, havendo um total de 696.489, neste total são incluídos aqueles em que há a construção não-convencionais de paredes, ou seja, de madeira, teto de palha, chão de terra batida e outros.

Este autor também salienta sobre os domicílios improvisados, totalizando 785.736, considerado um espaço adaptado pela família para servir de moradia, em que não é possível a distinção entre os cômodos ou como individualizar espaços, também não há o acesso a serviços básicos como abastecimento de água, energia elétrica, saneamento ou coleta de lixo, o que configura uma situação extrema de vulnerabilidade. O espaço nessas realidades é adaptado às necessidades das pessoas ou famílias, podendo estar localizadas em áreas privadas como prédios ou casas abandonadas ou em construções, acampamentos em áreas rurais ou em áreas públicas, como exemplo, barracas e tendas.

Outros subcomponentes que entram nesse somatório são as unidades domésticas conviventes que somam 1.216.407, tratando-se de famílias que vivem em um domicílio, sendo denominadas de “famílias conviventes” pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Outro subcomponente são os domicílios identificados com ônus excessivo de aluguel urbano que equivalem a 3.035.739, correspondendo a uma parcela da sociedade que vive em moradias a custo de aluguéis que atingem mais de 30% da renda familiar. Esta categoria em 2016 apresentava 2,814 milhões e em 2019 passou para 3,035 milhões, respondendo por 52% do total do indicador.

Para concluir esta nota introdutória sobre a desigualdade e sua relação com a questão habitacional, Oliveira (2014) indica duas perspectivas em que este tema tem sido tratado na

sociedade moderna. A primeira condiz a ideia de igualdade absoluta referente a igualdade total na situação econômica dos indivíduos e a segunda sobre a igualdade relativa que se refere a igualdade de oportunidades a todas as pessoas da sociedade. A igualdade absoluta é considerada irrealizável, vista como uma utopia, se caracterizando por meio da disputa entre os indivíduos e a insatisfação desses em acumular bens, dinheiro, poder, riqueza. A conquista de mais direitos, refletidas por meio de políticas públicas de distribuição de renda, promovendo a equidade social, como algo conquistado por grupos sociais menos favorecidos é algo que configura o alcance da igualdade relativa, que diferente da primeira, é considerada possível.

É dentro desta lógica da constituição de acessos aos direitos e também a implementação de políticas públicas, como as habitacionais que passamos para as políticas públicas na sociedade brasileira e seus reflexos na questão habitacional.

1.2 A CONSTITUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA (1930-1988)

Souza (2006) salienta que não existe uma única definição sobre o que seja Política Pública, mas destaca que mesmo as teorias mais minimalistas direcionam o nosso olhar para o *locus* onde acontecem os embates de interesses, preferências e ideias, se referindo este autor aos governos. Para Derani (2015), a definição de política pública consiste num conjunto de ações coordenadas pelos entes estatais, sendo realizadas por eles em grande parte, e tem como propósito alterar as relações sociais existentes. É por meio da norma jurídica que ela surge e se cristaliza como prática estatal, sendo assim:

Políticas Públicas são concretizações específicas de normas políticas, focadas em determinados objetivos concretos. A norma política é o início de uma política porque ela já anunciará o quê, como e para quê fazer. Política Pública usa de instrumentos jurídicos para finalidades políticas, isto é, toma os preceitos normativos para a realização de ações voltadas àqueles objetivos reconhecidos que se reconhecem como necessários para a construção do bem-estar. (DERANI, 2005, p. 23)

Continua a autora, o surgimento da Política Pública acontece a partir de uma construção normativa, tem como base o direito no seu aspecto estrutural, e se desdobra em três momentos no interior do Estado. O primeiro momento envolve a decisão estatal que acontece pelos agentes públicos no interior do Estado com maior ou menor participação social, estando circunscritos à atribuição constitucional e normativa de maneira geral, seu conteúdo e seus agentes.

O segundo momento envolve a alteração institucional que acontece no interior da administração, havendo uma mudança estrutural ou organizacional, tendo como exemplo e

como consequência da política de desestatização do Estado a criação das Agências, situação que faz com que novos atores privados pelo processo licitatório sejam trazidos, o que atribui a servidores públicos novas obrigações.

O terceiro e último momento remetem-se às ações públicas propriamente ditas, que envolve a construção e a realização de ações. Os princípios normativos que envolvem a ética diante do que deve ou não ser colocado na Constituição de maneira heterogênea se definem como os valores norteadores das políticas públicas, podendo ser finalidades, parâmetros, diretrizes e instrumentos.

Para a institucionalização das Políticas Públicas, esses princípios são indispensáveis, tanto nas questões que envolvem a indicação dos fins a serem alcançados quanto pela definição dos parâmetros da atividade política, sendo estes normatizados inicialmente pela Constituição.

Conforme Derani (2015) o marco do Estado Moderno é fundamental para a compreensão da política pública, pois a sociedade outorga um poder de mando para o Estado, visando a previsibilidade no âmbito da representação política por meio da legalidade, buscando assegurar que essas ações de poder e de mando assegurem essa previsibilidade. As políticas públicas surgem nesse contexto de ações, e políticas que partem, desenvolvem-se por meio da lei, sendo exigidas e reguladas por meio dela.

Melazzo (2010) sobre as políticas públicas chama a atenção para um aspecto que vai além do Estado, não sendo esse o único e inevitável centro possível do debate, mas considera as políticas públicas como um espaço de lutas que busca a construção de direitos. Essa concepção incorpora o caráter conflitante de grupos de interesses que compõem a dinâmica de uma sociedade marcada por lutas de classes, abrangendo também as lutas segmentadas, relativas aos elementos definidores de identidades e interesses na sociedade.

Entre as diversas lutas sociais dos grupos organizados está o direito à moradia. As lutas por moradia foram bem intensificadas, segundo Muniz e Mendonça (2020), durante a década de 1970, período em que houve o surgimento ou ressurgimento de um grande número de movimentos populares no Brasil e em outros países da América do Latina.

As tensões urbanas existentes nesse período, como ressaltam Muniz e Mendonça (2020), foram provenientes de salários reduzidos, da falta de uma infraestrutura urbana e da falta da existência de uma estabilidade no âmbito político, econômico e social. Diante desse cenário, houve a reorganização de sindicatos, dos partidos políticos e dos movimentos sociais, ressurgindo também a vida associativa e emergindo as lutas urbanas e sociais, tendo como protagonistas novos atores que contavam com o apoio de agentes externos como profissionais, entidades, igrejas e políticos. Já na década de 1980, houve as ocupações coletivas de terras em

várias regiões do país, caracterizadas de forma organizada ou não e diante da decadência do regime militar e desse cenário, foi possível refletir sobre a precariedade urbana e habitacional do país.

De acordo com Tatagiba e Teixeira (2016), as contradições inerentes à modernidade, a crise social e a política, causam o surgimento dos movimentos sociais de caráter sócio territorial, a mobilização popular, a opinião pública, e as transformações resultantes destas mobilizações são estruturadas a partir do Estatuto da Cidade.

A construção e consolidação de políticas públicas afirmativas, justas e democráticas, além dos Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), fundado em 1997, que lutam pela reforma urbana no Brasil tem os seus aspectos relevantes na questão de evidenciar as contradições existentes no espaço urbano brasileiro e, propiciarem a elaboração de políticas de democratização do direito à cidade.

Castells (2000) considera que os movimentos sociais urbanos se constituem por práticas articuladas entre a conjuntura de agentes urbanos e de outras práticas sociais. Os Movimentos Sociais Urbanos (MSU) por meio de suas lutas são capazes de transformar o espaço urbano de forma democrática, movimentos estes que se originam das próprias contradições existentes na sociedade, em que são fundamentais para a construção de políticas públicas que possam refletir seus direitos e interesses.

Estevão e Ferreira (2018) consideram as políticas públicas como instrumentos para efetivar os direitos do cidadão, fazendo a intermediação do pacto entre o Estado e a sociedade. Porém, segundo eles, não existe a certeza quanto a efetivação dos direitos sociais, pois isso depende da maior ou menor representatividade que cada segmento representado possui, o caráter e operacionalização das políticas públicas podem ser interferidos pelas elites quando estas utilizam estratégias para ganhar poderes.

Os vários interesses, muitas vezes, divergentes que existem entre os diversos segmentos, para que aconteça a efetivação dos direitos sociais acaba por comprometer os objetivos das políticas públicas, pois é preciso que elas se destinem a um determinado público em questão, que não tem seus direitos garantidos. Nesse aspecto, os defensores dos direitos sociais devem integrar diversos espaços coletivos, de acordo com os conceitos gramscianos da sociedade política (Estado) e dos movimentos sociais (sociedade civil) para que possam defender os interesses das classes trabalhadoras.

Para Estevão e Ferreira (2018) é fundamental a participação de representantes da sociedade civil organizada, como ONGs, e movimentos sociais para impedir que os interesses das classes dominantes impostos por meio das práticas sociais estejam em conformidade com

as políticas públicas. Essa participação dos atores locais torna-se relevante no processo de elaboração e operacionalização das políticas públicas, justamente para evitar que as políticas públicas sejam executadas apenas em função do interesse de grupos dominantes.

A sociedade civil organizada faz toda a diferença nesses processos, pois além de mostrar a sua força, também é capaz de sinalizar todas as fragilidades existentes na construção de uma política pública que não tem a finalidade de resolver determinada questão ou de reconhecer os interesses dos grupos que se encontram desprovidos de direitos considerados fundamentais.

As demandas referentes às problemáticas existentes na sociedade de certa forma são sentidas e sofridas por ela, então a participação desta nos processos decisórios quanto a formulação de políticas públicas é algo fundamental, pois assim, deve propiciar um direcionamento mais coerente e condizente com as questões que se apresentam para que se possa enfrentá-las por meio de políticas atreladas à garantia de direitos.

Souza (2006) e Melazzo (2010) também trazem uma tipologia sobre política pública provavelmente considerada mais conhecida que é a de Theodor Lowi (1964;1972) construída por meio de uma máxima que diz que a política pública faz a política, referindo-se sobre as diferentes formas de apoio e de rejeição que cada política pública vai encontrar, e como disputas em torno de sua decisão são encontradas em arenas diferenciadas. A política pública pode assumir quatro formatos: o primeiro o de políticas distributivas; o segundo de políticas regulatórias; o terceiro é o das políticas redistributivas; e o último formato é o das políticas constitutivas.

No formato de políticas distributivas, elas têm como características a geração de impactos mais individuais do que universais, são desconsideradas as questões dos recursos limitados durante o processo de tomada de decisão pelo governo, situação que privilegia certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo, conforme afirma Souza (2006). No segundo formato de políticas regulatórias, são mais visíveis ao público, compõem-se de burocracia, políticos e grupos de interesses.

As políticas sociais universais que envolvem o maior número de pessoas, impondo perdas concretas dentro de um curto prazo para certos grupos sociais e ganhos incertos e futuro para outros, tendo como exemplo, o sistema tributário e previdenciário. Estas são consideradas mais difíceis de se encaminhar, definem-se no formato de políticas redistributivas. O último formado envolve as políticas constitutivas responsáveis em lidar com procedimentos, gerando todas essas políticas em seus diferentes formatos, pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, sendo seus processos diferenciados também no sistema político.

As políticas sociais tornam-se notórias a partir do século XIX, de acordo com Netto (2010), dando respostas para à classe trabalhadora:

É a partir do séc. XIX que o Estado capitalista passa a tomar as políticas sociais como uma das medidas na esfera social de forma mais ampla. O estágio de austeridade e barbárie que vem se configurando o capitalismo foi se tornando insuportável e como forma de enfrentamento das tensões geradas e fomentadas a partir da tensão capital x trabalho, as políticas sociais tiveram/têm um caráter central para respostas à classe trabalhadora. “Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas ações sócio-políticas (precisamente o que se designa por “questão social”) está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos”. (PAULO NETTO, 2010, p. 8).

Conforme Lemos e Faceira (2015), a política de ação é visada pela política social, tendo como finalidades o atendimento das necessidades sociais por meio de um esforço organizado, ultrapassando a iniciativa privada, individual e espontânea, na qual solicita uma decisão coletiva orientada conforme princípios de justiça social que devem ser amparados por leis que possam efetivar direitos.

Ainda, de acordo com esses autores, as forças e os sujeitos sociais ao serem contemplados faz com que a política social se configure como política pública, sendo ambas *policies*, políticas de ação, integrando a área de conhecimento denominada de *policy Science*. Seu surgimento nos Estados Unidos e na Europa durante o Segundo Pós-Guerra foi proveniente do entendimento sobre a dinâmica das relações entre governos e cidadãos, propiciando também o questionamento quanto à natureza da sociedade, o papel do Estado e aos direitos e responsabilidades dos cidadãos e dos governos.

De acordo com Senne (2019), a política social surge a partir do século XIX por meio das mobilizações operárias e dos movimentos populares. As consequências resultantes da Revolução Industrial na Inglaterra do século XVIII ao XIX como a urbanização exacerbada, o crescimento da taxa de natalidade, por exemplo, é responsável pelos movimentos e organizações dos proletariados, sindicatos e cooperativas na construção de uma consciência política e social que visava ter um apoio público e ações nesse âmbito. Os interesses do capital e do trabalho se confrontam nesse contexto. Segundo Medeiros (2013), o surgimento histórico das políticas sociais serviu para subsidiar os trabalhadores no campo da proteção social. Promovida pelo Estado teve como objetivo amenizar as discrepâncias nocivas apontadas pelo capital. A política social surge nos movimentos de luta por justiça e direitos.

Para Behring e Boschetti (2011), o surgimento das políticas sociais aconteceu de forma gradual e diferenciada entre os países, surgindo conforme os movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do desenvolvimento das forças produtivas, como também das

correlações e composições de força no âmbito do Estado. As ações sociais assumidas e realizadas pelo Estado de forma ampla, planejada, sistêmica e com o aspecto de obrigatoriedade aconteceram no final do século XIX. Como processo social, essas políticas surgiram por meio da convergência dos movimentos de ascensão do capitalismo, por meio da Revolução Industrial, das lutas de classes e do desenvolvimento da intervenção estatal.

No Brasil, a política social se instituiu durante o processo de reorganização econômica, social e política dos anos de 1930, aponta Pereira (2012). Estão articuladas aos direitos sociais reivindicados por trabalhadores organizados, e inseridas nas práticas populistas de aspecto nacional e desenvolvimentista do governo ditatorial de Getúlio Vargas. Para Medeiros (2013) o modelo de proteção social deste governo se redefiniu como fragmentos e categorias, materializando-se de forma limitada e desigual na implementação de benefícios, com foco em controlar a manifestação da classe trabalhadora.

No Brasil, as políticas sociais surgiram e se desenvolveram nas ditaduras, período em que houve a perseguição dos direitos civis e políticos, com restrição à liberdade e repressão aos opositores do regime e censura, conforme salienta Carvalho (2021). Já nos países capitalistas centrais, essas políticas foram conquistadas pela classe trabalhadora, desenvolveram-se amparadas pelas democracias burguesas. Como uma forma de compensar o cerceamento dos direitos civis e políticos durante a ditadura militar, o Estado passou a utilizar a política social de forma ampla, dando continuidade à industrialização desenvolvimentista no Brasil que foi permitida devido a existência de um ciclo econômico expansivo internacional. (PEREIRA, 2012).

Para Castilha (2019), foi em plena ditadura varguista dos anos de 1930 que os direitos sociais, no Brasil, começaram a existir, período em que houve a conquista de alguns direitos sociais importantes. Num movimento contrário à ditadura militar de 1964, tratou de caçar os direitos tanto políticos como civis.

Para Pereira (2012) durante o governo republicano de Juscelino Kubitschek (1956-61), considerado o mais democrático, as políticas sociais tiveram um papel marginal e subsidiário no âmbito do progresso que se visava, diante do sonho nacional-desenvolvimentista em que se esperava conquistar em cinco anos um progresso que poderia ser alcançado em cinquenta anos relacionado ao crescimento industrial.

Percebe-se que não apenas no Brasil, mas em outros países onde o capitalismo teve seu crescimento mais acentuado, que todas as problemáticas foram resultantes do ideário de crescimento econômico, fazendo com que somente aqueles que eram detentores do capital recebessem os benefícios desse crescimento e aqueles que de fato vendiam sua força de trabalho

para atender os interesses do capital, viviam sempre à margem desses processos, tendo que enfrentar condições precárias de sobrevivência e trabalho, submetendo-se às imposições do modelo econômico de produção capitalista.

Conforme Castilha (2019), durante os anos de 1980 tanto o Brasil quanto os países da América Latina sofreram uma forte recessão econômica proveniente da crise da dívida externa dos países daquela região. O gasto social do país e os investimentos públicos foram afetados por esta crise, composta por inflação, estagnação econômica e desemprego. Os movimentos sociais de oposição ao regime militar nesse período se expandiram e por meio do processo de redemocratização, foi possível a mobilização de diversos interesses sociais e a emissão de suas vozes nas arenas decisórias.

As lutas referentes às mudanças no âmbito do sistema público e de proteção social tiveram seu ápice em 1984 por meio das “Diretas Já”. (CASTILHA, 2019). Silva, Jaccoud, Beghin (2009) ressaltam a questão do texto constitucional de 1988 ser um marco na democratização e no reconhecimento dos direitos sociais. Essa Constituição ampliou o projeto de democracia, havendo a compatibilização de princípios tanto da democracia representativa quanto da participativa, e no âmbito das políticas públicas, o reconhecimento da participação social como fundamental em sua organização. Esta participação passou a ser valorizada também nos processos de decisão e implementação das políticas sociais no aspecto complementar à ação Estatal.

Tal participação social com o Estado, conforme Lemos e Faceira (2015), tem em sua formação a participação de sujeitos sociais e políticos, compondo e caracterizando a política pública, podendo ser governamentais ou não, sendo os processos de *output* (resultados) referentes à atividade política dos governos contemplados como também os denominados *inputs* que se referem às demandas externas provenientes da sociedade.

Para Derani (2005), é relevante esse aspecto participativo, consciente e democrático de uma sociedade para a existência da força decisória desta na política pública. Houve campo e competência para a realização de políticas públicas na sociedade, não significando que existiu o aspecto democrático nelas.

A noção de política pública privilegia as relações entre Estado e sociedade – caracterizadas por sua reciprocidade e antagonismo. Pensar e analisar as configurações das políticas públicas implica em romper com o enfoque linear que percebe a mesma como um simples *output* (resultado) do sistema político, considerando que a dinâmica de sua formação implica diversos sujeitos sociais e políticos (grupos de pressão, sindicalistas, movimentos sociais etc). A política pública nessa perspectiva tem a função de concretizar direitos conquistados pela sociedade e incorporados nas leis, tendo como umas das características o caráter universal dos bens públicos. (LEMOS E FACEIRA, 2015, p. 3-4)

Para Silva, Jaccoud, Beghin (2009) a participação social visa garantir a efetiva proteção social contra riscos e vulnerabilidades e a permanência dos direitos sociais. É utilizada como um fundamento dos mecanismos institucionais, vista como uma das mais importantes inovações ocorridas no Brasil pós-Constituinte. A presença de múltiplos atores sociais nos processos de formulação, gestão, implementação e no controle das políticas sociais foi estabelecida por meio de uma nova institucionalidade que acompanhou a garantia de direitos sociais na educação, na saúde, na assistência social, na previdência social e no trabalho.

Sobre essa participação social, o próprio Estado é proveniente de uma formação social e assim deve fazer aquilo que a sociedade impõe, realizando um poder que foi outorgado por esta a ele, sendo esta norma proveniente de embates sociais.

O Estado é ele próprio uma formação social – disto não se pode esquecer. Se ele concede ou realiza algo em sociedade, na verdade ele concretiza em atos um poder que lhe fora antes outorgado. Quando ele faz é porque ele deve fazer, e este dever se origina de uma convenção social. O Estado só faz porque deve, e ele deve porque há uma norma que impõe aquilo que ele deve fazer. Esta norma existe como resultado de embates sociais que permitiram aquele resultado. Então, em última análise, o Estado faz aquilo que a sociedade quer que ele faça. (DERANI, 2005, p. 20)

A política social brasileira teve seu marco histórico em 1988 com a Constituição da República (CF/88), nesse período houve a aprovação pela Assembleia Nacional Constituinte (ANC) da ampliação dos direitos sociais, a universalização deste no aspecto de cobertura e o compromisso do Estado na garantia desses direitos. Por meio dessa Constituição foi possível a efetivação de mudanças nas leis e a efetivação, ainda que na lei, na relação como assistência social como direito e na universalização do direito à saúde, à educação, à moradia e outros, afirma Medeiros (2013).

A questão social a partir do ideário neoliberal foi tratada de forma diferenciada ao que se estabeleceu na Carta de 1988. O Estado mínimo ocupa o lugar do Bem-Estar Social, a universalização pela focalização, o Estado Regulador assume a prestação estatal direta dos serviços sociais junto com a privatização e a desregulamentação e a flexibilização assume o lugar dos direitos trabalhistas. Criou-se um ambiente hostil durante os anos 90 no Brasil para a frágil cidadania conquistada.

O Estado Social delineado pela Constituição de 1988 não aconteceu, ocorrendo o desmonte dos direitos assegurados por essa Constituição por meio da contra reforma liberal. A política social durante esse período sofreu um processo de desorganização burocrática, descentralização e o uso dessa política como moeda de troca no âmbito político e eleitoral.

Segundo Fagnani (2005), a Constituição de 1988 inspirou-se no que se refere às conquistas sociais nela introduzidas na experiência social democracia que a Europa teve durante o período do pós-guerra, que se desenvolveu durante os chamados “trinta anos gloriosos” que aconteceu entre 1945 a 1974. O contexto desse período era de um capitalismo oriundo da bipolaridade existente entre Estados Unidos e União Soviética com a hegemonia americana.

Conforme salientado por Fagnani (2005), as novas configurações que se deram nos campos políticos, econômicos e sociais foram provenientes da chegada das forças liberal-conservadoras que aconteceu por meio da vitória eleitoral de Thatcher (1979), Reagan (1980) e Kohl (1982), caracterizando a evolução do neoliberalismo. As organizações multilaterais que passaram a ser o cerne das políticas neoliberais objetivavam o ajustamento econômico da periferia capitalista, moldadas pelos ideais que compunham as experiências de Thatcher que eram a desregulação, privatização e abertura comercial.

No final dos anos de 1980, a América Latina como um todo passa a adotar o paradigma do neoliberalismo, com exceção do Chile, que o implementou na ditadura de Augusto Pinochet (1973 a 1990). Uma imposição foi posta aos países subdesenvolvidos por meio do “Consenso de Washington” para se adequarem à nova ordem capitalista mundial, significando um conjunto de regras e de condicionantes direcionados e aplicados em vários países e regiões do mundo, visando apoio político e econômico tanto dos governos centrais quanto dos organismos internacionais.

Conforme Pereira (2012), as definições e rumos da política social diante desses fatores sofreu uma fausta influência, a partir da última redemocratização do país, devido ao fato desta acontecer num momento histórico adverso, processando-se no mesmo período onde aconteciam medidas que iam contra os direitos sociais e se estabelecia a definição da implantação de um Estado mínimo para se substituir o Estado Social, fato que aconteceu nos países europeus, considerados o berço das políticas sociais regidas pela cidadania.

Sobre a interface entre Estado e Sociedade Civil no processo de configuração das políticas públicas, Lemos e Faceira (2015) destacam o aspecto complexo do processo histórico dessas relações, as particularidades, as interdependências e interesses próprios, segundo elas:

Pensar a interface entre Estado e a Sociedade Civil no processo de configuração das políticas públicas implica perceber que essas interações estão inseridas em um processo histórico complexo, onde ambos têm particularidades e interesses próprios, apesar de serem interdependentes e autônomos, ou seja, um tem implicações e influências com relação ao outro. (LEMOS E FACEIRA, 2015, p. 4)

Para Almeida (2005), o Estado não é neutro diante das relações de classe, pelo contrário, ele organiza politicamente a classe dominante e atua no impedimento da plena organização autônoma dos dominados. Para Derani (2005), o que o Estado faz e deve fazer mesmo que sejam ações permeadas por um processo social de decisão, não significa que a classe dominante ou outro tipo de grupo que tenha um determinado tipo de poder tenham suas vontades atendidas por meio das ações do Estado.

Behring e Boschetti (2011), qualificam débil a intervenção do Estado na garantia dos direitos sociais diante do capitalismo liberal, defendido deliberadamente pelos liberais. Neste cenário, o Estado não intervém na regulação das relações de trabalho e nem no atendimento das necessidades sociais, agiu firmemente na garantia dos interesses liberais relacionados ao estabelecimento do mercado livre na sociedade civil.

É neste cenário de correlações de forças entre a sociedade civil, o Estado e o mercado que se delineia as políticas habitacionais, ora no sentido de avanço ora de retrocesso, de acordo com o período histórico e político da realidade brasileira.

Nos avanços no que tange a questão habitacional podemos destacar que a Constituição Brasileira de 1988 trouxe avanços na ampliação dos mecanismos de participação social, como a exemplo do controle social e a criação de conselhos sociais como espaços sociais de participação democrática. Entre os diversos conselhos podemos citar os Conselhos das cidades que, segundo a publicação da Secretaria Executiva do Conselho das Cidades de 2006, tem sua existência exigida pelo processo de construção democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e do Sistema Nacional de Desenvolvimento. Para que essa política fosse alicerçada nos anseios da maioria da população, esses conselhos deveriam estar atuantes e representativos nos Estados, Distrito Federal e municípios.

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU como uma política de Estado tem sua construção sob a responsabilidade do Ministério das Cidades, com o objetivo de abordar sobre os problemas urbanos, combater a exclusão sócio territorial de milhares de pessoas que não tem acesso aos direitos básicos, e vivem na ilegalidade e em extensos territórios, como aponta a Secretaria Executiva do Conselho das Cidades (2006).

Silva e Vicentin (2017) salientam sobre a relevância do Estatuto das Cidades no processo de institucionalização dos conselhos municipais de política urbana. Porém, ressaltam que somente com a participação efetiva da população se propiciará nesses espaços a representação dos anseios da sociedade, e assim, incidindo nas políticas públicas no âmbito urbano.

Rolnik (2012), ao abordar sobre o Estatuto das Cidades, traz o aspecto ambíguo e contraditório existente no processo de construção da política urbana no país. Enquanto os movimentos sociais e populares, nos anos de 80 e 90, conseguiram pautar o processo de redemocratização por meio de questões referentes à construção de um Estado de direitos, tendo como centralidade o acesso à terra e a sua função social, por outro lado, o projeto neoliberal de política urbana e vinculação do país aos circuitos globalizados do capital e das finanças e a forma como se desenvolveu o cenário político eleitoral nesses anos, caracterizaram os rumos inerentes à política urbana brasileira de forma contraditória e ambígua.

A criação do Conselho das cidades, de acordo com Júnior e Uzzo (2009), foi resultado de um processo de democratização da gestão das políticas nacionais urbanas. A I Conferência Nacional das Cidades ocorrida em 2003 mobilizou mais de 350 mil pessoas nas Conferências que aconteceram nas cidades, nos municípios e nos Estados. Houve também, nessa Conferência a escolha dos eleitos conselheiros do Conselho das Cidades, e a inserção de uma porcentagem para cada segmento da sociedade civil, contando também com conselheiros representantes dos movimentos populares urbanos, das organizações não governamentais e das associações profissionais que atuam no Fórum Nacional da Reforma Urbana, (JÚNIOR E UZZO, 2009, p. 70)

Segundo a publicação da Secretaria Executiva do Conselho das Cidades de 2006, foi na 2ª Conferência Nacional das Cidades, em 2005, em que houve sua reafirmação como instrumento importante para a efetivação da política urbana e do controle social. O objetivo dessa II Conferência foi definir as ações estratégicas para as políticas nacionais e regionais de desenvolvimento urbano, conforme Júnior e Uzzo (2009).

Para Júnior e Uzzo (2009), a politização da questão urbana, entendida como elemento fundamental para o processo de democratização da sociedade brasileira, foi trazida como uma dimensão relevante nas reivindicações dos movimentos sociais nos anos de 1970 e 1980. Os movimentos sociais lutavam por direitos, visando reverter as desigualdades sociais. Porém, foi em 1988 que essa luta se fortaleceu, unificando e articulando vários atores sociais, culminando com a criação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana em 1985.

Portanto, é importante destacar que a participação social nesses Conselhos, na gestão de políticas públicas não aconteceu de qualquer forma, pelo contrário, foi por meio de muitas lutas que esses cenários foram ocupados pela sociedade civil. Foi por meio dos movimentos sociais que a participação da sociedade nos processos de construção e debates de políticas, referidas aqui as de âmbito urbano e habitacional, se concretizou. Trata-se de uma luta constante, pois

existem divergências em relação aos objetivos dessas políticas, enquanto um lado luta pela garantia de direitos, o outro lado busca atender aos anseios do capital financeiro.

1.3 POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

De acordo com a pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro de 2019, o déficit habitacional no Brasil foi de 5,8 milhões de moradias, havendo uma concentração de 79% em famílias de baixa renda.

A Confederação Nacional de Municípios – CNM (2011) argumenta que, além desse déficit habitacional, também existe outro problema histórico nesse âmbito referente a fragmentação, descontinuidade e desarticulação das políticas habitacionais nos três âmbitos de governo, existindo entre diversos programas a pulverização de recursos.

Como uma forma de enfrentar essas duas problemáticas relacionadas a falta de moradia e a falta de articulação entre União, Estados e Municípios, segundo a CNM (2011), o processo de planejamento do setor habitacional foi retomado pelo governo federal, em 2004, com a criação da Política Nacional de Habitação, aprovada pelo Conselho Nacional das Cidades.

Para Rodrigues et al (2014), uma política habitacional se faz com a participação de todos os atores sociais, em que há uma definição de papéis, tendo como protagonista o próprio povo. Essa participação deve acontecer em todas as etapas dessa política, desde a definição dos planos, programas, e recursos até sua execução e avaliação. Nesses aspectos, defendem a produção social da moradia, a participação dos movimentos populares, associações e cooperativas nos processos de gestão. Contudo, a autogestão dos programas habitacionais não tem recebido apoio do poder público, que devido a divergência de interesses políticos e econômicos, faz com que os movimentos populares sejam obrigados a provar sua capacidade e integridade para gerir os recursos públicos para a produção de sua moradia. Além disso, nesses processos de construção de programas existe uma burocratização, tornando-os inviáveis ou adequando-os aos modelos convencionais de produção e financiamento.

Entre as primeiras ações relacionadas à política habitacional no Brasil foi a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964. De acordo com Marguti (2018), esta política teve como clientela prioritária as famílias de renda mensal entre 1 a 3 salários mínimos. Contudo, conforme Botega (2007), com a reformulação da política no âmbito de financiamento, houve a fixação de cinco salários mínimos, como a renda limite para que se pudesse tornar um beneficiário dos financiamentos do banco, excluindo a maioria da população afetada pelo déficit habitacional.

Tal fato resultou numa redução substancial nos investimentos para as famílias de baixa renda. Conforme Rodrigues e Moreira (2016), a formalização da primeira política pública estruturada para o problema habitacional aconteceu por meio do BNH e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Esse Banco atuou durante 22 anos, tendo seu fim em 1986, fato que interferiu na intervenção governamental entre os anos de 1987 e 1999.

Rubin e Bolfe (2014), Silva e Tourinho (2015), Marguti (2009) salientam sobre a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e das cadernetas de poupança do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) na construção de moradias durante o período do BNH, mais especificamente, uma construção equivalente a mais de 4 milhões de unidades habitacionais. Nesses aspectos, o BNH teve sua atuação limitada às tarefas de supervisão, empresariais que não atendiam aos interesses sociais vinculados ao fornecimento de moradia e saneamento.

De acordo com Junior (2020) o BNH agiu em todo o processo do mercado imobiliário no âmbito financeiro, realizando empréstimos para as construções de moradias para um cidadão brasileiro que se inserisse nas condições necessárias estabelecidas no processo de acesso à casa própria. Um fator de destaque do BNH foi a sua autonomia financeira, sem que houvesse a participação do Estado brasileiro, nesse aspecto. Porém, por ter como foco um público com rendimentos mais baixos, as taxas de inadimplência se tornaram um problema, sendo um dos motivos para sua falência e conseqüente extinção.

Junior (2020) qualifica os reajustes que aconteceram nos pagamentos das prestações pelo BNH como um dos fatores para o problema de inadimplência. Os reajustes das prestações aconteciam de acordo com a atualização salarial, porém com a perda da valorização do dinheiro, outros custos em outras áreas interferiram no pagamento dessas prestações. Neste movimento, o BNH passou a ser algo preocupante para o governo, pois as inadimplências causadas tanto pelas classes baixas, médias e altas se ampliaram aceleradamente. Sobre os financiamentos, existiu uma divergência nos segmentos de âmbito público e privado. Enquanto que no setor público, utilizava-se o financiamento do BNH e do FGTS, no privado utilizou-se o Sistema Brasileiro de Poupanças e Empréstimos (SBPE). Na atuação, as classes médias e altas eram atendidas pelo capital privado, enquanto que a classe baixa era direcionada para o atendimento pelas Companhias de Habitação - COHAB's.

Costa e Oliveira (2007) indicam a criação do Programa COHAB criado em 1966. Este foi um dos programas criado pelo BNH com maior destaque. Teve como meta a construção de casas em áreas livres, e visava a formação de conjuntos habitacionais com infra-estrutura e destinados para famílias que possuíam renda de até três salários mínimos. Esta foi a primeira

iniciativa, posteriormente, foram inseridas ao programa outras famílias com renda de até cinco salários mínimos. Outro programa criado em 1982 pelo BNH foi o PROMORAR, cuja finalidade era promover a urbanização das áreas que não tinham infra-estrutura, nem habitação e outros equipamentos coletivos de saúde, educação, lazer e segurança.

Azevedo e Andrade (2011) e Junior (2020) destacam que enquanto uma autarquia, o BNH não tinha uma atuação extremamente atrelada ao lucro, mas se desenvolvia de forma política e “assistencialista”, atendendo classes mais baixas que ganhavam entre 1 a 3 salários mínimos, mas esperava que mesmo atuando dessa forma, tivesse um retorno financeiro pelo menos para se manter, evitando-se um prejuízo financeiro. Esse aspecto lucrativo foi mais presente quando o BNH deixou de ser uma autarquia e assumiu o papel de empresa estatal em 1971.

Silva e Tourinho (2015), Marguti (2018) e Junior (2020) salientam sobre os empreendimentos produzidos pelo BNH e sobre as terras adquiridas para suas construções, nas quais localizavam-se em periféricas das grandes cidades. Estas terras, distanciaram-se da infraestrutura implantada, fato que reforçava a desigualdade social, a exclusão territorial e o cercamento do direito à cidade, ocasionando uma segregação na produção do espaço urbano, fato este que repercute até os dias de hoje quando o tema é política habitacional.

Esta realidade de ocupação do espaço urbano revela que aqueles que podem pagar por uma moradia, podem viver melhor, enquanto que aqueles que entram numa linha de financiamento inferior disponibilizados pelas políticas habitacionais são encaminhados para os conjuntos habitacionais localizados em áreas periféricas, com baixos ou inexistentes equipamentos sociais. Outro ponto a destacar é que nenhuma outra política foi capaz de superar o número de unidades habitacionais construídas por meio do BNH, esta situação indica que as políticas atuais não atenderam todas às demandas.

Conforme Junior (2020), as COHAB's eram pressionadas a estabelecer um preço acessível, a obter lucratividade no negócio, além de terem que definir a localização necessária para o tamanho das obras. O conjunto destas determinações resultava na obtenção de terras mais baratas, geralmente, localizadas em áreas rurais das cidades. Porém, a resolução do BNH obrigava às COHAB's a realizarem as edificações em áreas com infraestrutura urbana, devendo estas levar em consideração as distâncias existentes entre os aspectos urbanos, de transporte, infraestrutura, escola, energia elétrica, água encanada e outros. O grande desafio de coadunar todos estes aspectos gerou uma consequente desigualdade na ocupação do espaço urbano.

Neste contexto, Ferreira et al (2019) argumenta sobre a redução significativa de recursos federais que eram destinados para o âmbito habitacional. Este fato se deve a crise que houve no

Sistema Financeiro de Habitação, com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1986. A responsabilidade da questão habitacional foi compartilhada entre os entes federativos, com a promulgação da Constituição de 1988, e foram estabelecidas as competências relacionadas à política urbana, ao desenvolvimento de programas destinados para a construção de moradias, às melhorias das condições habitacionais e de saneamento básico.

As discussões ora apresentadas indicam o quanto a política habitacional no Brasil foi e é tratada como mercadoria no sistema capitalista, podendo ser adquirida por aqueles que podem pagar por ela, podendo estes também ter acesso às localizações consideradas privilegiadas, que ficam perto dos grandes centros urbanos, onde é possível acessar serviços sociais e o comércio. De acordo com a Declaração dos Direitos Humanos e com a Constituição Federal de 1988, a habitação é considerada um direito fundamental, porém não se percebe uma intensificação de ações por parte do Estado, de políticas que possam atender a todos, principalmente aqueles que não tem condições de pagar por ela.

Na busca pelas “melhores” localizações, historicamente os conjuntos habitacionais destinados aos segmentos de menor renda tem sido construídos em locais afastados da malha urbana, distantes dos setores de comércio e serviços, muitas vezes em áreas rurais, onde há disponibilidade e o preço da terra é mais baixo. Infraestrutura viária precária, insuficiência de transporte coletivo, distância significativa dos postos de trabalho e expansão desordenada do tecido urbano são alguns dos problemas encontrados nessas localizações. (SILVA, TOURINHO, 2015, p. 404)

Com a extinção do BNH em 1986, os problemas se agravaram, visto o crescimento das grandes cidades brasileiras e a falta de ofertas de moradias colaboram para que o trabalhador urbano recorresse à compra e ocupação de terrenos irregulares, pertencentes às periferias distantes, em áreas de risco ou de proteção ambiental, ocasionando várias situações irregulares de âmbito fundiário.

Marguti, Costa e Galindo (2016) citam a criação em 1986 da Emenda Popular da Reforma Urbana durante o processo de redemocratização do país, quando houve a reorganização dos movimentos sociais por moradia e quando as universidades, sindicatos e entidades profissionais se reorganizaram e retomaram este tema. Dois artigos foram inseridos na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), o artigo 182 e 183, ambos referentes à política urbana, trazendo o princípio da função social da cidade e da propriedade, considerado por Junior e Montandon (2011) como um princípio básico para a equidade urbana e a justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização.

Marguti (2018) afirma que mesmo com a criação de programas, houve a falta de uma estratégia nacional para o enfrentamento da questão habitacional na primeira metade da década

de 1990, fazendo com que estados e municípios agissem de forma descentralizada e fragmentada a fim de minimizar a enorme dívida social e urbana. Essa ausência de uma política habitacional de âmbito nacional fez com que fosse colocado em prática experiências alternativas de gestões municipais, como exemplo, a urbanização de assentamentos precários e a construção de moradias por meio de mutirão e autogestão, apresentando pouca articulação entre si.

Somente a partir do ano 2000, continua Marguti (2018) que vários acontecimentos marcaram a retomada da ação do governo na questão habitacional, entre esses acontecimentos está o reconhecimento da moradia como um direito social na Constituição Brasileira de 1988. A partir dos anos 2000, o surgimento do Estatuto das Cidades em 2001, afirmando a função social da propriedade. A criação do Ministério das Cidades no ano 2003, em 2004 a criação da Política Nacional de Habitação, por fim em 2007 do Plano Nacional de Habitação.

O Estado atuou de forma massiva na questão habitacional durante o período de 1964 a 1986, argumento de Rodrigues e Moreira (2016), possibilitando a criação de recursos de financiamento e de implementação como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as Companhias de Habitação (COHABs). O período em que a atuação do Estado na problemática habitacional aconteceu de forma deficitária foi entre os anos de 1987 a 1999, sendo as ações nesse âmbito retomadas entre os anos 2000 à 2014.

A falta de uma política habitacional nacional efetiva, garantida claramente na legislação brasileira e não como um direito agrupado com todos os demais direitos sociais, como descrito no Capítulo II da CF/1988, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados na forma desta constituição”, dificulta e limita para que o problema seja tratado em sua raiz. O direito social à moradia passa a ser descentralizado, responsabilidade de estados e municípios, contudo os exemplos estudados e os que seguem, indicam a ineficiência deste processo.

Nesta mesma linha citamos a criação de programas como o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, que de acordo com Marques (2018) teve suas diretrizes de funcionamento elaboradas pela Casa Civil e Ministério da Fazenda com um diálogo existente com os setores imobiliários e da construção civil. Foi um programa criado durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011).

Para Silva e Tourinho (2015) às semelhanças que esse programa tem com o BNH estão presentes na estrutura de segmentação da demanda, que também tem uma classificação em três

faixas, baseado no rendimento familiar mensal. Os segmentos de mercado podem servir como base de análise para os agentes atuantes e para as estruturas de operação de ambas as políticas.

A política pública habitacional criada a partir do PMCMV, para Marques (2018), não levou em consideração os movimentos de reforma urbana e o ministério das cidades, sendo o foco de suas ações a construção de habitações e não a reestruturação do terreno em solos urbanos. O PMCMV teve em sua proposta inicial o atendimento de famílias pertencentes às camadas médias, com renda acima de três salários mínimos, porém com a interferência do Ministério das Cidades houve a inserção de famílias de baixa renda. Apesar dessa política, verificou-se uma elevação no déficit habitacional. Marques (2018) afirma que as metas do programa pouco dialogaram com o déficit habitacional acumulado por faixa de renda no país.

A proposta do PMCMV mascara os interesses privados na construção e distribuição das habitações [...] o PMCMV criou um mercado de habitações: a despeito de não se solucionar o grande déficit habitacional, legitima-se, por meio do programa, a casa própria como instrumento de propaganda para o Estado e para o Capital. (MARQUES, 2018, p. 155)

Continua Marques (2018), o atendimento dos interesses privados, mais do que o bem-estar da população foi o que propiciou a implementação das políticas de habitação no Brasil. Essas políticas priorizavam o crescimento econômico visto haver uma forte articulação entre o Estado e o setor produtivo, deixando o direito à moradia em uma categoria secundária. A priorização quanto ao crescimento econômico não deixou de existir, nem mesmo com a elaboração do PMCMV, muitos anos depois da extinção do BNH, tendo a finalidade de não deixar que o setor da construção civil entrasse em colapso em decorrência da crise hipotecária dos anos de 2007, e a possível solução para evitar a crise foi fortalecer os setores da construção civil.

Para Marques (2018), o PMCMV é uma política pública que tem entre seus objetivos reduzir as desigualdades sociais, porém sem que haja uma preocupação na forma de ocupação diferencial da terra. Os imóveis adquiridos pelas pessoas por meio desse programa possuem estrutura e podem até estarem localizados em áreas com saneamento básico, porém, é à custa de pagamentos de prestações a longo prazo e com juros, que esses bens, imóveis podem ser acessados. Há ainda a citar outros fatores que não estão acessíveis e garantidos como segurança e mobilidade.

As políticas públicas de habitação criadas tentaram a todo custo impor uma obrigatoriedade de dependência aos programas de financiamento, que mesmo tentando contemplar diferentes públicos com rendas diferenciadas não deixaram alternativas quanto ao

acesso ao direito à habitação. A preocupação dessas políticas não se mostrou pelas inúmeras demandas deficitárias de moradia, também não houve a elaboração de planos que contribuíssem para a não ocorrência de inadimplências ou que pudessem facilitar o pagamento das prestações dos financiamentos. Os grandes favorecidos dessas políticas foram e tem sido o mercado imobiliário, o setor da construção civil, as empresas privadas vinculadas a elas.

Santos (2009), sobre o direito à moradia, considera que as ações do poder público brasileiro são pouco consistentes para assegurar a garantia do acesso à terra urbana de forma democrática pelas populações pobres. Cita-se ainda as condições precárias existentes na infraestrutura, no acesso aos serviços urbanos e na qualidade de vida.

1.4 POLÍTICA HABITACIONAL NO AMAZONAS

Sales (2015) afirma que a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, também desenvolveu um modelo de modernização refletido no pensamento geral brasileiro que teve início nas primeiras décadas do século XX. Tal modelo tinha como base o modelo de urbanização europeu que condizia ao saneamento e ao embelezamento de algumas áreas das cidades como também da ocupação das periferias pelos pobres. Nesse movimento de ocupação do espaço, houve a derrubada de árvores, o aterramento de igarapés, e o conseqüente sufocamento do ecossistema local. Esta foi a base lógica adotada pelo Estado no processo de urbanização e criação da cidade de Manaus.

Sales (2015) e Vilaça (2012) destacam sobre as transformações causadas na cidade de Manaus nas últimas décadas do século XIX por meio do período áureo da borracha, adotando a cidade um modelo urbanístico que compôs significativamente o quadro de disparidades socioambientais vivenciado nos dias de hoje, indicando ser uma cidade que conseguia atender a demanda do capital internacional, e alvo tanto das autoridades nacionais quanto do poder local para a função de ser capital mundial da borracha.

Conforme essas autoras, foi durante esse processo que a cidade se tornou a Paris dos Trópicos, fato este resultante do modelo da economia agrária exportadora proveniente do látex. Com o crescimento da urbanização e por meio desse processo de modernização, a cidade apresenta o favorecimento de alguns segmentos sociais em detrimento de outros.

Nesse contexto, esse favorecimento significa que enquanto o centro era em um local de moradia para a elite, das instituições públicas e do comércio, nas margens encontravam-se as moradias populares. Moradias estas desprovidas de infra-estrutura e saneamento básico,

compostas por pessoas que, além de não terem acesso à habitação, não tinham acesso a infraestruturas sociais de educação, saúde e outros serviços.

Vilaça (2012) afirma que houve, nesse período, a ocupação das áreas dos igarapés, na época sem valor imobiliário. O Poder Público com o objetivo de ampliar os domínios espaciais da cidade e expulsar a população da área Central, criou uma política de aterramento de igarapés, que foram substituídos por extensas avenidas, e gerou uma política de “extermínio” dos naturais cursos d’água. Naquele período, e ainda nos dias de hoje, os igarapés são vistos como obstáculos para o avanço urbanístico da cidade.

Cavalcanti (2016) e Gregório (2019) salientam sobre o período em que a cidade de Manaus foi chamada de “cidade flutuante”, em que um contingente populacional vivia em habitações flutuantes sobre as águas do Rio Negro ou em palafitas, à beira do rio, tendo suas proximidades do centro da cidade. Foi aproximadamente em 1920, que surgiu essa cidade, tendo sido criada de forma espontânea, por meio da chegada de migrantes na cidade de Manaus, como alternativa de moradia mais barata para aqueles que não tinham condições de habitar em outro local e nem a garantia do sustento de suas famílias.

Souza (2018) afirma que ao mesmo tempo que essa Cidade Flutuante representava um legado da decadência da economia da borracha e precariedade na cidade de Manaus, por outro lado, nela ocorria grande parte das atividades comerciais com o interior do Amazonas. A economia regional se caracterizava por meio de vendas informais que aconteciam nos flutuantes, fato que fortalecia as relações no âmbito tanto comercial quanto social.

Heimbecker (2015) considerou a remoção dos habitantes da Cidade Flutuante da cidade de Manaus uma medida que desconsiderou a trajetória pregressa de homens e mulheres, deslocando-os de seu local de moradia, indo de encontro aos interesses de um sistema de cunho estatal voltado para a promoção de habitações populares que era enraizado em várias regiões do país. O processo de desmanche da Cidade Flutuante, segue o movimento de crescimento econômico da Amazônia, nos anos de 1960. A região Amazônica era vista pelos militares como um grande vazio demográfico e onde era preciso levar o desenvolvimento.

Ainda com base neste autor, a “Cidade Flutuante” tinha vida própria, com atividades econômicas diversas, com prestações de serviço em geral. A liberdade em relação à atuação dos moradores foi revelada por meio dessa cidade. O espaço urbano foi reapropriado e foram criadas retrações à ordem. Um arranjo físico e sociabilidades únicas foram construídas por esses habitantes, como uma alternativa à ordem burguesa. Foi ao seu modo, que foram respondidas as limitações e as condições que foram encontrando em habitar a cidade e no espaço urbano, suas ideias, valores, suas escolhas e crenças foram repercutidas.

Como afirma Ianni (2019), a Amazônia foi transformada pelas políticas regionais adotadas pelos governantes como uma espécie de pasto universal do capitalismo e durante os governos militares, os planos, programas e projetos voltados para essa região eram para iniciar, dinamizar ou orientar o desenvolvimento econômico.

Este autor destaca o processo de acumulação primitiva que se desenvolve na Amazônia, considera-o como um processo estrutural e não genético no aspecto de promover a incorporação da terra-dos-sem-fim, devolutas, tribais e ocupadas de forma ampla e intensa às forças produtivas e relações capitalistas de produção em desenvolvimento na região norte e centro-oeste do país. Sobre essa acumulação primitiva, Ianni (2019) destaca três características consideradas por ele fundamentais: a primeira sobre a intensificação do processo de monopolização das terras por grandes negociantes ou proprietários, nacionais e estrangeiros; a segunda, trata sobre a expropriação dos índios e posseiros antigos e recentes de suas terras; e a última característica desse sistema é sobre a proletarianização generalizada de índios e posseiros.

Os “Planos de Integração” desenvolvidos pelo governo da época refletiram o interesse na exploração do grande potencial econômico do local. Neste período, órgãos e planos regionais e nacionais de desenvolvimento foram criados. Entre esses Projetos de Desenvolvimento estavam a abertura de rodovias, a criação de centros industriais e agropecuários, aproveitamento do potencial energético, exploração dos recursos minerais, implantação de rede hidrelétrica, ferrovias e outros. Por meio da inclusão do capital internacional como parceiro na Bacia Amazônica, percebeu-se uma rápida possibilidade de transformação territorial. (IANNI, 2019)

A “Cidade Flutuante” não foi incluída nas metas de modernização e progresso da capital amazonense. Segundo Gregório (2019), essa cidade representava a falta de desenvolvimento que o governo queria criar, era vista como um incômodo e como algo que perturbava a paisagem com seus 2.500 “barracos” flutuantes, boiando na frente da cidade. Esse conjunto de habitações flutuantes era visto como símbolo de desorganização urbana e promiscuidade social pelas autoridades.

“A Cidade Flutuante” passou a ser vista como um grave problema de saúde pública e segurança, e a sua completa destruição foi a solução encontrada. Apesar dos argumentos sanitaristas terem justificado essa decisão, a principal motivação foi o interesse na produção de uma imagem de cidade modernizada, e não a preocupação com as reais condições de vida dos habitantes flutuantes. (GREGÓRIO, 2019, p. 76)

Em 1965, por meio do Decreto Estadual nº 168 de 1965, a “Cidade Flutuante” foi extinta, era o governo de Arthur Cezar Ferreira Reis (1964-1967) que utilizou de um aparato civil-militar capaz de derrotar qualquer força dirigida contra o Estado. Esse desmanche,

conforme Gregório (2019), significou o grande esforço feito pelo poder público como uma forma de controlar o espaço urbano por meio da remoção dos moradores compulsoriamente com a finalidade de desobstruir a paisagem urbana na região central de Manaus.

Os Conjuntos de Flores, correspondente ao bairro que tem o mesmo nome, Flores, e o Costa e Silva no Bairro da Raiz foram os primeiros conjuntos habitacionais implantados na cidade de Manaus, logo após o desmantelamento da “Cidade Flutuante”. Arquitetos contratados do Rio de Janeiro ficaram responsáveis em projetar esses conjuntos habitacionais. A criação desses dois conjuntos foi utilizada como a imagem do progresso do Governo Militar. Tais ações foram divulgadas em revistas de publicidade e nos jornais locais.

Para Ferreira (2018) as moradias irregulares na cidade de Manaus foram construídas durante o período da seca dos igarapés. Tais áreas eram ocupadas por um número expressivo de famílias, abrigando-as em palafitas, sem condições físicas e higiênicas. A ocupação desordenada em áreas de igarapés deixou de ser uma preocupação do Estado, tornando-se um dos principais problemas urbanos da cidade.

O rápido crescimento populacional que ocorreu na cidade de Manaus, conforme Vilaça (2012) foi proveniente da implantação da Zona Franca de Manaus na década de 60, por meio das construções de prédios, condomínios, centros comerciais, objetivando atender as demandas do polo industrial, o que contribuiu significativamente para um acelerado fluxo migratório. Esse movimento de crescimento industrial na cidade de Manaus não foi acompanhado na mesma medida de um desenvolvimento de políticas públicas de investimentos em infraestrutura urbana, o que para Vallina (2014) é considerado um fenômeno comum na trajetória da urbanização brasileira.

Sales (2015) afirma que durante este período ocorreu um processo de modernização voltado para o processo de industrialização. As pessoas que viviam no interior do Estado eram atraídas para a capital, visando o acesso às políticas públicas e os benefícios da industrialização. Com o aumento populacional na cidade de Manaus, a cidade passa a ser caracterizada pela falta de moradias e pela busca de alternativas de ocupação do espaço urbano. O espaço urbano diante dessa problemática, torna-se um espaço de lutas, em que são colocadas em debates o exercício da cidadania e o direito à moradia.

Vilaça (2012) ressalta sobre a nova fisionomia que a cidade ganhou nesse período por meio da criação de um centro comercial e industrial, e a população pobre nesse contexto foi vista como obstáculo aos interesses do Estado. Houve também a dinamização de sua economia por ser a cidade o foco de projetos industriais e por ter porto fluvial livre.

O crescimento populacional da cidade de Manaus ocorreu de forma desordenada, havendo a ampliação dos bairros já existentes. Os assentamentos informais foram criados às margens dos igarapés, e foram responsáveis pela criação de bairros periféricos. Neste contexto, houve a proposta de formação, no final do ano 2000, da região Metropolitana de Manaus, afirma Vallina (2014).

De acordo com o relatório de pesquisa sobre a construção do espaço-territorial na Amazônia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2021, a Região Metropolitana de Manaus (RMM) foi criada em 2007 por meio da Lei Complementar Estadual nº 52/2007, “que prevê a construção de elementos político-administrativos e instrumentos que viabilizariam a consolidação de um arranjo territorial estratégico para o desenvolvimento da capital e região.” (IPEA, p. 8, 2021).

A RMM representa a maior área metropolitana brasileira, perfazendo 101.474 km², ao mesmo tempo, em que possui a menor densidade demográfica com 20 habitantes por/km². Tornando-se maior, se for considerada a área dos municípios extrametropolitanos, considerados no Plano de Desenvolvimento da RMM, com uma área de 127.119 km². Os municípios Autazes, Careiro, Itapiranga, Manaquiri e Silves foram incluídos nos contornos da RMM por meio da decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. (CONCEIÇÃO, 2016)

Santos, Batista e Albuquerque (2007) enfatizam sobre o quadro hidro geológico bastante favorável na RMM devido à grande bacia sedimentar Bacia (Amazônica) que compõem todo o seu território. Esses autores, também, destacam sobre os graves problemas de infraestrutura para as sedes municipais da RMM como o crescimento populacional e o abastecimento público de água no que se refere a captação, tratamento e distribuição, problemas que segundo eles, tem se agravado, cada vez mais, por causa da existência de um grande número de ocupações. A falta de políticas governamentais e de recursos financeiros, também, são salientados por esses autores nesse contexto.

É notório, que as ações antropogênicas ao meio ambiente na RMM têm como justificativa a necessidade do desenvolvimento econômico dessas regiões. No entanto, a ausência de políticas governamentais (gestão hídricas) e a falta de recursos financeiros vem provocando transformações irreversíveis aos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. (SANTOS, BATISTA, ALBUQUERQUE, 2007, p. 2)

Sobre o espaço urbano, sua transformação e acesso, Vilaça (2012) e Vallina (2014) destacam sobre a transformação desse espaço em mercadoria pela sociedade capitalista, fazendo com que aqueles que têm condições financeiras consigam pagar por uma habitação e aqueles que não tem ficam desprovidos desse acesso, indo estes para áreas mais distantes, e excluídos

da sociedade, sem as condições mínimas de moradia. O espaço urbano é transformado pelo poder público e privado de forma a se tornar mais lucrativo e rentável para atender as classes média e alta.

Em relação aos aspectos mencionados Moura, Oliveira e Alves (2010) qualificam o estopim do problema habitacional da cidade de Manaus, em virtude da implementação da Zona Franca de Manaus, cuja responsabilidade foi atrair a população do interior e de outros Estados para a área urbana da cidade. Para atender a instalação e o desenvolvimento da Zona Franca foi necessária mão de obra e moradias suficientes para essas populações, contudo na mesma proporção não houve um planejamento antecipado e organizado quanto a essas questões por parte do poder público.

Sobre as políticas públicas, esses autores consideram ser o Estado o principal agente do espaço urbano, cabendo a ele a implementação de políticas públicas para as classes de menor poder aquisitivo. Porém, enfatizam a questão da habitação, direcionada para as pessoas que possuem menor poder aquisitivo, serem locais insalubres, em espaços pequenos, em casas amontoadas umas sobre as outras. Além dessa falta de qualidade, também há uma produção insuficiente, não atendendo a todas as demandas, ainda há as dificuldades da população em acessar os financiamentos habitacionais.

Para Costa e Oliveira (2008), por mais que a ação do Estado diante da construção de moradias populares tenha um papel relevante, não consegue atender o segmento inserido no mercado de trabalho e que preencha as condições exigidas por meio do sistema de financiamento da casa própria, também existindo uma outra parcela da população que procura por meio de ocupações espontâneas, o acesso à moradia.

Vallina (2014) salienta que a política habitacional do Amazonas seguiu as diretrizes nacionais do modelo SFH/BNH. A política do Estado foi criada na década de sessenta pelo Estado do Amazonas por meio da criação da Companhia de Habitação do Amazonas – COHAB-AM, Lei nº 226/1965. Tal companhia foi responsável pela construção de conjuntos habitacionais para famílias com renda de até três salários mínimos.

Costa e Oliveira (2007) qualificam os programas criados pelo BNH (COHAB e PROMORAR) como relevantes na configuração do espaço urbano da cidade de Manaus, propiciando a construção de conjuntos habitacionais. Posteriormente, foi responsável pela implementação do “Projeto de Urbanização” do Bairro Coroadó, executado pela Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB, órgão responsável pela política habitacional no Estado.

A criação da COHAB-AM teve como objetivo estudar as questões relacionadas com a habitação de interesse social e de executar suas soluções, de acordo com a Lei Federal 4.380/64, do Sistema Financeiro de Habitação, (MOURA; OLIVEIRA; ALVES, 2010). Sobre a construção dos primeiros conjuntos habitacionais, continuam esses autores, foram destinados para os moradores removidos da Cidade Flutuante, sendo eles os de Flores – Bairro Flores - e o Conjunto Costa e Silva – Bairro da Raiz. Vallina (2014) e Souza (2018) afirmam que foram construídas 280 unidades, quantidade insuficiente para atender a todos que habitavam a cidade flutuante. Essa iniciativa causou o desmonte da Cidade Flutuante em 1965.

As famílias não atendidas pelos conjuntos habitacionais citados acima, se espalharam pela cidade de Manaus, voltando a ocupar outras áreas de igarapés. Em sequência, as políticas habitacionais criadas não foram destinadas para as áreas alagadiças da cidade, pelo contrário, se concentram em frações “secas” e periféricas da cidade.

Estas ocupações promovidas no final dos anos 1960 pela construção de conjuntos habitacionais e loteamentos populares na zona Centro-Oeste, associada à mesma política realizada na zona Leste durante os anos 1970, segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS (2012), consolidou o chamado o Primeiro Anel Periférico da Cidade. Durante a década de 1970, a atuação pública concentrou nas frações “secas” e periféricas da cidade a promoção de suas políticas habitacionais, em detrimento das crescentes ocupações espontâneas dos igarapés da região central. Tais ações limitaram-se à construção de unidades-tipo sem a dotação destes conjuntos de infraestrutura sanitária e outros serviços públicos de atendimento à população ali instalada. (SOUZA, 2018, p. 50)

Destarte aponta Vallina (2014), em 1975, a COHAB passa a ser a Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas - SHAM-, por meio da Lei nº 1.172. A partir desse momento, passa a ser uma empresa pública vinculada diretamente ao gabinete do governador e integrante do SFH. Em 1996, foi criada a Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas – SUHAB – substituindo a SHAM, por meio da Lei 2.409, tinha por funções planejar e implantar a política Estadual de Habitação.

Em relação ao Plano Diretor de Manaus (PDM), Vallina (2014), destaca que este teve por objetivo valorizar a cidade como metrópole regional, estabelecendo para isso objetivos sociais, culturais e ambientais. O Plano Diretor promoveu uma intervenção no ordenamento territorial por meio da macro estruturação do território municipal, cuja finalidade era garantir para seus espaços uma ocupação equilibrada, a melhoria no âmbito social e nas atividades produtivas por meio de um desenvolvimento não predatório.

Para Hagino (2012) o plano diretor foi um importante instrumento de política urbana por conter normas e diretrizes responsáveis em regular o regime de propriedade e o

planejamento da cidade, em que o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano e social da cidade devem constar nas medidas estabelecidas neste plano.

É por meio das políticas públicas que ocorre a efetiva materialização desse plano, dependendo também da mobilização de diversos atores sociais como as ONGS, movimentos sociais, sindicatos, legislação e executivo. A participação popular é um requisito indispensável para a instituição e efetivação da PDM, devendo envolver todos segmentos da sociedade, no processo de debates e decisões.

As áreas concedidas são consideradas pelo Plano Diretor de Manaus como de interesse social, econômico, urbanístico e ambiental do município, aponta Vallina (2014). As unidades de conservação, as áreas de preservação permanente, os fragmentos florestais urbanos, as áreas verdes, as orlas do Rio Negro e Amazonas e demais cursos d'água constituem o Patrimônio Natural de Manaus, conforme definido no Artigo 8º PDM, cita-se ainda o incentivo à proteção e a valorização do patrimônio cultural e natural do município, em que se incluem os cursos d'água e as áreas que lhes margeiam.

Sobre o plano diretor da cidade de Manaus, que foi algo obrigatório pelo Estatuto da Cidade para as cidades com mais de vinte mil habitantes, Hagino (2012) afirma que a ausência da participação popular em importantes instâncias deliberativas representou a falha mais significativa de implementação do plano diretor de Manaus. A exclusão de alguns setores do debate sobre a gestão da cidade, implicou em que o PDM se tornasse mais um instrumento de regulação do que de emancipação da sociedade.

Ainda sobre os programas habitacionais no Amazonas, Vallina (2014) qualifica dois projetos como os precursores do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM. São eles o Programa de Saneamento dos Igarapés em Manaus e o Programa de Melhoria da Habitação Popular e Revitalização Urbana de Manaus que é popularmente conhecido como 'Nova Veneza'. A Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas – COSAMA foi a responsável pelo planejamento do primeiro Programa, e hoje, depois de ser privatizada, chamada de Águas do Amazonas, e o segundo programa que está sob a responsabilidade do Governo do Estado do Amazonas e pela Prefeitura Municipal de Manaus.

1.5 O PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM

De acordo com as informações disponibilizadas no site da Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE), 2023, este programa é uma proposta do governo do Estado do Amazonas, tendo suas ações da primeira fase concentradas na Bacia dos Igarapés Educandos/Quarenta. Dutra (2018) indica o ano de 2005 o início das ações firmadas, por meio de um contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID em janeiro de 2006. Segundo Oliveira e Schor (2010), a primeira etapa do programa foi orçada em US\$200.000,00 (duzentos milhões de dólares americanos), e seu financiamento coube 70% ao BID e 30% ao Governo do Estado do Amazonas.

A segunda fase do PROSAMIM correspondeu a continuidade das obras na Bacia do Educandos e Igarapé do Quarenta e a terceira fase as obras na Bacia do São Raimundo. As ações no Igarapé do São Raimundo abrangeram as áreas dos bairros de São Raimundo, Glória e Santo Antônio localizados na zona oeste e os bairros de Aparecida, Presidente Vargas e o Centro, localizados na zona sul (PROSAMIM, 2011).

O propósito da criação deste programa foi contribuir para a solução dos problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetavam e afetam até os dias de hoje a cidade de Manaus e os seus habitantes, principalmente daqueles que vivem abaixo da cota de 30 metros de inundação, cuja referência é o nível do Rio Negro, no Porto de Manaus.

Uma política fundiária foi estabelecida para a cidade em 2003 pelo Governo do Estado do Amazonas, com o objetivo de conter as invasões e o crescimento do número de novas moradias às margens dos igarapés. Uma das Bacias tratadas como prioridade pelo governo foi a Bacia do Educandos, por esta ter um maior contingente populacional em área de risco, apresentando os maiores índices de doenças de veiculação hídrica e por apresentar outros fatores ambientais, conforme indicou o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de 2004.

A bacia do Educandos localiza-se, de acordo com o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA (2004, p. 11), na porção sudeste de Manaus, possuindo uma área de 44.87 Km², percorrendo os bairros: Centro, Praça 14, Cachoeirinha, São Francisco, Petrópolis, Raiz, Japiim, Coroadó, Educandos, Colônia Oliveira Machado, Santa Luzia, Morro da Liberdade, São Lázaro, Betânia, Crespo, Armando Mendes, Zumbi dos Palmares e 80% da área do Distrito Industrial de Manaus. Os igarapés Manaus, Bittencourt, Mestre Chico e Quarenta foram as principais intervenções que ocorreram nesta bacia. Foram construídas quatro unidades habitacionais nas áreas de entorno dos igarapés da área central: Parque Residencial de Manaus, Parque Residencial Prof. Gilberto Mestrinho, Parque Residencial Senador Jefferson Peres e Parque Residencial Mestre Chico, apontam os estudos de Villaça (2012).

Em consulta à Unidade Gestora de Projetos Especiais do Amazonas (UGPE), identifica-se a criação do PROSAMIM III em 2012, integrando as ações do Governo do Estado do Amazonas, que foram consolidadas nas primeiras fases do programa. A contribuição para a solução de problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a população residente em áreas abaixo da cota de 30m, na Bacia do Igarapé de São Raimundo compõe o seu objetivo, visando inclusive melhorias nas condições de vida dessas pessoas.

Foi em 2021 que a terceira etapa do programa foi finalizada, beneficiando mais de 600 mil pessoas pertencentes das zonas sul e oeste. Além de resolver situações de moradia, o programa executou obras de mobilidade urbana, parque residencial, sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário, cita-se ainda requalificações ambientais e urbanísticas das margens dos igarapés, resgate de equipamentos públicos, de parques urbanos, praças e obras de mobilidade urbana, UGPE (2022).

Houve o reassentamento de quase 29 mil pessoas dos igarapés do 40, Mestre Chico e São Raimundo. As unidades habitacionais construídas contemplaram 2 mil pessoas, e estavam localizadas em áreas próximas de suas antigas residências, nos Parques Residenciais São Raimundo e Mestre Chico 2.

O Parque Residencial São Raimundo que integra o Prosamim III possui 216 unidades habitacionais, beneficiando mil e cem pessoas da Bacia de São Raimundo. Outra obra que pertence às intervenções do Prosamim III realizado no Bairro de São Raimundo é a do Parque Rio Negro que foi inaugurado no dia 30 de abril de 2015, possuindo uma área urbana de 36.590 m². No quadro a seguir, podemos ver o quantitativo da produção habitacional do Prosamim, com a produção de 396 unidades no total com a implantação do Parque Residencial São Raimundo e Mestre Chico II e com a ampliação em Parques Residenciais do Prosamim I e II, totalizou em 628 beneficiários.

Quadro 2 - Produção Habitacional do Prosamim

Produção Habitacional	Total	Status
Quadra Bairro São Raimundo	216	Entregue e ocupada em 2014
Quadra Bairro Mestre Chico 2	180	Entregue e ocupada em 2016
Quadras Bairros do Prosamim I e II	232	Entregues e ocupadas em 2014
Total	628	

Fonte: Plano Específico de Reassentamento (PER-3) – 2ª Revisão (2017)

De acordo com o Plano de Sustentabilidade Socioambiental do Prosamim (PSSA), 2014, a área de intervenção do Prosamim III, como já salientado, foi a Bacia do Igarapé de São

Raimundo, na qual é composta por três grandes igarapés: Igarapé do São Raimundo, Igarapé do Mindú e Igarapé dos Franceses. O igarapé do Mindú é o maior deles e corre na direção nordeste/sudeste, enquanto que os demais correm na direção norte/sul. Essa bacia possui duas nascentes, sendo considerada a principal a do Mindú, localizando-se na Reserva Adolpho Ducke, no bairro Santa Etelvina e no bairro Flores nasce a dos Franceses, pertencente à zona centro-oeste.

A Bacia do Igarapé do São Raimundo possui uma área de cobertura de 10.625,60ha, com uma extensão de 27.600,00m.I. A população é de 603.212,30 habitantes, conforme dados do IBGE (2000). Sua densidade populacional é de 32,42Hab./há, localizado abaixo da cota de 30,00 m, com 27.885 Hab.

O PROSAMIM III abrange os bairros de São Raimundo, Glória e Santo Antônio, áreas pertencentes à zona oeste, abrangendo ainda os bairros de Aparecida, Presidente Vargas e Centro, na zona sul da cidade de Manaus. É no bairro Centro que inicia a área de abrangência do Prosamim III e no bairro de Aparecida, sendo bairros antigos onde predominam casas de alvenaria e estilos diversos que remontam ao século XVIII. Essa área de abrangência do programa segue a margem direita no sentido do bairro Presidente Vargas proveniente de ocupações de terra, depois vai seguindo pela avenida Kako Caminha, na confluência do Igarapé do São Raimundo, com o igarapé do Franco. É em direção aos bairros São Raimundo e Glória que o programa vai seguindo, pela margem esquerda, até a Avenida Kako Caminha, (PSSA, 2014).

A figura 7 indica bairros que compõem a área de abrangência do Prosamim III.

Figura 1 - Mapa da Área de Intervenção e Proposta de Engenharia (definição de envoltórios)



Fonte: PSSA (2014)

As famílias localizadas na Bacia do Igarapé do São Raimundo, residentes nos imóveis cadastrados no leito e margens do Igarapé do São Raimundo representam a população diretamente afetada no Plano de Sustentabilidade Socioambiental – PSSA. A população localizada no entorno imediato, de acordo com o Plano, também seria beneficiada indiretamente por meio do acesso à uma rede de esgoto sanitário, aos parques e equipamentos urbanos públicos, além do acesso a políticas e serviços públicos.

O cadastramento dos imóveis localizados nas áreas de intervenção do programa aconteceu no período de 09/04 a 15/07/2010, numa área entre a Ponte Kako Caminha, a foz do Igarapé do São Raimundo.

Para a elaboração do diagnóstico social, foi utilizado informações do banco de dados que teve por base o recorte feito para aplicação do Projeto Executivo, no qual abrangeu 7.013 imóveis, totalizando 6.226 famílias que foram efetivamente cadastradas, o que correspondeu a 28.017 pessoas, porém a análise dos dados teve como parâmetro o total de 5.740 pesquisas aplicadas e a quantidade prevista no PSSA para remoção das famílias era de 4.011.

De acordo com Dutra (2018), a retirada de famílias do local de origem e a reposição de sua moradia e/ou patrimônios com fins de execução de intervenções de interesse público são ações referentes ao reassentamento involuntário. Os imóveis e as famílias entram em um processo de remoção devido às áreas onde residem terem sido decretadas como de utilidade pública e de interesse social.

O quantitativo de pessoas a serem reassentadas e suas características socioeconômicas e culturais, além da inclusão da degradação por gênero são informações que devem constar nos planos de reassentamento, de acordo com os critérios do BID. Depois do encerramento da selagem de todos os domicílios, os trabalhos de cadastramento são realizados de forma censitária. Os imóveis de estrutura única e de uso coletivo e com uma divisão física definida são cadastrados de forma independente. (PER, 2012).

Conforme Dutra (2018), são nas disposições constantes do inciso XXV, do Artigo 5 da Constituição Federal Brasileira de 1988 e no inciso V do artigo 2 da Lei nº 4132, de 10 de dezembro de 1962 que repousam os fundamentos da desapropriação do Prosamim.

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXV – no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;” (BRASIL, 1998)

“Art. 2º V – Construção de Casa Popular;” (BRASIL, 1998)

Para que o terreno seja habilitado para a construção de obras, é preciso que ocorra a indenização aos proprietários, sendo um requisito indispensável para emissão de posse do imóvel ao Poder Público. Essa indenização é realizada em dinheiro quando couberem os casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública conforme dispositivo constitucional. Outros referentes à adjudicação de moradias construídas em núcleos residenciais ou compradas no mercado imobiliário tem respaldo no mecanismo de permuta. (DUTRA, 2018)

Para Taveira (2015), o Plano Específico de Desapropriação, Reassentamento e Locação (PER) trabalha com alternativas de reassentamento como: bônus moradia, atendimento em unidades habitacionais construídas em solo criado, na área de intervenção; relocação para conjuntos habitacionais pertencentes ao governo do Estado; indenizações, cheque moradia e auxílio moradia, esses dois últimos com vigências a partir do Prosamim III. No Quadro 3 abaixo, segue as soluções de reassentamento oferecidas pelo Programa:

Quadro 3 - Soluções aplicáveis para as famílias

Soluções	Valor
A - Permuta da moradia afetada por moradia adquirida no mercado imobiliário local/regional – bônus moradia	<u>R\$ 50.000,00</u> (com base no valor utilizado pelo PMCMV do governo Federal para produção de casas populares. Decreto 32.507 de 12 de junho de 2012.
B - Permuta da moradia afetada por moradia adquirida no mercado imobiliário local/regional – bônus moradia B1 – Unidade habitacional em solo criado	Solução limitante pelo tamanho da moradia ofertada. Esta solução é contabilizada como reposição de moradia. Decreto 32.507 de 12 de junho de 2012.
C - Permuta por cheque moradia	<u>R\$ 35.000,00</u> OBS: Solução suspensa em outubro de 2014, conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas -TCE AM. Não foi encontrado a garantia de reposição de moradia nas prestações de contas apresentadas pela SUHAB.
D - Programa habitacional do governo (PMCMV)	
E – Indenização em espécie (dinheiro)	
F – Indenização de proprietário não morador	
G – Indenização de bem de herança	
H – Auxílio moradia	<u>R\$ 6.000,00</u> (Exclusivamente a pessoa vivendo sozinha; e quando a família na condição de inquilino e/ou cedida não possua perfil para beneficiário do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV).

Fonte: Plano Específico de Reassentamento (PER-3) – 2ª Revisão (2017)

Todas as soluções são aplicáveis ao possuidor e /ou proprietário de moradia identificada e cadastrada na área de atuação do PROSAMIM, que possua identificação e Cadastro Físico Territorial no banco de dados do Sistema Habitar.

Na Solução A (bônus moradia), o valor considerado aceitável para a prática do bônus moradia é de R\$ 50.000,00, tendo como base o valor utilizado pelo programa Minha Casa, Minha Vida para a produção de casas populares pelo governo federal. A moradia encontrada

pelo proprietário/possuidor será avaliada pelo setor de engenharia do PROSAMIM/SUHAB, devendo estar em perfeito estado de habitabilidade, sem débitos com os prestadores de serviços e com os cofres municipais. Esta solução é calculada como reposição de moradia.

Na Solução C (Permuta por cheque moradia), o valor de R\$ 35.000,00 equivale a 70% do valor do Bônus moradia, servindo como base para a definição do valor mínimo do imóvel para fins de desapropriação por meio de processo indenizatório. A negociação realizada de forma direta para a compra de uma moradia em área edificável poderia ser feita pelo beneficiário por meio deste valor.

No Plano Específico de Reassentamento (PER-3) – 2ª Revisão de 2017 há outras informações referentes às soluções aplicáveis às famílias oferecidas pelo Prosamim:

- **Solução D** - Casa no conjunto habitacional do Governo (PMCMV): Solução de cunho social oferecida a entidades familiares na condição de inquilino /cedido que tenha respondido CSE e que permaneça morando no endereço vinculado ao identificador do CFT registrado no banco de dados do Sistema Habitar. Esta solução está sujeita as normas e procedimentos do Programa MCMV, com aprovação do cadastro pela CAIXA.
- **Solução E** - O grupo potencial de optantes pela indenização deverá ser aquele cujas edificações possuem valores de avaliação significativos, ou seja, para aqueles que possuem avaliação superior ao valor do bônus.
- **Solução G** - Solução aplicada aos moradores de imóveis cuja propriedade está vinculada a um antecessor, caracterizado como herança, quando não foram processados os tramites de inventário. Esta solução envolve figuras jurídicas conduzidas pela coordenadoria jurídica do PROSAMIM/SUHAB e é contabilizada como compensação financeira /reposição de bem econômico.
- **Solução H** - O beneficiário desta solução é elegível para obter moradia de interesse social no futuro e poderá aplicar o benefício para se candidatar a uma casa no Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. Esta solução não é contabilizada como reposição de moradia. Decreto 32.507 de 12 de junho de 2012.

No Quadro 4 abaixo, há as metas do Prosamim III – Bacia do São Raimundo inseridas no PER (2017). De acordo com os dados, as metas alcançadas foram das soluções de Unidade Habitacional em solo criado, de Cheque Moradia e Casas em Conjuntos Habitacionais (MCMV).

Quadro 4 - Quantidade das Soluções – Prosamim III – Bacia do São Raimundo

Soluções	Meta	Realizado	Realizar
Unidade Habitacional em solo criado	628	628	-
Bônus Moradia	200	141	03
Cheque Moradia	561	561	-
Casas em Conjuntos Habitacionais/ MCMV	746	746	-
Indenização Proprietário	1.471	1.421	50
Auxílio Moradia	892	821	10
Subtotal	4.498	4.318	63
Indenização Atividade Econômica	150	91	12
Indenização bem de herança		166	0
	4.648	4.575	75

Fonte: Plano Específico de Reassentamento (PER-3) – 2ª Revisão (2017).

De acordo com o PDR (2021), o valor do bônus moradia sofreu alterações para o Prosamim III. O decreto Nº 24.841, publicado em 2011, estabelecia que o valor desse bônus seria de R\$28.860,06 com reajuste pelo Índice Nacional de Custo de Construção. Porém, em 2019, foi publicado o decreto Nº 40.865 com o novo valor do bônus moradia em R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais).

O processo de reassentamento acontece em 5 fases, conforme o PER (2012): a primeira referente a fase preparatória, em que acontece a abordagem, o cadastro das pessoas e a selagem dos imóveis. A segunda fase, é relativa à definição da área de intervenção, considerada a fase executiva. A terceira fase, refere-se à preparação para o reassentamento, fase informativa e participativa. A quarta fase, corresponde a desapropriação, coleta de documentação e abertura do processo, avaliação documental e do imóvel, definição da solução de reassentamento, pagamento e mudança. A quinta e última fase é o acompanhamento pós-reassentamento.

Com base em Souza (2018), as atribuições pertencentes à UGPI foram transferidas para a UGPE (Unidade Gestora de Projetos Especiais do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus). Essa unidade está submetida a Secretaria de Estado da Região Metropolitana (SRMM), de acordo com a Lei 4.163/2015, mantendo o papel de interlocutora com o Banco para tratar assuntos relacionados ao Prosamim. Essa unidade possui autonomia administrativa, financeira e operacional na estrutura governamental, (PROSAMIM, (2017).

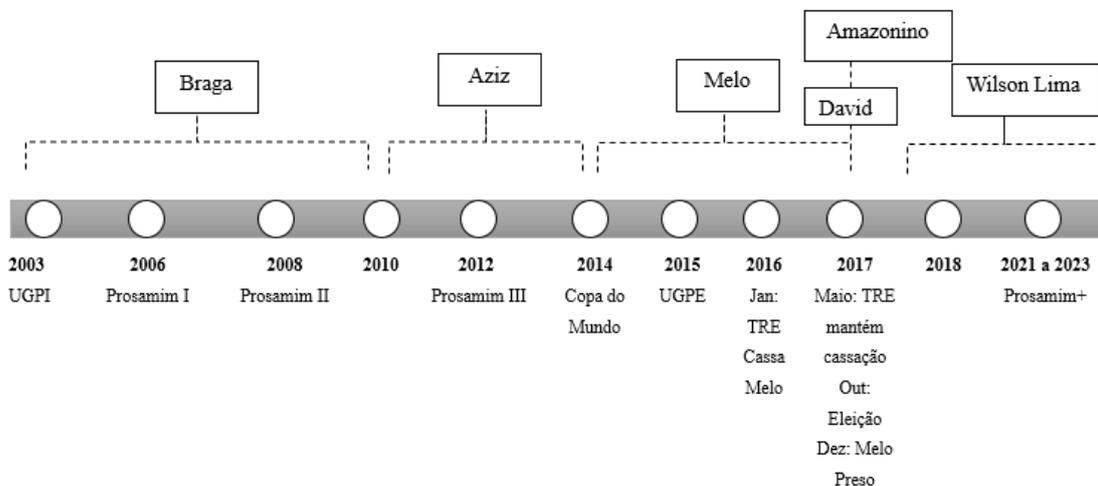
Destaca-se que o programa perdeu seu protagonismo quando Manaus foi escolhida como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, dividindo ações no âmbito administrativo do estado e do município com outros grandes projetos urbanos. Nesse contexto, a vinculação da

UGPE a SRMM permitiu a submissão da figura do Coordenador Executivo do Prosamim ao Secretário de Estado da Região Metropolitana. (SOUZA, 2018)

Entretanto, não foram apenas esses fatos que contribuíram para a perda do protagonismo. O Prosamim surgiu durante a gestão do antigo governador do Estado do Amazonas Eduardo Braga entre os anos de 2003 a 2010, considerado como o principal artífice do Prosamim. Porém, nas eleições de 2014, quem assume é o governador José Melo e foi durante a sua gestão, entre os anos de 2016 e 2017, que o programa foi submetido a uma severa auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-AM) e pelo Ministério Público de Contas (MPC), situação que desmobilizou equipes e recursos e afetou diretamente sua operação cotidiana.

A figura 2 traz a linha cronológica dos governos do Estado do Amazonas e indica o panorama político desde a criação do Prosamim.

Figura 2 - Linha cronológica dos mandatos do Governo do Estado do Amazonas, com indicação de fatos políticos relevantes



Fonte: Souza (2018) e Rocha (2023)

Conforme a linha cronológica da figura 2, as ações do Prosamim foram iniciadas no ano de 2003, durante a gestão de Eduardo Braga no governo do Estado do Amazonas, sob o planejamento e gerenciamento da UGPI (Unidade de Gerenciamento do Prosamim). No ano de 2006, iniciou-se o Prosamim I, em 2008, teve início a segunda etapa do programa (Prosamim II) ainda no governo de Eduardo Braga. Essas duas etapas do Programa foram concluídas em

2014. Em 2012, deu-se início ao Prosamim III durante o governo de Omar Aziz (2010-2014), e foi encerrado no ano de 2021 no governo de Wilson Lima.

Durante o governo de José Melo (2014 a 2017), foi criada a UGPE. Para esta unidade, foram repassadas as ações que eram desenvolvidas pela UGPI. Em 2017, houve a cassação de Melo (acusado por compras de votos durante as eleições de 2014). David Almeida (PSD), como presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas (2017 a 2018), conforme a legislação brasileira, assumiu temporariamente, até as eleições ocorridas naquele mesmo ano. Houve, portanto, uma eleição suplementar para o cargo de governador do Amazonas em 2017. Como resultado desta eleição, assumiu o governo do Estado, o político Amazonino Mendes (PDT), na qual exerceu um “mandato-tampão”, tendo derrotado Eduardo Braga (PMDB) no segundo turno. Nas Eleições de 2019, Wilson Lima é eleito e assume o governo do Estado do Amazonas até o presente ano. Neste período lançou o PROSAMIM+ (Programa Social e Ambiental de Manaus e do Interior), cujos objetivos integram a continuidade das ações do Prosamim, visto como um novo programa, um aperfeiçoamento do anterior, agora, integrando, além da capital, o interior do Amazonas por meio de ações voltadas para a infraestrutura, saneamento básico, urbanismo, habitação e recuperação ambiental.

CAPÍTULO II: O PROCESSO HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE MANAUS E SEUS PROJETOS DE HABITAÇÃO

O desenvolvimento econômico de uma cidade, por meio da indústria, proporciona transformações tanto urbanas quanto sociais. A cidade de Manaus foi participante desse modelo desenvolvimento. Contudo, o desenvolvimento econômico e social em Manaus ocorreu de forma diferenciada conforme os aspectos regionais de cada localidade. Foi durante o período áureo da borracha, que esta cidade sofreu modificações versadas por ideais que fomentaram o seu desenvolvimento para se tornar uma cidade atraente para o capital internacional.

Durante o ciclo da borracha¹, Manaus passou por processos migratórios e, dessa forma, a cidade se expandiu, não conseguindo atender a todos que nela chegavam. Fato que refletiu na questão dos déficits habitacionais, na ocupação de áreas periféricas, nas proximidades dos

¹ O primeiro ciclo da borracha na Amazônia, final do século XIX e início do século XX, está associado com o surgimento da Revolução Industrial (XVIII), pois a borracha naquele período foi bastante procurada devido a produção automotiva e a borracha servia como insumo para fabricação de pneus para os automóveis. A cidade de Manaus passou por um processo de transformação, com elevado crescimento demográfico associado de forma direta com a economia gomífera. (SILVA, SCUDELLER, 2022). O incentivo para sua exploração e exportação vieram de duas fontes principais: britânica e norte-americana. (SANTOS, 2019).

igarapés. O centro era considerado um local privilegiado e de destaque, não podendo abrigar parte da população sem condições mínimas de pagar por uma habitação. Esta situação gerou a ocupação e construção de bairros nas periferias da cidade, nas áreas de igarapés. Com o tempo, essas áreas foram vistas como uma ameaça ao progresso, ao modelo de cidade que se propunha pelo Estado.

O aterramento dos igarapés e o deslocamento das pessoas para outras áreas caracterizam a política de habitação desenvolvida no Estado do Amazonas, com destaque à capital, na qual gerou outras consequências atreladas ao processo da falta de democratização do acesso ao espaço urbano e a desvinculação com outras políticas como a de trabalho e geração de renda, sem deixar de citar os impactos gerados no âmbito ambiental e urbano.

Entre as diversas problemáticas ambientais cita-se os aterramentos de áreas de igarapés, as enchentes nas áreas urbanas, em especiais as centrais, os problemas de esgoto, de acesso à água potável e inúmeros problemas de saúde pública gerados pela ausência de uma política pública de saneamento básico efetiva associada as políticas habitacionais.

Para discutir esta problemática social e ambiental na cidade de Manaus tendo como tema transversal a habitação que apresentamos o segundo capítulo, cujo objetivo é apontar as políticas do Estado do Amazonas para as áreas alagadiças e as ações do PROSAMIM no que tange a garantia de direitos à moradia. Para essas discussões, tem-se a base bibliográfica de autores como Braga (2016), Filho e Alves (2022), Grobe (2014), Souza (2016), Ianni (2019) e outros.

2.1 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE MANAUS

Foi durante o apogeu do ciclo da borracha, que a cidade de Manaus passou por transformações em sua estrutura urbana e paisagista com objetivo de reproduzir os modelos das cidades inglesas e outros países europeus como a França. Esse processo ocorreu durante a gestão de Eduardo Ribeiro e do Tenente Ribeiro Junior, entre os anos de 1860 a 1910, período que se denominou Belle Époque, (BRAGA, 2016).

Quando ainda denominada como vila, conhecida como Barra do Rio Negro, a cidade de Manaus era pouco povoada, havia muita floresta ao seu redor e água por toda parte, (FILHO, ALVES, 2022). Nesse período, teria sido possível planejar uma urbanização moderna e que possibilitasse a integração entre as águas, a floresta e as terras.

A crescente imigração de pessoas por diversas partes do mundo e de várias cidades brasileiras exigiu que a cidade crescesse e se planejasse rapidamente, passou-se a

exigir infraestrutura e saneamento para as pessoas que chegavam à cidade. Através destes registros verifica-se que Manaus necessitou passar por longo e oneroso trabalho de canalização e urbanização de suas avenidas. A custa desse processo, a natureza foi modificada e o solo passou por impermeabilização com colocação de calçamento e, posteriormente, décadas depois, asfaltamento. (FILHO, ALVES, 2022, p. 4)

Para Braga (2016), a cidade precisava se modernizar, ser uma Paris dos trópicos, precisava exalar civilidade e para cumprir este objetivo foi necessário romper com a cultura indígena, marcada tanto nas casas, quanto nos monumentos públicos, nas paisagens e nos trabalhadores. Nesse período, a população de Manaus contava com imigrantes portugueses, franceses, italianos, sírio libaneses, japoneses e ingleses em grande escala.

Continua o autor, foi durante esse período, final do século XIX e início do século XX, que houve na cidade como consequência dos processos de modificações urbanas, o aterro de igarapés. Para Grobe (2014), os igarapés eram vistos para os idealizadores das modernas cidades como obstáculos para o crescimento e para o avanço desejado, mesmo que eles oferecessem e suprimissem as condições necessárias para a vida da população da cidade, como transporte, alimentação, lazer e comunicação. A superação das condições e manifestações naturais que a vegetação, a topografia e a ação das águas dos igarapés impunham foi demonstrada por meio das intervenções que aconteceram pelo poder público desde a segunda metade do século XIX, sendo no final do século XIX e começo do século XX, período em que firam intensificadas.

As águas de alguns igarapés como o Espírito Santo e de outros localizados nas áreas centrais foram confinadas sob rochas e terras com o objetivo de se construir pontes. Fato que contribuiu décadas mais tarde com as inúmeras inundações e relações com o aumento do número de doenças de veiculação hídrica, tanto nas regiões centrais como periféricas.

Os estudos de Grobe (2014) indicam que Manaus não era vista como um centro civilizador, era caracterizada como um espaço com hábitos pouco ou nada civilizados, considerado selvagem e rústico para os olhares dos homens brancos, colonizadores. A partir dessa ótica partiu-se para reorganizar a feição e a imagem da cidade, assim como orientar e normatizar os comportamentos sociais, por meio da adoção de novos padrões e de hábitos considerados adequados pela civilização europeia ocidental.

Na década de 1980, vários loteamentos foram criados na cidade, entre eles, bairros como São José, Zumbi dos Palmares, Armando Mendes e Cidade Nova.

Em geral, o que se verifica nos projetos de habitação feitos ao longo do século XX, é a localização de grande parte deles em áreas distantes do centro, empurrando cada vez mais as populações de baixa renda para a periferia. Também se verificou a falta de

preocupação com os modos de vida e as tradições locais, fortemente vinculados à presença da água, através da remoção de populações das margens de rios e igarapés para áreas em terra firme. (GREGORIO, 2019, p. 81)

Continua a autora, o processo de expansão urbana ocorrido na cidade de Manaus resultou na ocupação dos igarapés, e em virtude da falta de políticas públicas adequadas e com a ausência de um planejamento urbano, agravou ainda mais a situação. Era frequente a falta de coleta de esgoto e lixo nas ocupações sobre os igarapés e afluentes, fato que agrava a degradação ambiental dessas áreas. As paisagens dos igarapés são transformadas pela ocupação desordenada e a ausência de políticas públicas de saneamento básico.

Para Grobe (2014), a superação dos igarapés foi vista nos discursos e práticas de intervenção criados pelo projeto do PROSAMIM, além disso, foi negado e transporto, onde a necessidade da materialização, controle e disciplina da natureza em prol dos preceitos da vida moderna e civilizada, em que foram impostas outras referências estranhas aos habitantes do lugar.

Como resultado deste processo de aterramento dos igarapés, viu-se crescer os processos de alagamento do centro da cidade – Manaus – no ano 2012, quando o rio Negro atingiu uma cota de 29,97 m. Porém, essa não foi a maior cheia ocorrida na cidade, pois de acordo com Pinheiro (2022) do Portal Amazônia, o maior episódio aconteceu em 2021 quando o Rio Negro atingiu a marca de 30,02 metros em Manaus, sendo a maior da história desde o início dos registros em 1902. A terceira maior cheia ocorreu no ano de 2009 com a cota de 29,77 m. Estes dados indicam um aumento do volume de água do Rio Negro em Manaus.

Souza (2018) qualifica Manaus como uma cidade entrecortada por igarapés e com grandes extensões de sua orla afetadas pelo pulso das águas do Rio Negro. Os canais principais de duas das principais bacias hidrográficas da cidade são os igarapés do São Raimundo e Educandos. Na figura 3 abaixo, no número 1 está destacada a Bacia do Tarumã, no 2 – Bacia do São Raimundo, no 3 – Bacia do Educandos/ Quarenta, no 4 – Bacia do Puraquequara e no número 5 – Bacia Antônio Aleixo. Foi durante as décadas de 1960 e 1970 que as bacias do Igarapé São Raimundo e Educandos/Quarenta foram protagonistas no crescimento da cidade de Manaus.

Figura 3 - Delimitação das 5 principais bacias hidrográficas de Manaus



Fonte: Souza (2018)

Souza (2018) salienta que durante a dinâmica do desenvolvimento econômico da Amazônia ocidental dois setores surgiram como figura recorrente, entre eles estava o grupo de empresas ligadas ao setor de construção civil pesada e os conglomerados industriais instalados no Polo Industrial de Manaus.

Foi por meio da criação da Zona Franca de Manaus durante o processo da Operação Amazônia que houve a legitimação do protagonismo da iniciativa privada e do capital internacional no desenvolvimento da região, salienta Araújo (1985)

Com a criação da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e com o desenvolvimento do Polo Industrial de Manaus (PIM), a cidade passou por um processo rápido de crescimento, porém, como aconteceu durante o ciclo áureo da borracha, não conseguiu acompanhar os investimentos que deveriam ser realizados em saneamento e o meio ambiente sofreu os impactos de um planejamento ineficiente. (FILHO; ALVES, 2022).

No período de expansão e produção da riqueza oriunda do ciclo da borracha ocorreu a concretização da espacialização da cidade. Já nos anos de 1970, que a denominada "Manaus do Fausto"² se repetiu por meio da implantação e ampliação da Zona Franca de Manaus. O desenvolvimento da indústria na cidade Manaus trouxe crescimento econômico e

² Conforme Dias (1999), uma época de fausto ilusório foi criada por meio das riquezas provenientes da exploração da goma elástica, do látex, que é a matéria prima da borracha. Uma época caracterizada por meio de um luxo efêmero, de um progresso inconstante que acontecia na cidade de Manaus durante o período áureo da borracha. Já nos anos de 1970, conforme Oliveira (2008), a "Manaus do Fausto" ressurgiu por meio da implantação e ampliação da Zona Franca de Manaus na qual trouxe um crescimento econômico na cidade.

reconhecimento social e político do Estado do Amazonas, contudo tal expansão não trouxe na mesma medida efeitos positivos para o desenvolvimento social da cidade, em especial no que tange às políticas habitacionais e de saneamento básico. (OLIVEIRA, 2008)

Filho e Alves (2022) salientam que foi durante esse período de desenvolvimento com a implantação da Zona Franca de Manaus que houve a morte dos últimos igarapés de Manaus, ainda limpos. Anos depois, essas águas não puderam ser tratadas e seus igarapés recuperados, em virtude da falta de investimentos. Ocorreu no período, nos anos 70 do século XX, o confronto entre o desenvolvimento econômico e a degradação ambiental da cidade de Manaus, com reflexos para todo o Amazonas.

Oliveira (2008) afirma que com o crescimento da cidade de Manaus, os igarapés limpos, de águas cristalinas, que serviam de "banho" na cachoeira foram gradativamente extintos. A natureza abundante foi presente até a instalação da Zona Franca de Manaus, até os anos 40, havia a regata de canos no igarapé do Educandos ou no rio Negro. Continua o autor, os igarapés representavam lugares de festa, da afirmação do cotidiano e do reforço de um modo de vida.

Para Filho e Alves (2022), a mudança nas águas dos igarapés também foi atrelada a questão de saúde pública, pois se previu que com o aterramento dos igarapés seria possível findar com o ciclo de mosquitos e intempéries ocorridas nas décadas de 1890 e 1900. Porém, as obstruções nos igarapés e a remoção da mata ciliar, trouxe consequências para o centro da cidade e outros bairros, como as situações de inundações com a subida das águas dos igarapés e os principais rios. Destacam-se entre os Igarapés que sofreram esses rompimentos o Igarapé do Quarenta no bairro Japiim, Igarapé do Franco na Compensa, igarapé do Mindu no Parque Dez de Novembro, e seus afluentes no bairro da União, além do igarapé do Alvorada, tendo o bairro o mesmo nome. Com esse processo de urbanização em detrimento da conservação da natureza e preservação de seus recursos naturais, a cidade e sua população sofreram diversos impactos.

Como destacado os anos de 2009, 2012 e 2021 foram aqueles com maiores ciclos de inundações na cidade de Manaus. As grandes cheias que aconteceram em Manaus nos últimos 10 anos, foram as dos anos de 2012, 2013, 2014, 2015, 2019 e 2021, sendo cheias que ultrapassaram a cota de inundação severa de 29 metros que foi estabelecida para a cidade. (ALVES, 2021).

O Ministério do Meio Ambiente (2014) define as inundações como fenômenos naturais, porém com a ocupação dos leitos dos rios, surgem as problemáticas que acontecem durante esse período. A urbanização nesse processo, segundo Miranda (2018), diminui significativamente a capacidade de infiltração do solo, havendo uma concentração na superfície da maior parte do

volume de precipitação.

Rodrigues e Costa (2014) argumentam que na cidade de Manaus é possível distinguir três tipos de inundações: a primeira referente ao fenômeno da cheia periódica do Rio Negro que acontece todo ano, afetando áreas consideradas vulneráveis da orla na cidade e na foz afogada de pequenos igarapés; o segundo tipo, são as inundações de igarapés devido à urbanização provenientes da impermeabilização do sítio urbano com intervenções nas drenagens por meio do processo de estrangulamento dos leitos fluviais em pontes e bueiros e aterros e também por meio do assoreamento dos canais. O último tipo de inundação é resultante de alagações localizadas que ocorrem devido à deficiência do sistema de drenagem no processo de escoamento das águas pluviais, decorrentes das concentrações excepcionais.

A expansão da cidade de Manaus a partir da constituição da Zona Franca de Manaus, a expansão do Distrito Industrial, a criação de inúmeras oportunidades de emprego, promoveu um grande fluxo migratório do interior do Amazonas e de outros Estados brasileiros, com destaque ao Nordeste. (SOUZA, 2018).

Sem uma política pública de urbanização, de desenvolvimento da cidade e de habitação para atender a população migrante que ocuparia as fábricas no Distrito Industrial, foram ocupando os fragmentos vulneráveis do espaço urbano, aglomerados palafíticos dos igarapés da região central e nos loteamentos informais nas periferias norte e leste.

Para dar conta deste crescimento populacional, nas décadas seguintes, foram construídos conjuntos habitacionais no final da década de 1960 pelo GEA por meio do programa PROMORAR ou COHAB. Estes eram conjuntos localizados em áreas distantes da área central da cidade, o que serviu como vetor para a expansão da mancha urbana, espontânea ou verticalizada. (SOUZA, 2018).

Durante a década de 1970, a atuação pública, concentrou nas frações "secas" e periféricas da cidade a promoção de suas políticas habitacionais, em detrimento das crescentes ocupações espontâneas dos igarapés da região central. Tais ações limitaram-se a construção de unidades-tipo sem a dotação destes conjuntos de infraestrutura sanitária e outros serviços públicos de atendimento à população ali instalada

Continua Souza (2018), a ocupação de loteamentos informais foi intensificada por meio da crise da ZFM em 1980, além do aumento das taxas de migração registradas. Os locais da cidade onde mais apresentaram a ocupação desses loteamentos foi na zona norte da cidade e leste.

As políticas urbanas e de habitação tiveram restrições orçamentárias federais devido à crise financeira nacional³ que ocorreu no final da década de 1990 e virada do século XXI, aponta Souza (2018). Em virtude da crise, recursos internacionais são procurados pelas administrações municipais como forma de financiamento. Principais agentes de financiamento como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento passaram a atuar nos níveis estaduais e municipais, e deixaram, portanto, de atuar na esfera federal. Esses agentes atuaram em programas de saneamento ambiental e urbanização de favelas, de acordo com citação de Cardoso (2007).

As agências multilaterais, a partir dos anos de 1990, destaca Souza (2018), se apropriaram do discurso da sustentabilidade para legitimar sua atuação em relação à pobreza urbana, tornando como elementos centrais para grandes programas urbanos a recuperação e melhoria ambiental.

É relevante salientarmos sobre esses períodos de crise que aconteceram no país, principalmente destacar a crise presente desde os anos de 1980 e que repercutiu nos demais anos com o fracasso do Plano Cruzado e dos demais que se seguiram na segunda metade de década de 1980, pois foi nesse período que houve o fortalecimento do projeto neoliberal, saindo este do campo doutrinário para um programa político, (FILGUEIRAS, 2006).

Na tabela 1, é possível notar o crescimento demográfico de Manaus em cada década proveniente das transformações do desenvolvimento econômico na cidade. Porém, o processo de urbanização não conseguiu acompanhar esse acelerado crescimento.

³ Crise financeira nacional decorrente do Plano Collor que conforme Guimarães (2020) houve um aumento da taxa de inflação do Brasil, na qual saiu da casa 50% ao mês para um patamar de 100% ao mês e como uma forma de reverter essa situação e estabilizar a hiperinflação no País medidas foram tomadas como: a privatização, controle sobre a flutuação do câmbio, fechamento de ministérios e demissões de servidores públicos, retenção de poupança de depósitos superiores a 50 mil cruzeiros, alteração da moeda, abertura econômica e fim de subsídios estatais. Durante o governo Collor (1990), de acordo com Botega (2007), os principais programas de habitação passaram para o controle do Ministério da Ação Social, tendo como exemplo o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) que por meio de empreitadas privadas, previa a construção de aproximadamente 245 mil casas em 180 dias, porém, isso não aconteceu, havendo o aumento do prazo para 18 meses, houve a diminuição do número de casas de 245 mil para 210 mil casa. Começa no Brasil a era neoliberal, porém havia nas ruas cerca de 60 milhões de cidadãos e com um déficit habitacional de 55,2%.

Tabela 1 - Crescimento populacional em Manaus durante os ciclos econômicos de acordo com o Censo Demográfico

Ano	1º Ciclo da Borracha no Censo				2º Ciclo da Borracha no Censo	Zona Franca de Manaus no Censo				
	1872 ¹	1890 ¹	1900 ¹	1920 ¹	1950 ¹	1970 ²	1980 ²	1991 ³	2000 ³	2010 ³
Pop.	29.334	38.720	50.300	75.704	139.620	314.197	642.492	1.010.544	1.403.796	1.802.014
T.C. %	-	32%	29,91%	50,50%	31,22%	79,18%	104,48%	57,28%	38,91%	28,36%

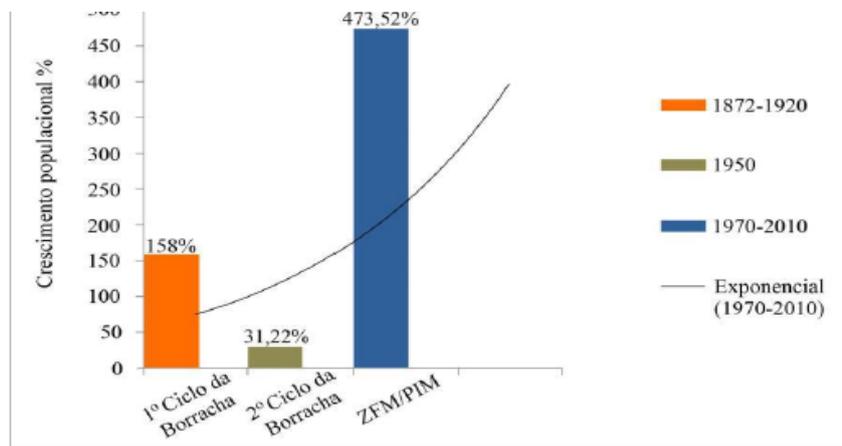
Pop = População; T = Taxa; C = Crescimento. Fonte: Organizados pelos próprios autores, 2021. Fonte de dados: IBGE, Sinopse Censo Demográfico (2010). (1) População presente. (2) População recenseada. (3) População residente.

Fonte: SILVA, SCUDELLER (2022)

Na tabela acima, identificamos por ano o crescimento populacional durante os principais ciclos econômicos da cidade de Manaus. A taxa de crescimento (T.C) maior apresentada foi a do ano de 1980 com uma taxa de 104,48%, a segunda maior foi a do ano anterior (1970).

Identificamos no gráfico 1 que houve entre os anos de 1872 a 1920 um crescimento demográfico de 158%, no 2º ciclo, nos anos de 1950, esse crescimento foi de 31,22% e em comparação a esses dois ciclos, houve devido à implantação da Zona Franca de Manaus (1970), um crescimento demográfico intenso entre os anos de 1970 a 2010.

Gráfico 1 - Crescimento percentual populacional de Manaus entre os ciclos econômicos



Fonte: SILVA, SCUDELLER (2022)

É possível notar o crescimento populacional na cidade de Manaus resultante primeiro do ciclo da borracha e posteriormente proveniente da implantação da Zona Franca de Manaus. Um crescimento também oriundo do fluxo migratório constante mantido pela Zona Franca de Manaus na qual desencadeou um crescimento desordenado do sítio urbano, além da aceleração da degradação das microbacias, como salienta Silva e Scudeller (2022). Porém, é relevante

destacar que apesar de ter ocorrido um crescimento urbano e um desenvolvimento da cidade, durante o período da borracha, conforme Tocantins (2020), a riqueza produzida não foi distribuída de forma equilibrada por todo o território amazônico, onde condições existenciais precárias permaneceram ao longo de todo o ciclo.

Para Costa (2021) não havia nesse período outra força atrativa como a ZFM e o Polo Industrial de Manaus capaz de atrair um intenso e desproporcional fluxo migratório, foram responsáveis pelo aumento do número de habitantes em Manaus. Em 1960, antes da ZFM a população da cidade de Manaus saiu aproximadamente dos 170 mil habitantes para 1 milhão de habitantes em 1991, sendo a posição geográfica da Zona Franca de Manaus um fator que contribuiu com esse crescimento. (BRITO, 2021).

Silva e Scudeller (2022) salientam o quanto a falta de investimentos nas cidades do interior do Amazonas contribuiu para o movimento da força de trabalho para a capital. Os trabalhadores e suas famílias eram atraídos pela ilusão do trabalho, do crescimento e da riqueza possível, do melhor acesso à educação, à saúde a moradia, os sonhos de melhorar as condições de vida na cidade grande. Para os migrantes, o trabalho resultaria em mudança de vida, que oferecia menos esforços e sem sofrimento como o oferecido pelo Polo Industrial de Manaus (PIM). Houve ainda, a expectativa com serviços de saúde com mais qualidade, renda monetária fixa e com expectativas de melhores condições de vida quando comparadas aos seus locais de origem.

Dessa forma, uma mão de obra desqualificada foi inserida no interior das fábricas no Distrito Industrial, na qual tinha como base uma experiência empírica de produção primária e a, partir de então, foi colocada numa linha de produção para montagem de peças de produtos eletrônicos, apontou Silva e Scudeller (2022) em seus achados. Analisando este contexto, Pereira (2006) afirma que o estado de natureza da Amazônia foi rompido prematuramente se vinculando a um contexto da economia internacional.

A força motriz da indústria e comércio que permitiu mudar acentuadamente o espaço geográfico do Amazonas promoveu uma desigual distribuição populacional, por um lado, o esvaziamento das cidades interioranas, e por outro, o “inchaço” urbano da cidade de Manaus. (SILVA; SCUDELLER, 2022, p. 6-7)

Ainda, de acordo com esses autores, o processo de migração e o esvaziamento do interior revelou uma nova fase do capitalismo, na qual precisava de mão de obra no interior das fábricas e na operacionalização das linhas de montagem na ZFM/PIM. Manaus ficou entre os 62 municípios que compõem o Estado do Amazonas como aquele que se destacou de forma

atípica no processo de crescimento populacional e urbano, além de oferecer em demasia serviços e emprego, considerado um forte pólo atrativo de mão de obra barata, principalmente no período entre 1970 e 1980.

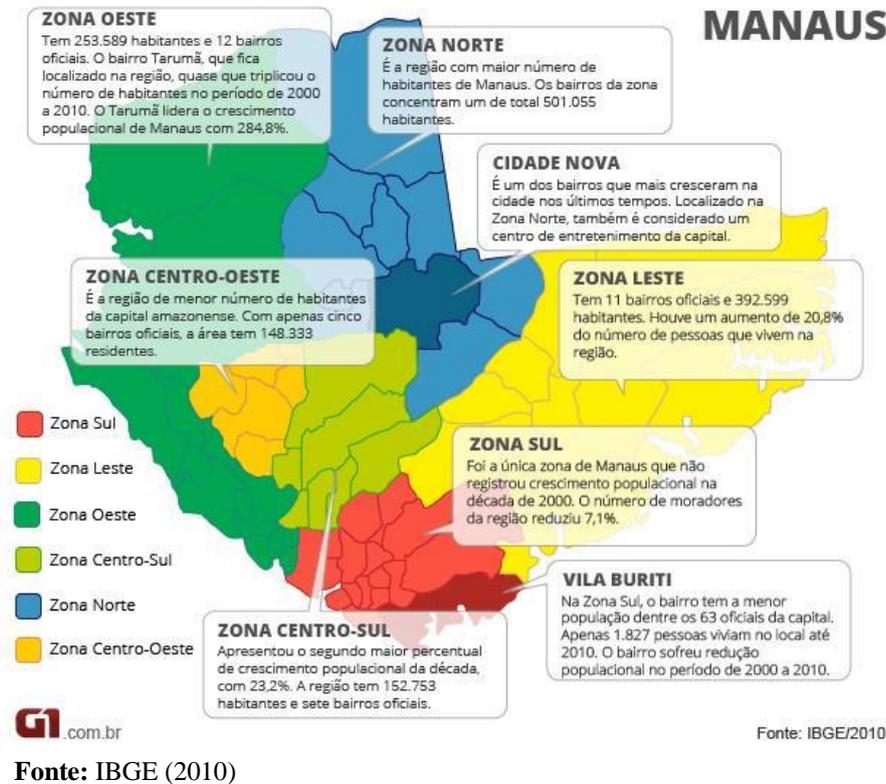
Para Souza (2018), não foi por meio de bases ordenadas que aconteceu o crescimento urbano da cidade de Manaus, situação que trouxe impactos para a dimensão ambiental, por meio da antropização direta destas estruturas por meio da ocupação de leitos, margens e nascentes de igarapés, além do desmatamento de fragmentos florestais para a expansão da área urbana, do despejo de esgotos e resíduos sólidos nos corpos d'água.

Considerando esses aspectos, de acordo com este autor, os migrantes que se dirigiram para a cidade depois da implantação do PIM se concentraram ou nos grandes conjuntos habitacionais e periferias da zona norte e leste, ou foram para palafitas sobre os igarapés das regiões centrais, locais ausentes dos serviços públicos básicos.

Para Lopes et al (2022) houve dois tipos de processos de crescimento da cidade de Manaus: um vertical e outro horizontal. Apesar da existência de alguns bairros verticalizados na cidade, o padrão da cidade é o horizontal, fazendo com que surjam novos bairros na capital por meio de um crescimento desmesurável da cidade, enquanto que no vertical, ocorre um valor do solo urbano, cujas áreas com o tempo ganham valor imobiliário. Os bairros verticalizados da cidade de Manaus, de acordo com Lopes Junior (2022) são: Adrianópolis, Nossa Senhora da Graça, Ponta Negra, Parque 10 de Novembro, Centro, Morada do Sol e D. Pedro.

Na figura 4 abaixo, podemos ver as zonas da cidade de Manaus com seus bairros mais habitados. A zona norte é a região que apresenta o maior número de habitantes da cidade de Manaus, com destaque ao Bairro Cidade Nova que cresceu nos últimos tempos, sendo visto como um centro de entretenimento da capital. A menor zona em questão de número de habitantes é a zona centro-oeste. Já o bairro Tarumã localizado na zona oeste lidera o crescimento populacional de Manaus, e a zona centro-sul apresenta o segundo maior percentual de crescimento populacional da década de 2000. A zona sul foi a única onde não se identificou um crescimento populacional nesse período, sendo o bairro Vila Buriti, pertencente a essa zona sul, o que possui a menor população dentre os 63 oficiais da capital.

Figura 4 - Mapa da cidade de Manaus com os bairros mais populosos



Fonte: IBGE (2010)

Dos bairros verticalizados mencionados acima, quatro pertencem a zona centro-sul (Adrianópolis, Nossa Senhora da Graça, Parque 10 de Novembro, Morada do Sol), um pertencente à zona oeste que é o bairro da Ponta Negra, um pertencente a região Sul (Centro) e outro a região centro-oeste relativo ao bairro D. Pedro.

As áreas de intervenção do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) pertencem a zona Sul (Prosamim I e II), zona centro-sul e oeste (Prosamim III) de acordo com a Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE). Nessas áreas haviam construções consideradas irregulares, nas margens dos igarapés, as intervenções foram realizadas na Bacia do Educados, localizada na Zona Sul de Manaus, Igarapé do Quarenta e em áreas parciais (sub-bacias) dos Igarapés Manaus, Bittencourt e do Mestre Chico e na Bacia do Igarapé do São Raimundo, de acordo com a UGPE.

Nas fases I e II do programa, com as obras iniciadas em 2005, 6.313 famílias foram removidas dos igarapés Manaus, Bittencourt, Mestre Chico, Quarenta e Cachoeirinha com o reassentamento de 1.986 de famílias no Conjunto João Paulo II, localizado na zona norte da cidade e 969 famílias nos Parques Residenciais do Programa, (FERREIRA; VALLINA, 2015, p. 4)

O Parque Residencial São Raimundo localiza-se na zona oeste de Manaus, no Bairro São Raimundo, pertencente à III etapa do Prosamim. Este Parque foi entregue em 2014 com 216 unidades habitacionais, disponibilizadas em 30 blocos, conforme Gil (2022) da Agência Amazonas e de acordo com UGPE.

O Quadro 5 abaixo indica as áreas e os bairros onde se localizavam as antigas moradias dos participantes da pesquisa. De acordo com os dados obtidos, quatro participantes estavam em áreas urbanizadas e oito em áreas alagadiças. Em relação à localização, cinco participantes são oriundos da zona oeste e sete da zona sul da cidade de Manaus.

Quadro 5 – Local da antiga moradia dos moradores entrevistados

Área da moradia anterior	Bairros da moradia anterior	Zona da Cidade	Quantidade
Área Urbanizada	São Raimundo	Zona Oeste	3
4 entrevistados	Praça 14	Zona Sul	1
Área de Igarapé	Glória	Zona Oeste	2
9 entrevistados	Presidente Vargas	Zona Sul	5
	Centro	Zona Sul	1
	Não respondeu	Não respondeu	1
Total			13

Fonte: ROCHA (2023)

2.2 PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE MANAUS EM ÁREA DE IGARAPÉS COM DESTAQUE AO PROSAMIM

Como salienta Souza (2018), as três fases do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM afetaram as regiões dos igarapés da bacia do Educados e São Raimundo, áreas estas ocupadas por grandes quantidades de palafitas desde os anos de 1970.

Três projetos de urbanização e infraestrutura na cidade tiveram como objetivos as bacias dos igarapés, entre esses programas estão o Programa de Saneamento dos Igarapés de Manaus de 1994, o Programa Nova Veneza de 1997 e o SOS igarapés de 2001. Conforme Souza (2018), a infraestrutura e a melhoria urbana foram o discurso inicial motivador dessas intervenções, mudando de forma gradativa para a questão da vulnerabilidade ambiental ou mitigação do risco socioambiental.

Há de se destacar que a execução destes programas somente foi possível com a aproximação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID de forma gradual nessas iniciativas, o que propiciou na convergência do escopo e objetivos destes programas com a agenda unilateral do banco.

Houve o financiamento do BID nas três fases do Prosamim, na primeira fase, ocorreu o empréstimo de US\$ 140 milhões, para o financiamento da segunda fase do programa, o banco aprovou o empréstimo de US\$ 154 milhões, e já para a terceira fase, houve o empréstimo de US\$ 280 milhões. O valor de US\$371 milhões totaliza o financiamento do BID para o Prosamim. Este foi o maior financiamento do banco para o Estado do Amazonas, conforme informações disponibilizadas no próprio site do BID, publicadas em setembro de 2009.

O potencial comercial dessas intenções foi percebido também pelo setor de consultoria em projetos de infraestrutura e da construção civil, o que resultou na consolidação de uma estratégia considerada amadurecida de certos atores em relação em como atuar na questão da precariedade habitacional dos igarapés de Manaus. (SOUZA, 2018)

Conforme Eloy et al (2021), vem acontecendo ao longo dos anos o aprimoramento das políticas públicas pelo governo brasileiro, principalmente, no âmbito habitacional, visando estabelecer um cenário mais justo e socialmente equilibrado. Dessa forma, houve a formalização pela Secretaria Nacional de Habitação (SNH), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) de um Acordo de Cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com a finalidade de apoio na reformulação de estratégias e programas de política habitacional de nível federal.

Seis temas de interesse foram definidos nessa parceria. São temas relacionados à arquitetura, definição da modelagem de um programa nacional de melhoria habitacional, elaboração de uma estratégia de viabilização de recursos privados no sistema de financiamento do setor, definição de uma modelagem de um programa nacional de locação social, elaboração de uma proposta para um referencial nacional de preços de imóveis e recomendações complementares sobre arranjos estruturais como reformas a nível institucional ou legal, sustentabilidade socioambiental para habitação de interesse social e outros. (ELOY et al, p. 18)

Dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), 2017, indicam sobre os objetivos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Conforme esta Secretaria (2017), a redução da pobreza e a busca pela equidade social e o crescimento sustentável do ponto de vista ambiental fazem parte dos objetivos do BID e de sua estratégia institucional. São quatro áreas consideradas prioritárias e que são trabalhadas por esse banco:

1. Incentivo à competitividade mediante o apoio a políticas e programas que aumentem o potencial de desenvolvimento de um país numa economia aberta e globalizada;
2. Modernização do Estado pelo fortalecimento da eficiência e transparência das instituições públicas;

3. Investimento em programas sociais que expandam as oportunidades para os pobres;
e
4. Promoção da integração regional com o estabelecimento de laços entre países que desenvolvem mercados para bens e serviços. (SDE, 2017)

Conforme a SDE (2017), o BID apoia o desenvolvimento socioeconômico e a integração regional da América Latina e do Caribe por meio da concessão de empréstimos a instituições públicas, com garantia soberana. Projetos do setor privado também são financiados por ele, principalmente aqueles em infraestrutura e desenvolvimento de mercados de capitais. As grandes áreas que promovem equidade social e a redução da pobreza, reforma econômica e modernização do Estado, bem como integração regional são áreas prioritárias apoiadas pelo BID.

No Quadro 6 a seguir, podemos ver os valores mais detalhados dos empréstimos contratados com o BID. De acordo com Souza (2018), para a primeira etapa foi assinado contrato de empréstimo com o BID no valor de US\$140 milhões, totalizando US\$200 milhões em recursos disponíveis quando somados ao aporte local. As intervenções urbanísticas realizadas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINF) em igarapés da Bacia do São Raimundo (BRS) e Bacia do Igarapé do Quarenta/ Educandos (BIQE) constituem esse aporte local, que segundo Cruz (2012), são contrapartidas financeiras aceitas e avaliadas em US\$ 60 milhões.

Quadro 6 – Composição financeira dos empréstimos contratados no âmbito do PROSAMIM

PROGRAMA	ANO	CONTRAPARTIDA (US\$ milhões)	EMPRÉSTIMO BID (US\$ milhões)	TOTAL (US\$ milhões)
<i>PROSAMIM I</i>	2006	60	140	200
<i>PROSAMIM SUPLEMENTAR</i>	2009	33	77	110
<i>PROSAMIM II</i>	2008	66	154	220
<i>PROSAMIM III</i>	2012	120	280	400
TOTAL		279	651	930

Fonte: Souza (2018)

Ainda conforme Cruz, um valor de empréstimo complementar, US\$77 milhões, em 2009, foi contraído para conclusão de obras não planejadas que se encerrou em 2013 para o que se denominou de Prosamim Suplementar com um valor do programa de US\$110 milhões. Sobre isso, o BID (2013) afirmou que o primeiro contrato foi afetado pela desvalorização do dólar em

relação ao real entre os anos de 2006 e 2009, além disso, também se justificou como um valor necessário para a incorporação de trabalhos indispensáveis nos projetos executivos, não previstos na etapa anterior.

O valor do empréstimo para a segunda etapa do programa foi de US\$154 milhões, com recursos locais de US\$66 milhões, totalizando para essa II fase US\$220 milhões com o encerramento do contrato no ano de 2013. Na III etapa, o empréstimo foi de US\$400 milhões, sendo US\$280 milhões aportados pelo banco.

A Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE (2021), responsável pela execução do PROSAMIM, durante mais de 14 anos de atividade, salienta que o PROSAMIM foi estruturado seguindo um conjunto de ações interligadas cujo propósito era o de alcançar a solução dos problemas ambientais dos igarapés de Manaus, em um horizonte de 20 anos. Em 2006 foi iniciado, tendo três fases, a primeira é referente ao PROSAMIM I, a segunda ao PROSAMIM II e a terceira PROSAMIM III.

No Quadro 7 abaixo, podemos ver o período de remoção da população inserida em cada fase do programa, além dos igarapés que integraram cada etapa.

Quadro 7 - Períodos em que se realizaram remoções de população afetada pelo PROSAMIM

ETAPA	IGARAPÉ	PERÍODO DE REMOÇÃO
PROSAMIM I	MANAUS	2005 - 2011
	BITTENCOURT	
	MESTRE CHICO	
	QUARENTA	
PROSAMIM II	CACHOEIRINHA	2009 – Inacabado
	CAJUAL	
	LIBERDADE	
	QUARENTA	
	VOVÓ	
PROSAMIM III	SÃO RAIMUNDO	2012 - Em andamento
	CACIMBAS	
	MESTRE CHICO	

Fonte: Souza (2018)

O PROSAMIM e Suplementar teve sua atuação em trechos dos igarapés de Manaus, Bittencourt, Mestre Chico, Quarenta e parte da Bacia do Educandos. Início das ações em 2006 e término no ano 2014.

O PROSAMIM II deu continuidade às obras pertencentes a Bacias do Educandos e Quarenta e São Raimundo, entre o trecho entre a Rua Maués e a Av. Dr. Rodrigo Otávio, Igarapé Cajual e Parque São Raimundo. Iniciando em 2008 e concluído em 2014.

O PROSAMIM III teve sua área de atuação na Bacia do São Raimundo, tendo iniciado

oficialmente em 2012 e foi totalmente implementado em 2022.

Na Figura 5 abaixo, podemos ver as áreas de atuação de cada etapa, abrangendo as principais bacias hidrográficas.

Figura 5 - Indicação das áreas de atuação de cada etapa do programa. PROSAMIM I, destacado em vermelho, em verde, o PROSAMIM II, e em azul a área de intervenção do PROSAMIM III.



Fonte: Souza (2018)

Segundo a UGPE (2021), a quantidade de famílias removidas e atendidas pelo programa somam um total de quatorze mil e setecentos e sessenta e três, tendo sido estas inseridas nas ações de remanejamentos e reassentamento do PROSAMIM e US\$ 900 milhões foram os investimentos realizados em infraestrutura física, social e ambiental.

Na tabela 2 abaixo, podemos perceber que desde a primeira fase do Prosamim até a última fase houve o aumento dos recursos gerenciados (US\$), sendo um somatório dos valores adquiridos por meio dos empréstimos do BID e de recursos locais.

Tabela 2 - Famílias atendidas e recursos aplicados por fase de implantação do PROSAMIM

PROGRAMA	INÍCIO	FAMÍLIAS REMOVIDAS E ATENDIDAS	RECURSOS MANEJADOS (US\$)
PROSAMIM I – Bacia dos Igarapés Educando e Quarenta (1692/OC-BR)	2006	5.661	200 milhões
PROSAMIM II – Bacia do Igarapé São Raimundo (2006/OC-BR) e suplementar (2165/OC-BR)	2008	4.352	330 milhões*
PROSAMIM III – Bacia do Igarapé São Raimundo (2676/OC-BR)	2012	4.750	370 milhões
Total		14.763	US\$ 900.000.000,00

*220 milhões do PROSAMIM II e 110 milhões do contrato suplementar

Fonte: UGPE

A UGPE executou suas ações na implantação e gestão de projetos socioambientais, em atividades administrativas-financeiras, no âmbito da engenharia, de cunho social e ambiental, no jurídico de relacionamento interinstitucional, trabalhando conforme o desempenho exigido pelo BID em operações de crédito e articulado com o processo de reassentamento involuntário de famílias, que envolve também atividades econômicas, além do tratamento de passivos socioambientais.

Ainda conforme a UGPE (2021), este programa teve seu reconhecimento nacional e internacional devido às suas alternativas de atendimento habitacional, obras de intervenção urbana, construção de espaços de convívio social, tendo como destaque, a participação em suas intervenções o que representou um modelo de gestão compartilhada que propicia a participação das famílias que foram afetadas em todas as etapas de implementação do Programa.

Conforme a UGPE (2021), várias metodologias de trabalho social foram utilizadas ao longo da execução do PROSAMIM, sendo estruturadas, implantadas e constantemente aprimoradas. O contato direto com a comunidade foi facilitado por meio da implantação de escritórios locais, na qual agilizou o atendimento de suas demandas, necessidades e expectativas. Além de ter permitido uma agilidade nos processos de compensação, resultando também na amenização dos impactos multidimensionais do reassentamento involuntário.

Sobre o empobrecimento que poderia ter sido causado a população que passou pelo processo de deslocamento, de acordo com a UGPE (2021), conforme as avaliações "ex post" realizadas dos planos de reassentamento, esse fato não ocorreu devido às ações de apoio socioeconômico, situação que se confirmou na mais recente avaliação realizada do PROSAMIM III em 2020. Além disso, ressalta-se sobre a empregabilidade particularmente das mulheres devido aos cursos de capacitação disponibilizados nos Escritórios de Gestão Compartilhada (ELOS) por meio de parcerias com várias instituições tanto de âmbito público quanto da sociedade civil.

O objetivo geral do PROSAMIM, conforme Carta Consulta aprovada pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), é contribuir para a solução de problemas tanto ambientais, quanto urbanísticos e sociais que afetam a população que reside na sub-bacia do Igarapé do Quarenta, em Manaus e propiciar melhores condições referentes à qualidade de vida nas áreas de intervenções do Programa e adjacentes.

Este objetivo foi apresentado no Plano de Reassentamento – PDR de 2021, plano este organizado pela UGPE, como base no Produto 6 “Plano Diretor de Reassentamento”, referente ao Contrato UGPE N° 05/2020 - Serviços de Consultoria para a Elaboração de Estudos e Projetos Executivos de Obras de Infraestrutura Urbanística para o Novo Programa do Município

de Manaus e Demais Municípios do Estado do Amazonas, a cargo do Consórcio Amazonas.

Além desse objetivo, também visa a garantia da sustentabilidade por meio de ações socioambientais, de melhoria de gestão pública, com o fortalecimento das entidades institucionais envolvidas com o Programa, visando ainda a modernização da gestão pública do Estado com a aceleração da inovação e digitalização dos serviços prestados pelo Estado por meio de ações. (UGPE, 2021)

Quadro 8 – Objetivos Específicos do Prosamim de acordo com o PDR (2021)

Objetivos Específicos	Ações
a) Melhorias das condições ambientais e de saúde da população na área de intervenção do programa;	Reabilitação, de implantação dos sistemas de drenagem, abastecimento de água potável, coleta e disposição final de lixo e efluentes hidrosanitários.
b) Melhoria das condições de moradia da população que vive na área de intervenção do programa;	Reordenamento urbano, no âmbito fundiário, sua regularização e a implantação de soluções habitacionais adequadas e de áreas de lazer.
c) Melhorias nos Órgãos Públicos envolvidos no Programa;	Aumentar a capacidade operacional
d) Garantir a participação da comunidade em relação a infraestrutura urbanística e de saneamento existente;	Organização de várias instâncias de participação das comunidades, tendo como as principais: o Comitê de Representantes das Comunidades (CRC), os Grupos de Apoio Local (GAL) e os Agentes de Vizinhança. Além disso, a existência de Escritório de Gestão Local (ELO) para propiciar o acompanhamento permanente às famílias e servindo como canal de atenção primária à população.
e) Redução dos gastos públicos	Melhorias das condições sanitárias decorrentes da execução de obras de drenagem urbana, abastecimento de água, esgotamento sanitário, da coleta e destinação de resíduos sólidos, além da implantação e manutenção da infraestrutura crítica de saneamento ambiental e das ações de educação socioambientais do Programa;
f) Melhoria dos indicadores de saúde da população que reside na área de intervenção do Programa.	Redução dos índices de doenças de veiculação hídrica;
g) Proteger e recuperar o meio ambiente;	Controlar a erosão e minimizar os efeitos das enchentes.
h) Impulsionar a inovação e digitalização da gestão governamental, proporcionando a modernização da gestão pública e maior eficiência no atendimento à população;	Implanta novos modelos de serviços digitais no EAM;

Fonte: PDR (2021)

Os objetivos gerais e específicos do Prosamim apresentados no Relatório de Impacto Ambiental de 2004 tratam sobre o processo de saneamento, desassoreamento e utilização do solo às margens dos igarapés de forma racional de forma a promover essas ações associadas tanto à manutenção do desenvolvimento socialmente integrado quanto ao crescimento econômico ambientalmente sustentável. Também há em seus objetivos gerais ações referentes à preservação do patrimônio natural de Manaus e do Estado do Amazonas com vistas a contribuir à longo prazo para a melhoria contínua da qualidade de vida da população amazonense.

Os objetivos específicos tem como foco principal os setores social, cultural, ambiental, territorial e institucional, com ênfase na participação comunitária, no exercício da cidadania, habitação e infra-estrutura dignas, o acesso aos serviços essenciais básicos, segurança alimentar da população atendida, vínculos econômicos e geração de projetos de trabalho e geração de renda, além das melhorias das condições de saúde pública e higiene da população por meio do sistema de abastecimento de água.

No setor ambiental, visa proteger e estabilizar as margens dos igarapés da bacia, em relação a sistematização da coleta, transporte e tratamento do lixo oriundo da área, visa apresentar soluções nesses aspectos, além de adequar às indústrias à legislação existente em relação as suas descargas contaminantes. No setor territorial, mostra como pretensão assegurar a regularização das áreas destinadas ao reassentamento das famílias, evitar invasões e equacionar os problemas urbanos/habitacionais na área e, por último, no setor institucional, em relação à gestão urbana, social e ambiental nas instituições parceiras, visa fortalece-las e, além destas, a capacidade de operação e manutenção da infraestrutura urbana, social e de serviços.

2.3 PARQUE RESIDENCIAL SÃO RAIMUNDO E AS AÇÕES DO PROSAMIM III

Os estudos de Macedo (2009) indicam a história do bairro de São Raimundo como intrínseca e sentimental com o Rio Negro. Datado de 1949, com o seu loteamento capitaneado pela Diocese, foi por meio da ocupação de suas margens e igarapé, com a construção de palafitas e flutuantes que o lugar foi aos poucos se constituindo. A relação entre homem e natureza foi refletida simbolicamente através das atividades econômicas, sociais e desportivas desenvolvidas. Ações que representavam o modo de vida tipicamente ribeirinho.

Continua o autor, foi em obras memorialistas como Aureo Nonato que se registrou o cotidiano ao redor do igarapé, batizado com o nome do bairro. Na memória dos antigos, há a presença dos bucheiros, pessoas que vendiam as vísceras do gado abatido pelo curro, ou

matadouro local. O principal centro comercial do bairro era o matadouro e ao redor havia pessoas que compravam gado em outras regiões do Amazonas chamadas marchantes.

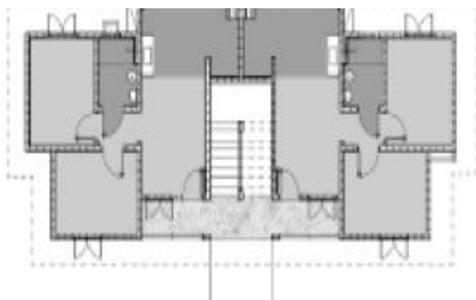
O autor traz ainda a lembrança dos catraeiros, eram responsáveis pelo transporte dos seus moradores a outra margem, havendo naquela época o porto das catraias, localizado ao lado da feira comercial do bairro, onde hoje se localiza a Escola Olavo Bilac. O fluxo de pessoas nessas travessias era constante, naquele período não era imaginada pelo governo local a ponte do São Raimundo.

A memória social dos moradores de São Raimundo preserva, também, o cotidiano do igarapé em tempos de vazante. Neste momento, a nostalgia toma conta daquela gente, ao lembrarem-se de uma época em que as praias de areia branca possibilitavam inúmeras distrações, tais como os desportos e os folguedos populares organizados pela paróquia local. Era a época também em que os marchantes embarcavam em comitiva, transportando o gado até o curro. Nestes momentos, o imaginário local lembra os momentos em que o gado desgarrava pelas praias, mobilizando os comunitários na caça aos animais, criando momentos de pura diversão. A vazante era o período também em que se cessava a travessia de catraias, ofício temporário do período de cheia. (MACEDO, 2009)

Outro destaque trazido por este autor, remete-se aos clubes sociais presentes no bairro, nas quais dividiam as atenções entre os moradores e hoje onde se localiza a praça Pe. Francisco, era antigamente o quintal que servia de divisão entre os clubes do São Raimundo e Sulamerica. Esses clubes protagonizavam os bailes do bairro, além dos festejos em datas comemorativas diversas.

A partir da criação do Prosamim III e de acordo com estudos de Souza (2018), o Parque Residencial São Raimundo passou a figurar em um novo formato, contendo 30 blocos, o que corresponde a 216 unidades habitacionais. A tipologia utilizada nesses conjuntos centraliza a circulação vertical coberta em um corredor único que dá acesso aos apartamentos do andar, não havendo a necessidade de laje para se ter acesso a uma das unidades. Nas figuras 6 e 7 abaixo apresentamos esses tipos de arranjos.

Figura 6 - Planta do tipo de 6 arranjos habitacionais



Fonte: UGPE (2017)

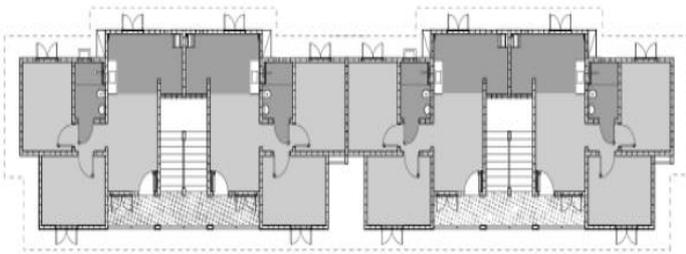
Figura 7 – Bloco do tipo de 6 arranjos habitacionais



Fonte: Rocha (2023)

Cada bloco tem três andares, com dois apartamentos em cada andar, num total de seis apartamentos por bloco. No percurso da pesquisa identificamos algumas instalações realizadas pelos moradores e não autorizadas pelo programa, a exemplo das instalações de portões na entrada de alguns blocos. O programa recomenda que esse acesso seja livre, proibindo a instalação de portões, grades ou quaisquer outros materiais. As unidades habitacionais devem seguir a estrutura entregue aos moradores.

Figura 8 - Planta tipo do arranjo de 12 unidades habitacionais



Fonte: UGPE (2017)

Figura 9 - Bloco com 12 unidades habitacionais



Fonte: Rocha (2023)

Nas figuras 8 e 9, há um bloco contendo doze unidades habitacionais, diferente do arranjo apresentado nas figuras 6 e 7, contendo seis unidades habitacionais. É uma estrutura maior, localizada na Rua da Cachoeira que dá acesso ao segundo bloco.

Apesar de terem sido removidos das áreas dos igarapés, identificamos no relato dos participantes uma insatisfação em relação a não ser autorizado realizar modificações na parte externa das moradias dos conjuntos habitacionais. Janelas e portas não podem ser diferentes daquelas instaladas pelo programa assim como as pinturas das fachadas devem seguir o modelo entregue.

Apesar do programa ter garantido a esses moradores o direito à moradia, há outros impactos e consequências que os atingem. Considerando o que foi salientado acima, existe uma fragilidade no sentimento de pertencimento daquele lugar e de que aquela moradia pertence a eles, pois devido a tantas “regras” estabelecidas pelo programa, não é possível vivenciar de forma completa esse sentimento de pertencimento e de propriedade da moradia.

O Parque Residencial São Raimundo ocupa uma fração onde originalmente havia uma grande concentração de palafitas sobre o igarapé das Cacimbas, um padrão peculiar de

distribuição das moradias da ocupação que se apresentava anteriormente, não havia uma organização ao longo de uma margem com linhas paralelas sucessivas.

Duas figuras (10) e (11) abaixo, refletem a distribuição das palafitas nos anos de 2009, período que antecedeu os conjuntos habitacionais, e nessas figuras, é possível perceber a busca por um alinhamento ideal que pudesse proteger das forças das águas, ou para alcançar o melhor posicionamento diante do entorno da cidade formal nas cotas superiores, conforme pondera Souza (2018).

Figura 10 - Concentração de palafitas junto a foz do igarapé das Cacimbas, em amarelo



Fonte: Google Earth (2009)

Figura 11 - Parque Residencial São Raimundo, em vermelho.



Fonte: Google Earth (2016)

Podemos perceber na figura 10 acima, um aglomerado de palafitas, do ano de 2009, antes das obras que foram realizadas na área posteriormente, enquanto que na figura 11, o conjunto habitacional Parque Residencial São Raimundo, após as obras, em 2016, com um posicionamento alinhado em comparação ao anterior. A canalização realizada na sub-bacia do Igarapé do São Raimundo considerada, de modo efetivo, como a principal realizada foi a do Igarapé das Cacimbas, com seção de galeria fechada nos trechos sob o Parque Residencial São Raimundo e do Parque Linear Igarapé das Cacimbas. Esta intervenção, aponta Souza (2018), foi vista como um contrassenso em relação ao amadurecimento técnico da alternativa implantada na várzea pelo fato de ter ocorrido o aterramento de 600 metros do igarapé, inclusive no trecho do Parque linear.

Os dados da UGPE (2020), indicam cerca de 150 famílias que residiam em 94 imóveis no leito da bacia do São Raimundo, tendo sido retiradas pelo Prosamim. Com a subida das águas dos igarapés, essas famílias conviviam com as constantes cheias. As residências vizinhas se mantiveram na localidade pelo programa.

Com base em Souza (2018), na várzea do Igarapé do São Raimundo, as palafitas eram mais altas quando comparadas às palafitas que ocupavam os igarapés do Quarenta e Educandos. Esta diferença na altura era devido a maior vulnerabilidade da população às cheias do Rio Negro e em virtude das enxurradas mais fortes proveniente da fisiografia do igarapé do São Raimundo e proximidade com sua foz.

Na figura 12 abaixo, observamos algumas palafitas do bairro São Raimundo localizadas entre a “esquina” do Rio Negro com a foz do igarapé do São Raimundo, numa encosta íngreme. Durante o período de seca, podiam ter até dois andares abaixo do seu piso principal e durante os meses de cheias ficavam submersos.

Figura 12 - Palafitas do Bairro São Raimundo 2009



Fonte: Souza (2018)

No Parque Residencial São Raimundo, há um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, inaugurado, segundo informação disponibilizada no site do jornal Em Tempo (2022), no dia 28 de julho de 2022, pelo prefeito de Manaus David Almeida. Esse CRAS atende a população dos bairros do São Raimundo, Glória, Presidente Vargas e Aparecida.

Ao observar o Residencial identificamos uma série de impedimento para alteração das estruturas das moradias do Residencial São Raimundo, contudo identificamos brechas encontradas pelos próprios moradores, a exemplo de uma quadra de areia, construída pelos próprios moradores. Esta fica localizada no segundo bloco, adjacente da rua da Cachoeira e da Av. Presidente Dutra e de acesso aos moradores pertencentes àquele bloco, conforme apresentado na Figura 13.

Figura 13 - Quadra Esportiva do Parque Residencial São Raimundo



Fonte: Rocha (2023)

O entrevistado nº 13 informou que essa quadra foi construída por eles mesmos, onde antes só havia mato, agora eles estão tentando melhorar o local. Os moradores se organizaram e tudo se iniciou em comemoração ao dia da criança. Hoje, eles têm até aula de vôlei na quadra.

Um ponto identificado no processo de coleta de dados é a ausência de uma organização e movimento político dos moradores do Residencial para lutar pelos seus direitos e a efetivação do Programa Habitacional. Existem inúmeros problemas relatados entre os moradores, com destaque ao saneamento básico, contudo não se articulam para buscar resoluções junto a equipe da UGPE.

2.4 IMPACTOS AMBIENTAIS PROVENIENTES DE PROGRAMAS HABITACIONAIS

De acordo com o IPEA (2011), muitos ativos ambientais são colocados em risco devido ao processo de urbanização desordenado que tem por objetivo resolver a questão da falta de moradias. Fator este que torna relevante o planejamento habitacional urbano também adepto à questão ambiental. O perfil do crescimento das cidades apresenta um padrão comum, em que há serviços e infraestrutura, saneamento e serviços básicos nas áreas centrais, e já as áreas periféricas caracterizadas por suas precárias condições, e ausência de políticas públicas essenciais para a sobrevivência humana.

Para Torquato et al (2020), os impactos ambientais dos empreendimentos a exemplo do Programa Minha Casa, Minha vida (PMCMV) atendido pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) não são devidamente quantificados, apesar da formação de uma faixa significativa e impactante em relação à sustentabilidade e ao desenvolvimento humano por parte desses imóveis

O esgotamento sanitário urbano ainda é algo crítico que se perpetua em inúmeros programas habitacionais, apontam os autores, visto ser deixada uma lacuna pela legislação vigente a este tema (Lei nº 11.977 de 2009). O artigo 5º da Lei sobre regulação fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, aponta:

Art. 5o-A. Para a implantação de empreendimentos no âmbito do PNHU, deverão ser observados: (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

III - infraestrutura básica que inclua vias de acesso, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais e permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica; e (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011) (BRASIL, 2011, ab.)

Torquato et al (2020) ao se basear em dados do IBGE (2015), menciona como a habitação é tratada no desenvolvimento sustentável como um dos itens essenciais para o viver humano. Para ser considerado satisfatório, um domicílio precisa ter um padrão mínimo de acesso aos serviços de infraestrutura básica e um espaço físico suficiente para os seus moradores, além de aspectos favoráveis em seu entorno. Poderá existir uma contribuição da moradia no âmbito ambiental, quando houver uma coleta adequada do esgoto e do lixo, evitando-se assim a proliferação de vetores de doenças.

Porém, a contribuição da moradia para a qualidade ambiental tem sido deficiente, o que compromete a qualidade de vida das pessoas. Um exemplo disso, conforme notícia de 2017 divulgada no site do Jornal À Crítica, é a existência de esgotos entupidos no Parque Residencial São Raimundo, sendo um problema que acarreta na transformação do espaço de lazer do local com a presença de mau cheiro.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus (SRMM) informou que estava ciente do problema e por meio de uma ação conjunta com a construtora do residencial e a Manaus Ambiental resolveriam o problema. A causa deste problema, segundo a SRMM, era em consequência do excesso de resíduos (gordura, absorventes, fraldas descartáveis e outros) na tubulação, considerado por esta Secretaria uma tubulação de tamanho adequado para o recebimento de efluentes domésticos (pias e banheiros).

Porém, ao realizarmos a pesquisa de campo em março de 2023, alguns moradores que participaram do processo de entrevista relataram sobre o mesmo problema informado no ano de 2017. Na fala de três entrevistados é visível essa insatisfação, um morador chegou a afirmar que eles saíram do alagado e continuam no alagado. Além disso, também vimos resíduos sólidos pelas calçadas, pelos gramados, matos tomando conta das áreas de passagens, visivelmente a

situação durante o processo de coleta de dados, indica uma área esquecida tanto pelo programa quanto pelo governo.

Aqui ainda é assim, alaga tudo [...] A tubulação aqui é muito fininha, não se compara a uma rede externa aqui de fora [...] que nem um caixa de luz pra cada bloco, vamos supor. A encanação é muito fininha e a população não colabora também, joga óleo, aí entope, aí estoura, aí contribui mais, aí vem a chuva, né? Aí é difícil, já em relação aos direitos, só pra quem tem conhecimento, ou seja, eu conheço fulano, é minha amiga, vamos lá, aí os outros falam, entram por um ouvido e sai pelo outro.” (Entrevistado nº 12, 2023)

O entrevistado nº 11 também informa sobre o mesmo problema: “Quando enchi o rio, aí enche ali. Quando o rio tá cheio, aí chove. Aí, isso aqui fica igual uma piscina. Só não chega a invadir a casa, mas fica bem próximo.”

Para uma outra moradora, perguntamos sobre essa questão da presença dessa água decorrente de entupimento de esgoto e também sobre a sua moradia anterior, antes do Prosamim. De acordo com sua fala, essa situação do entupimento colabora para a desvalorização do imóvel.

Eu não estava me sentindo mal. Eu me sinto hoje desestabilizada, assim, saí de lá e eu vim pra cá e hoje eu tô me encontrando nessa situação né, e se eu não correr, correr mesmo atrás, nem eu... Porque, às vezes, eu digo: Gente, nós temos poder, a gente pode processar esse Prosamim. Até o Prosamim nunca me pagou nem a terra, 45 m de terra, me pagaram só mal a casa [...] Era algo que eu tinha [...] me deram, me botaram aqui nesse apartamento e aqui não é assim... [...] Eu vim ver, vim escolher e me deram meia hora só, me deram meia hora pra mim sair da minha casa e vim pra cá [...] Eu mereço, eu queria ganhar, eu tenho que ganhar, e o Prosamim me deve, isso ele me deve. Me tirou da minha casa, me desestabilizou né [...] E a única coisa que a gente quer é viver bem, é tipo assim, eu não vou vender uma casa... como eu vou vender, com as pessoas virem olhar e ver essa coisa horrorosa. Alguma de vocês iam comprar? Não! Apesar de ficar no Centro, todo mundo quer morar no Centro.” (Entrevistada nº 1, 2023)

Segundo eles, esse problema já foi informado ao Programa, porém, nenhuma medida foi tomada em relação a isso. De acordo com o entrevistado nº 11, perguntamos se o programa já foi lá para resolver esse problema, segundo ele: “eles só fazem perguntar e aí vão embora. Aí, quem acaba resolvendo mesmo são os próprios moradores.”

Essas questões relatadas pelos moradores divergem dos objetivos do eixo de infraestrutura sanitária que compõem a estrutura do Prosamim. Esse primeiro eixo visa melhorar as condições sanitárias; reduzir a incidência de enfermidades de veiculação hídrica em que se inserem os componentes de ampliação dos serviços de água potável e esgoto

sanitário, com a inclusão da disposição final de águas servidas, além desses objetivos, visa a melhoria dos serviços de coleta e disposição adequada do lixo, (PLANO DE REASSENTAMENTO, 2012, p. 10).

No local de moradia, é indispensável que haja a disponibilidade de serviços e de infraestrutura como o fornecimento de água potável, energia, rede de esgoto e outros, (MIRANDA, FILHO, 2023). Além do direito à moradia, outros direitos como o acesso aos serviços de saneamento básico devem ser garantidos a esses moradores, pois conforme o inciso IX do Artigo 23 da CF/1988 é competência comum da União, do Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 2/2016 para o reconhecimento do saneamento básico como um direito social por meio da modificação do artigo 6º da Constituição foi aprovada por unanimidade pela Comissão e Constituição e Justiça (CCJ). O profissional de Serviço Social diante dessas questões tem papel relevante, pois o seu trabalho versa sobre as demandas dos usuários com a garantia destes aos direitos assegurados na Constituição Federal de 1988. A prática desse profissional está vinculada às políticas públicas, ao enfrentamento das desigualdades sociais e à falta de acesso aos direitos, com competências para intervir junto a movimentos sociais para a socialização de informação, mobilização e organização popular, nos processos de luta pela ampliação de direitos e responsabilização estatal, (CFESS, 2012).

A Lei Nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes para o saneamento básico e no seu Art. 2º, parágrafo III, define os serviços públicos de saneamento básico: (a) abastecimento de água potável, (b) esgotamento sanitário, (c) limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada a saúde pública, (d) à conservação dos recursos naturais e (e) à proteção do meio ambiente.

A expansão desses serviços no país e a universalização do acesso a eles são objetivos que se inserem no Novo Marco Legal do Saneamento, Lei 14.026/2020 que estabelece: 90% da população com acesso à coleta de esgoto até 31 de dezembro de 2033 (53,2% em 2018), 99% da população com acesso à água tratada até 31 de dezembro de 2033 (83,6% em 2018).

Sobre essas questões de saneamento básico, perguntamos aos entrevistados sobre as ações e iniciativas do programa, e em que local os moradores apresentam suas demandas, requerem seus direitos. Neste aspecto o Entrevistado 12, relatou:

O pessoal geralmente vão aí no CRAS agora conversar [...] acho que é SUHAB aqui que cuida desse negócio do Prosamim. Vem vez ou outra, só prometem, nunca resolvem nada, entendeu, já o governo não se disponibiliza em nada, não tem fiscalização [...] no tempo da política piorou, que era o tempo que as pessoas aproveitavam mais e os políticos também não fizeram nada, então é assim [...] (Entrevistado nº 12, 2023)

No Parque Residencial São Raimundo, há gramados e algumas jardinagens, porém, segundo alguns relatos dos moradores entrevistados é necessário que eles mesmos façam o procedimento de corte dos matos que cercam as moradias, pois não há um serviço próprio disponibilizado pela prefeitura para isso naquele local.

Para o entrevistado nº 11, perguntamos sobre quem realizava esses serviços de limpeza no Parque Residencial São Raimundo, quem cortava os matos naquele lugar, ele respondeu:

“É bem difícil assim a prefeitura mandar o pessoal, é mais na época de eleição que isso acontece ou quando tem alguma coisa pra acontecer na cidade, eles fazem aquela maquiagem toda que a gente conhece já.” (Entrevistado nº 11, 2023)

Na figura 14, identificamos resíduos sólidos despejados fora das lixeiras, perto da área em que a água fica acumulada devido ao entupimento de esgotos, atraindo bichos peçonhentos e provocando mau cheiro. Esta é uma problemática que de acordo com a fala dos entrevistados, incomoda sobremaneira o viver no Residencial.

Figura 14 - Resíduos Sólidos em locais inapropriados



Fonte: Rocha (2023)

Figura 15 - Água proveniente dos esgotos



Fonte: Rocha (2023)

As imagens das figuras 14 e 15 indicam a precariedade da política de saneamento básico proposta pelo PROSAMIM ao Parque Residencial São Raimundo, o agravo é a falta de uma política e organização da equipe da UGPE para o atendimento das demandas da população que se apresentam cotidianamente. É de se esperar que obras da magnitude do PROMIM III apresentem problemas estruturais, mas deveria haver por parte do Governo do Estado estratégias, mecanismos e equipamentos para responder as estas situações problemas.

Quando levamos para o contexto nacional o problema do saneamento básico, dados da Agência Nacional de águas (ANA) e da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (2023), indicam que o esgoto coletado e tratado atinge uma população de 43%, enquanto que 12% utilizam fossa séptica, solução individual. Indica ainda que 55% da população possui um tratamento considerado adequado e 18% possui um atendimento precário, tendo seu esgoto coletado, mas não tratado e 27% não possuem nem coleta e nem tratamento, não havendo um serviço de coleta sanitária. Neste aspecto conclui-se que 45% da população não tem tratamento de esgotos.

No Amazonas, conforme a Agência Nacional de Águas (ANA), dados de 2023, identificamos que 57,73% do esgoto não é coletado e tratado, 19,3% indicam soluções individuais para o esgoto; 18,79% o esgoto é coletado e tratado e 3,6% coletado e não tratado. Quando trazemos estes dados para a cidade de Manaus, os dados do Atlas Esgoto (2017) indicam 49,3% do esgoto estava sem coleta e tratamento, 22,1% buscava-se soluções individuais e 28,6% o esgoto era coletado e com tratamento. Em relação a evolução do saneamento básico nos últimos cinco anos de acordo com os dados do SNIS (2017 a 2021) somente em relação as capitais, Manaus ocupa a colocação 21^a, dentro das 27 capitais. Ou seja, continua apresentando baixos índices de melhorias no saneamento básico, mesmo com todos os investimentos do BID em programas habitacionais no município de Manaus, que trazem em seu bojo uma série de projetos de melhorias em saneamento básico.

De acordo com pesquisa do Instituto Trata Brasil (2023) a cidade de Manaus encontra-se entre as 20 piores cidades em serviço de saneamento básico no Brasil e outras cidades da região norte que estão nessa lista são Belém (PA) e Santarém (PA). Estas informações levam em conta os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do ano de 2021.

CAPÍTULO III: TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA

O trabalho se torna algo central na sociedade capitalista, porém se desenvolve de forma específica, objetiva e passa a configurar as relações sociais existentes na sociedade, relações estas pautadas em valores de troca. No modo de produção capitalista, a força de trabalho é vista como mercadoria. Neste aspecto, Marx (1985c, p. 48) afirma: *“Todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende a sua força de trabalho como mercadoria.”* e as relações estabelecidas nesse âmbito são associadas as relações de troca. Ainda de acordo com Marx:

No processo de trabalho a atividade humana é materializada ou objetivada em valores de uso. “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas [...]” (MARX, 1985a, p. 153)

Com base em Marx (2008), o trabalho torna-se um trabalho social, na sociedade capitalista, por meio do valor de troca, ou seja, na troca de mercadorias. Antes disso, ele se constitui como trabalho particular de indivíduos isolados. O trabalho adquire um caráter social pelo tempo de trabalho socialmente necessário, nesse ponto, tem sua importância pela sua generalidade e capacidade de produzir valores de troca. Não era pela sua generalidade que o trabalho nas sociedades primitivas era social, mas sim devido ao fato de produzir valores de uso necessários não só para ele (produtor), mas para a sociedade na qual ele vivia.

Sobre esses valores de uso e valores de troca, Colmán e Polan (2009) afirmam que o trabalho concreto é a fonte das riquezas materiais e o trabalho abstrato é o produtor do valor de troca, sendo a forma social que o trabalho assume no capitalismo.

O trabalho que cria valores de uso é uma condição natural da existência humana, que existe independente das formas de organização social, enquanto o trabalho que cria valores de troca é uma forma social. O trabalho concreto é a fonte das riquezas materiais, assim é o trabalho produtor de valores de uso, enquanto o trabalho abstrato é o produtor do valor de troca, que é a forma social que o trabalho assume no capitalismo. (COLMÁN, POLAN, 2009, p. 12)

A dominação e a alienação fazem parte das relações e o trabalhador se vê condicionado a fazer parte dessa lógica para adquirir o mínimo para sua sobrevivência. Aqueles que não tem

condições de se inserir no mercado de trabalho, fazendo parte do exército de reserva, pagam o preço do trabalho informal e precário.

Para Marx (1964), o trabalho alienado no sistema capitalista se constituiu ao fato do trabalho ser algo externo ao trabalhador, não fazendo parte de sua natureza e da não realização de si em seu trabalho, pois é explorado fisicamente e mentalmente, deixando de ter o seu potencial de pensar e transformar a realidade como um ser livre e consciente de si. A liberdade do homem, portanto, nesse processo de produção ou atividade alienante ou alienadora é reduzida às suas funções animais como comer, beber, dormir e procriar e de subsistência, sendo negado a ele as funções de sua natureza como pessoa livre.

A forma de trabalho é comprada pelo capitalista e o trabalhador é descartado quando não há mais utilidade. (LIMA, LOPES, 2018). A supervalorização do capital e a desvalorização do indivíduo e de suas necessidades e direitos se refletem nas desigualdades sociais existentes. Estas caracterizam o modo de produção capitalista, porém, a solução de todas as questões resultantes dele só serão superadas quando atingirmos outro patamar de sociedade em que as relações não serão mais pautadas entre aqueles que produzem e aqueles que usufruem da riqueza produzida. Conforme Luz (2008, p.10): “a superação do trabalho alienado é a condição que possibilita a superação de um sistema que impede o desenvolvimento do ser humano.”

O trabalho na sociedade capitalista é concebido dentro de outras lógicas para garantir a produção e reprodução do sistema, criando técnicas e tecnologias que garantam a permanência e garantia da mais valia. Neste capítulo a categoria principal é o trabalho e sua resignificação ao longo do processo histórico a partir do capitalismo. Passamos pela revolução industrial, seus momentos marcantes o Fordismo, Taylorismo, lutas do proletariado, trabalho como direito social e as novas configurações do trabalho em um modelo de sociedade desigual e desumano, dando destaque ao trabalho informal e precário dominante em períodos hodiernos.

Para este capítulo, a discussão teórica está fundamentada em autores como: Xavier (2014), Araujo e Moraes (2017), Huberman (1986), Matsuo (2009), Fraga e Emmel (2023), Antunes (2009), Marx (1985), Teixeira (2014), Prates, Carraro e Zacarias (2020), Chomsky (2006), Braga (2015), Standing (2013).

3.1 TRABALHO NO SISTEMA CAPITALISTA: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, TAYLORISMO, FORDISMO.

A ideia de que a riqueza do país dependia do trabalho foi difundida, durante o século XIX, depois da consolidação do modo de produção capitalista. O trabalho nesse viés, deixa de assumir um lugar secundário, que antes tinha por objetivos ocupar o tempo e garantir a subsistência, não existindo grandes ambições, para assumir um papel fundamental que não envolve apenas o propósito existencial, mas o tempo de vida gasto pelo indivíduo dedicado ao trabalho. (ARAÚJO E MORAES, 2017)

O trabalho inserido na ótica do sistema capitalista é um trabalho alienado, não pertencente ao trabalhador, exterior a ele. A riqueza produzida por este trabalhador não será usufruída por este. Para Marx (2015), torna-se apenas um meio para satisfazer as necessidades externas, considerado um trabalho de auto sacrifício, de mortificação.

Desse modo, quando o homem se confronta com o trabalho, que já se mostra alienado, ele não o introjetará como inerente ao seu desenvolvimento, mas o inverso, reconhecerá como atividade alheia a si e extenuante. O trabalho como atividade livre e consciente, específica a generalidade do homem, que os distingue dos animais, lhe é negado e quando se evidencia alienado, transforma-se em simples atividade de subsistência contraposta ao ser. (ALBUQUERQUE, 2018, p. 31)

Foi a partir do século XX que houve a intensificação da divisão do trabalho e foi o período em que dois processos de produção revolucionaram a sociedade industrial: o taylorismo e fordismo. O taylorismo foi criado pelo engenheiro mecânico Frederick Winslow Taylor e nesse processo o objetivo era a execução da tarefa em menor tempo possível e não era necessário que o trabalhador conhecesse as outras etapas que resultariam no produto final. A divisão técnica do trabalho foi reforçada por este processo no qual se caracterizou por meio de tarefas simples, repetitivas e cronometradas, era um sistema produtivo padronizado que visava uma maior produtividade em menor tempo, aponta Xavier (2014).

O Fordismo foi criado por Henry Ford, considerado o pai da indústria de automóveis. A esteira na linha de montagem, foi a característica mais marcante do período fordista. Também se trata de processo que exigia uma tarefa específica do trabalhador. Este tinha que ficar em um determinado local e realizar uma tarefa com um tempo determinado pelas máquinas programadas. (HARVEY, 2007).

Ambos os processos de produção tinham por objetivos obter lucros por meio de uma produção ampliada e em menor tempo. Neste aspecto, a exploração da força de trabalho dos operários foi e é mais um mecanismo para ampliação da produção. Houve o sucesso de ambos, porém, também sofreu crises, uma dessas crises foi em relação a produção em massa de

produtos padronizados, não havendo a diversificação de produtos e a absorção destes no mercado. (HARVEY, 2007).

Como resultado deste processo, surge a acumulação flexível, na qual possibilitou a personalização dos produtos e a venda destes a preço de produção em massa. Isso foi possível devido à integração da engenharia e da produção com a utilização das tecnologias da informação e assim, não era necessário mudar o maquinário e sim o programa do computador, (XAVIER, 2014).

A acumulação flexível ou toyotismo acarretou uma profunda segmentação do mercado de trabalho. As condições de trabalho tornam-se diferentes para os trabalhadores ditos estáveis, periféricos, terceirizados ou temporários. Os locais de trabalho também passam a ser redefinidos por meio das práticas de organização flexível, sendo locais ocupados por trabalhadores qualificados que são valorizados devido ao seu saber técnico e pelos trabalhadores sem qualificação que são os subcontratados com baixos salários, (ARAÚJO; MORAIS, 2017).

A focalização na atividade central, como argumentam Araújo e Morais (2017), ocasiona um número bem reduzido de empregos bem pagos, estáveis e com perspectivas de desenvolvimento profissional. A empresa para esses trabalhadores seria um lugar de cidadania, de sociabilidade, de expressão e de subjetividade, mas, no âmbito do trabalho, a inconstância e insegurança repercutem.

Nessa conjuntura, o processo de trabalho sofre mudanças significativas nas técnicas de gerenciamento, além disso, a globalização também eclode nesse período, e é impulsionada pelo avanço tecnológico, principalmente no âmbito da informática e das comunicações. Surge o processo de internalização do capitalismo com a circulação de capital e de mercadorias pelo mundo, porém não é de forma igualitária que a riqueza produzida e resultante desse processo é apropriada pelas nações. Há uma diferença entre os países ricos e pobres, o que acaba gerando conflitos, (XAVIER, 2014). Neste bojo, deflagra-se a elevação dos índices de desemprego, novas lógicas e precárias relações de trabalho, ampliação do mercado informal e a exigência de novos conhecimentos, competências e aperfeiçoamentos profissionais não acessíveis aos trabalhadores mais pobres.

3.2 TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

Com base em Campana (2000), o desenvolvimento do Direito do Trabalho surgiu durante o contexto da Revolução Industrial do século XVIII e da razão iluminista que criava a garantia da dignidade do homem trabalhador da indústria. Para Xavier (2014), a revolução industrial teve papel vital no desenvolvimento do capitalismo, foi um período marcado por uma intensa acumulação do capital, significou o advento da indústria e da produção em grande escala. O trabalhador passa a não ter mais controle dos meios de produção, mas tão somente a sua força de trabalho como produto a ser vendido ao capitalismo.

Para Araújo e Morais (2017) a divisão do trabalho causou a separação entre a concepção e execução do trabalho, tal divisão foi inserida no sistema fabril com uma dinâmica criada por meio do taylorismo e pelo fordismo que impuseram um controle sobre o tempo despendido no desenvolvimento de uma atividade realizada pelo trabalhador e com a introdução, pelo fordismo, da linha de montagem. Dessa forma, o processo produtivo foi perdido progressivamente pelo trabalhador.

Foi de modo mais mecânico e instrumental que o trabalho laboral passou a ser concebido após a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII. Houve nesse período, o acelerado crescimento dos novos centros urbanos e a necessidade de sustentar um padrão de produção, preocupação esta dos Estados recém estabelecidos com base no sistema capitalista em ascensão. O modo de produção fabril em escala tornou-se superior às atividades econômicas com características predominantemente artesanais. (HUBERMAN, 1986).

De acordo com Xavier (2014), o pensamento iluminista que emergiu nesse período, representou um conjunto de ideias opostas ao absolutismo e ao misticismo religioso. A valorização da ciência e da racionalidade caracterizaram o movimento iluminista, que se espalhou pela Europa. Tratou-se de um movimento filosófico com efeitos das dimensões políticas e econômicas, defendeu os direitos do indivíduo e combateu as arbitrariedades dos governos absolutistas, porém, foram os novos ideais burgueses que se desenvolviam na época que serviram como referências, na qual fortaleceu as teorias que pregavam a liberdade econômica e a formação do livre mercado.

A centralidade do modo de produção capitalista é o lucro e a acumulação de capital, resultantes do processo de exploração do proletariado. A ampliação do lucro ocorre por meio da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, o que gera desigualdades entre as classes e aumenta na mesma proporção o lucro capitalista e a exploração da classe trabalhadora, (LIMA; LOPES, 2018).

O proletariado e as massas operárias surgem com o crescimento industrial nas cidades da Europa. Com jornadas de trabalho de 14 a 16 horas, os trabalhadores vendiam sua força de

trabalho em troca de salário. Porém, nesse período não havia uma regulamentação das relações de trabalho, o empregador estabelecia ou modificava as condições de trabalho e os salários, considerado o pólo mais forte da relação. Não havia contratos escritos, assim, para Campanha (2000), pressupunha-se que não havia garantias mínimas para o trabalhador e foi de forma clandestina que surgiu a organização sindical, responsável pela estruturação do movimento trabalhista. Em 1871 ocorreu na Inglaterra o reconhecimento oficial dos sindicatos e em 1884 na França.

Com base em Castel, Matsuo (2009), salienta que o distanciamento entre o crescimento econômico e o aumento da pobreza foi algo constatado que suscitou a questão social assim denominada nos anos de 1830. Nesse contexto, de um lado havia uma ordem político-jurídica que reconhecia o direito dos cidadãos e de outro uma ordem econômica que os negava. Foi após a Revolução Industrial que essa questão foi levantada.

A expressão “questão social” surge na terceira década do século XIX, na Europa Ocidental, para designar o fenômeno do pauperismo, visto como um dos impactos da primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra no século XVIII, NETTO (2001).

Historicamente, a questão social se relaciona com a emergência da classe operária e sua introdução no âmbito político por meio de lutas em prol dos direitos atinentes ao trabalho com exigências para o bloco do poder para que este o reconhecesse como classe, principalmente pelo Estado. O domínio privado nas relações entre capital e trabalho foi rompido pelas lutas sociais, a questão social foi levada para a esfera pública, visando a interferência do Estado na questão do reconhecimento e da legalização dos direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, (IAMAMOTO, 2001).

Porém, foi apenas no século XX que o direito trabalhista foi institucionalizado por meio de uma ação dos trabalhadores associados contra a exploração capitalista e a favor dos seus próprios interesses, tendo ocorrido em um processo de intervenção do Estado.

Desse momento histórico decorre o constitucionalismo social, afirmando que o Estado deveria incluir direitos trabalhistas e sociais fundamentais na sua Constituição, pondo o trabalho sob sua proteção, garantindo a liberdade de associação, fixando salários e condições laborais. Exemplos marcantes desse processo foram a Constituição Social Mexicana em 1917, a Declaração Russa dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado de 1918 e a Constituição de Weimar em 1919. Ao final da Primeira Guerra, em 1919, foi criada a Organização Internacional do Trabalho, consagrando os direitos fundamentais dos trabalhadores e criando uma legislação internacional do trabalho. (CAMPANA, 2000, p. 130)

Fraga e Emmel (2023) salientam sobre o processo de reestruturação do modo de produção capitalista, no início dos anos de 1970, como um meio de buscar novas formas de obtenção e recuperação de lucro. Nesse contexto, a ampliação da informalidade, da precarização e do desemprego são bases que compõem o modelo de acumulação consolidado no século XX resultante da remercadorização do capital e do trabalho.

Nesse período, houve o processo de reorganização do capital, do seu sistema ideológico e político de dominação que resultou no advento do neoliberalismo, caracterizado pela privatização do Estado, desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. Houve um processo intenso de reestruturação da produção e do trabalho como uma forma de dotar o capital do instrumental necessário na tentativa de repor os patamares de expansão anteriores, (ANTUNES, 2000).

As consequências decorrentes da dinâmica contemporânea do capital atingem, além da economia, o âmbito do trabalho, (SOUZA, 2008). Com essa reestruturação, há o estímulo para o aumento da competição e da concorrência intercapitalistas que destroem e precarizam a força humana de trabalho e a degradação crescente do meio ambiente na relação metabólica existente entre o homem, a tecnologia e a natureza, guiada pela lógica societal, subordinada aos parâmetros do capital, (MÉSZÁROS, 2011).

Com base em Fraga e Emmel (2023), percebeu-se um intenso processo de precarização do trabalho que propicia um aumento na instabilidade dos empregos, da informalidade, da subcontratação e da perda de direitos e garantias trabalhistas que foram construídas historicamente, intensificada por meio da Lei 13.467/2017 ⁴. Também há o incentivo a desestabilização da organização coletiva, pois com a rotatividade no trabalho, os trabalhadores permanecem pouco tempo na empresa.

Como afirma Marx (1985), o processo que acontece entre o homem e a natureza define o trabalho e é por meio da própria ação do homem que ele consegue mediar, regular e controlar seu metabolismo com a natureza. A apropriação da matéria natural, por este homem, de forma útil para sua própria vida acontece por meio da movimentação das suas forças naturais pertencentes a sua corporeidade, sendo essas forças seus braços, pernas, cabeças e mãos. Além

⁴ Lei que altera a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 e as Leis nº6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho, (BRASIL, 2017).

A Lei 13.467/2017 trouxe várias mudanças como a ampliação da flexibilização trabalhista no âmbito individual por meio de acordos realizados entre empregado e empregador, podendo-se negociar livremente, (CORREIA, 2019).

disso, sua natureza passa a ser transformada conforme o seu agir sobre a natureza externa e conforme a modifica por meio deste movimento.

Porém, como salienta Antunes (2001), essa relação metabólica entre o homem e a natureza tem passado por um processo de degradação que se amplia cada vez mais, processo este orientado por uma lógica voltada de forma prioritária para a produção de mercadorias e a valorização do capital.

A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital. (ANTUNES, 2009, p. 17)

Com base em Teixeira (2014), na perspectiva marxiana, o trabalho é considerado como dimensão essencial associada às respostas provenientes dos crescimentos humanos que resultam da ação humana e sendo pela natureza mediada. Na sociedade burguesa, o trabalho assume outra função específica no âmbito social que vai de acordo com as relações sociais estabelecidas, responsáveis em garantir o modo de produção na sociedade capitalista, tendo este como prioridade a reprodução do capital e não as necessidades humanas. O valor de uso e o valor de troca no âmbito social, de forma mais superdimensionada, passam a compor os produtos resultantes do trabalho e passam a caracterizar a organização nas sociedades contemporâneas.

Prates, Carraro e Zacarias (2020) afirmam que a pobreza e as desigualdades são processos sociais gerados pelo modo de produção capitalista com o objetivo de se reproduzir. Sua acumulação ocorre por meio da exploração da força de trabalho que precisa ser incessantemente incorporada ao capital como uma forma de expandi-lo.

O trabalhador inserido no modo de produção capitalista, considerando suas transformações mediante a expansão do capital, se vê sob essas condições de desumanização, de pobreza de necessidades. Tais condições são favorecidas pelas imposições do próprio sistema, para que assim, possa acelerar seu processo de acumulação.

Continuam os autores, tornam-se estranhos ao trabalhador tanto o trabalho quanto o produto gerado por essa atividade vital. A riqueza é produzida por esses trabalhadores, porém, eles não a usufruem e ficam cada vez mais sob o domínio do capital.

No Brasil, no campo político, o neoliberalismo, já discutido no capítulo I, reorientou o trabalho e a geração de renda conforme as mudanças que aconteceram no âmbito econômico, fazendo com que os direitos sociais e as políticas sociais assumissem um papel secundário dentro das prioridades estabelecidas pelo Estado no âmbito da sociedade capitalista, subsidiando o desenvolvimento e a acumulação capitalista, principalmente no momento de crise.

A crise estrutural de acumulação do capital desencadeada nos anos de 1970 gerou consequências como a expansão da pobreza e o aprofundamento do exército de reserva, com o desemprego e a pobreza como o resultado do processo de reestruturação produtiva. A materialização da ampliação da precarização e informalidade do trabalho e o crescimento do incentivo em atividades de economia solidária vem acontecendo desde o governo Lula entre os anos de 2003 e 2011.

Em 1980, de acordo com Antunes (2006), o mundo do trabalho sofreu grandes transformações nas formas de inserção na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e políticas. Os mais afetados com tais mudanças foram os que pertenciam a classe que vive do trabalho, não os atingindo somente de forma objetiva, mas fundamentalmente sua subjetividade.

As políticas neoliberais moldam o trabalho e a geração de renda, e são políticas que priorizam o capital e o seu desenvolvimento. O trabalho que para Marx (2013) é uma categoria fundante do ser social⁵, deixa de ser exercido como direito, dando espaço para as políticas de transferência de renda, incapazes de garantir o mínimo para a sobrevivência dos trabalhadores.

As novas tecnologias como a robótica e a microeletrônica substituíram o trabalho intenso, consequências estas do processo de reestruturação produtiva. No Brasil, foi na década de 90 que essas mudanças puderam ser percebidas, tendo sido impulsionadas pelo neoliberalismo que se caracteriza através da abertura econômica, privatização de empresas estatais e a desregulamentação de leis de proteção ao trabalhador, medidas que geram o aumento do desemprego formal, o aumento do trabalho informal com reduções salariais significativas. (FRAGA, EMMEL, 2023).

Essas mudanças também são provenientes da forte influência do modelo capitalista que para Navarro e Padilha (2007), pertencem a esse sistema várias contradições vinculadas ao

⁵ O trabalho com base em Lukács tem seu conceito atribuído à atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social, nesse aspecto é a categoria fundante do mundo dos homens. É por meio do trabalho que a existência humana é retirada das determinações meramente biológicas, e assim, sem o trabalho não haverá existência social, (LESSA, 2012, p. 25).

âmbito do trabalho. O bem-estar e a humanização são promovidos pelo trabalho, porém, ele também pode alienar, degradar, corromper quando inserido na lógica do capital, deixando assim, de produzir coisas úteis ao homem e se adequando às exigências do capital.

A classe operária industrial tradicional foi diminuída no capitalismo contemporâneo, porém, de forma paralela, houve uma expressiva expansão do trabalho assalariado por meio da ampliação de forma intensa no setor de serviços, com a heterogeneização do trabalho por meio da inserção do contingente feminino no mundo operário, também há a subproletarização emergente, intensa e presente no trabalho precário, subcontratado, temporário e terceirizado, (ANTUNES, 1995).

O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países do Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc. Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 205)

Com base em Albuquerque (2018), no capitalismo, o trabalho mostra-se externo ao trabalhador e sua força de trabalho é transformada em mercadoria quando o capitalismo enquanto produção mercantil atinge seu estado de alto desenvolvimento. A exploração do trabalho é a principal característica desse modo de produção e visa gerar mais acumulação e expansão dos lucros, realizar a compra e a venda da força de trabalho, ou seja, tido como mercadoria.

Para Albuquerque (2018), a consequência gerada por meio da aceleração do desenvolvimento capitalista é a perda do controle do trabalhador diante do processo de tomada de decisão. Nesse sentido, chega ao ápice a degradação humana dentro dessa relação desigual entre capital e trabalho.

Xavier (2014) qualifica a mercadoria como a materialização do trabalho humano, composta por três elementos: primeiro a matéria-prima; o segundo os instrumentos; e terceiro a força de trabalho. A transformação da matéria em mercadorias seria impossível de acontecer sem a força de trabalho e o valor da mercadoria existe devido à ação do homem sobre a matéria-prima. Dessa forma, para a produção dos bens que atendem as necessidades, o trabalho é condição fundamental.

O direito do trabalho surge e consolida-se nos moldes de indignidade do trabalhador operário, com o propósito de proteger e reconhecer a dignidade do trabalho humano. A necessidade de luta pela garantia da dignidade humana do trabalhador operário, vivendo sob condições desumanas, com jornadas de trabalho superior a quatorze horas, desprovido de qualquer amparo em casos de acidente de trabalho, com uma remuneração irrisória foi despertada durante a Revolução Industrial do século XVIII até o século XIX, (PONTES, 2009).

Com base em Miraglia (2009), em relação à dignidade da pessoa humana duas dimensões são levadas em consideração. A dimensão individual e social, estando a primeira relacionada à integridade física e psíquica do homem, além de estar atrelada às suas liberdades negativas dos direitos fundamentais da primeira geração.

A dignidade social tem como base a afirmação de pertencimento do homem a uma sociedade, estando vinculada às liberdades positivas e à igualdade substancial proposta pelos direitos fundamentais de segunda e terceira geração. Além disso, é no parâmetro mínimo existencial a ser assegurado a todas as pessoas que essa dimensão se fundamenta (MIRAGLIA, 2009).

O grande problema salientado por esta autora em relação a essas duas dimensões é o fato de não apenas auferi-las do ordenamento jurídico pátrio, mas sim efetivá-las. Ainda mais que, essa concepção social da dignidade da pessoa humana é abandonada pelo discurso neoliberal. A reestruturação produtiva, o agravamento das desigualdades sociais e a ampliação das relações de trabalho precárias e informais agravam ainda mais o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e fragilizam suas lutas coletivas.

3.3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

É importante salientar sobre o uso do termo trabalho informal, que conforme Nogueira e Carvalho (2021) foi usado pela primeira vez em um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a ocupação da Quênia em 1972 com o objetivo de caracterizar a quantidade de pessoas em relações de trabalho não regulamentadas. A partir daí, houve a disseminação desse termo, passando a caracterizar também o mercado de trabalho na maior parte dos países em desenvolvimento. Já o termo trabalho precário foi utilizado para denominar um fenômeno que aconteceu nos países em desenvolvimento.

Duas correntes centrais são levadas em consideração no debate sobre a informalidade nos anos 1960 a 1970. Uma delas é a corrente estruturalista, tendo como base reflexões da denominada Teoria da Modernização, defendida por economistas da CEPAL. Estes concebiam

a estrutura econômica da região de uma perspectiva dual, com a existência de um setor de subsistência ou informal, tendo este setor as seguintes características: baixa densidade de capital, precário nível técnico de produção, baixa produtividade, com a convivência de um setor moderno, com um padrão tecnológico avançado e mais capitalizado e dinâmico no âmbito econômico. (COSTA, 2010).

Essa corrente preconizava que as trocas econômicas entre o centro desenvolvido e a periferia, principalmente em relação à economia externa, gerariam uma desvantagem no valor relativo gerador de subdesenvolvimento. Os países da América Latina tinham um nível de acumulação muito baixo em relação à moderna produção industrial. Assim, empresas e empreendimentos modernos capitalistas foram expandidos, juntamente com as formas tradicionais de produção e de relações de trabalho, sendo estas proliferadas e recriadas. (COSTA, 2010).

A Teoria da Marginalidade, conforme Costa (2010), surge devido a essa interpretação analítica do funcionamento da economia que mostra a sua desarticulação na sociedade por meio de uma lógica polarizada da coexistência. É uma teoria que discute sobre a não inserção do excedente da mão de obra nesse modo de produção, tornando-o um segmento à parte, não funcional ao padrão de acumulação subjacente ao modelo de industrialização. Para a inserção desse excedente, na qual vinha das áreas rurais, era necessário que fossem adequados aos requisitos de uma sociedade industrial.

A lógica permeada era a de que os países em desenvolvimento deveriam percorrer a trilha do progresso já percorrida pelos países desenvolvidos, dessa forma, haveria a diminuição ou o desaparecimento do setor atrasado atribuído como subproduto por meio da dinâmica de crescimento do setor moderno e pela política do pleno emprego. Porém, é uma visão que exclui o considerado arcaico ou tradicional como parte integrante da cultura e da identidade nacional, vistos como prejudiciais ao desenvolvimento, e tinham como base a idealização de progresso da cultura estrangeira, (COSTA, 2010).

De acordo com Torres et al (2018), o trabalho informal a partir dos anos de 1990, teve sua discussão inserida em novos contornos no contexto de profundas mudanças que aconteceram no âmbito econômico e no mercado de trabalho. O crescimento instável econômico e as transformações sofridas pelo capitalismo contemporâneo são dois fatores atrelados ao avanço da informalidade no Brasil. O papel do Estado e das instituições públicas mudaram devido a esses acontecimentos, gerando uma flexibilização das relações de trabalho.

Conforme Costa (2010), o trabalho informal se expande e se agrava a partir dos anos 1990 com a reestruturação produtiva sistêmica, pressionada pela abertura econômica e pelas

privatizações. O nível e qualidade de emprego foram afetados por meio da flexibilização dos vínculos e dos regimes de trabalho.

Diante desse contexto, houve a migração de trabalhadores de atividades formais para atividades informais. Se antes, se encontravam amparados pelos dispositivos legais, depois dessa migração, tornaram-se vulneráveis às condições precárias de trabalho. A reestruturação produtiva é vista como a responsável pelo surgimento de tais práticas, na qual apresenta nos modos de emprego da força de trabalho no processo produtivo a diversidade e a heterogeneidade. No mundo moderno, o trabalho informal é um dos novos modos de geração da mais-valia. (TORRES ET AL, 2018).

Sobre essa realidade, Costa (2010), afirma que foi no mercado de trabalho informal que a população passou a encontrar sua fonte de renda. Um mercado composto por variadas formas de trabalho: autônomo, ambulante, temporário, irregular e precário. O autor ainda destaca o aumento do número de crescimento dos trabalhadores nas ruas dos grandes centros urbanos vendendo tudo, tanto roupas, quanto alimentos, produtos importados da China, com a presença também da economia subterrânea resultante de empresas clandestinas de pequeno e médio porte, responsáveis por intermediar o trabalho barato, quase escravo para empresas capitalistas de grande porte. Houve também o crescimento de outras atividades que antes não eram reconhecidas como trabalho regular ou regulamentado, entre elas estão: guardadores de carro nas ruas, catadores de lixo, outdoors, ambulantes, carregadores de feira, trabalhadores domésticos casuais e outros.

Essa nova informalidade urbana, que se expande em modalidades diversas de atividades, contribuindo para uma heterogeneidade ainda maior do mercado de trabalho, tem como marca a precariedade das condições de trabalho e de vida, a negação dos princípios mais elementares de cidadania, a perpétua reprodução da pobreza e das desigualdades sociais. (COSTA, 2010, p. 172)

Torres et al (2018) também salientam que a economia informal, como assim denominou a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para as atividades de trabalho informal, são associadas à pobreza, porém, a questão não é qual a renda que o trabalhador informal gera, mas sim, em que condições de trabalho ele se encontra. Muitas vezes, é de forma ilegal que esse trabalho é visto, sendo uma noção que contradiz o ordenamento que regulou as relações de trabalho e a segurança no Brasil.

Com base em Vahdat et al (2022), após dois anos de pandemia⁶, a informalidade tornou-se um traço evidente na economia brasileira, tornando-se a regra no Brasil, mesmo com as flutuações que sofreu ao longo dos anos, não sendo algo recente ou inusitado, pois vem acompanhando o Brasil desde o tempo da formação do mercado de trabalho, causando a divisão das ocupações em extratos de qualidades distintas, envolvendo as necessidades tanto de subsistência quanto de alta vulnerabilidade que são as mais comuns, como também ocupações bem remuneradas e protegidas que são as mais escassas.

No Quadro 8, identificamos quatro tipos de informalidade que envolvem os empregadores, os que trabalham por conta própria e os assalariados. As pessoas são classificadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE como “empregador”, trabalhador por conta própria, “empregado no setor privado” e “trabalhador doméstico”. O CNPJ define nas primeiras categorias a conformidade legal e, nas demais, o que define é a carteira assinada ou o regime estatutário/militar, nesse caso, os servidores públicos.

Apesar dessas categorias terem sido consideradas úteis para a elaboração de um retrato da informalidade, elas são vistas como insuficientes para uma análise mais complexa do fenômeno. Outras literaturas foram levadas em consideração para a análise e divulgação dos dados realizada na pesquisa divulgada em 2022 pela Fundação Arymax, pela B3 Social e pelo Instituto Veredas. No quadro 9, podemos ver essas outras literaturas que foram consideradas.

⁶ Propagação em nível nacional e internacional do Coronavírus “SARS-CoV-2”, causador da doença denominada de Covid-19, caracterizada como pandemia em 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), CAMBI (2020).

Quadro 9 - Critérios para a obtenção de dados na PNADC (IBGE) para o retrato da informalidade

Tipo de informalidade	Empregadores	Conta própria	Assalariados
Informais de subsistência <i>(Informalidade como estratégia de sobrevivência)</i>	Empregador sem CNPJ, com rendimento de até 2 salários mínimos, em unidades produtivas com até 10 trabalhadores.	Trabalhador por conta própria sem CNPJ, com rendimento de até 2 salários mínimos.	Empregado sem carteira, com rendimento de até 2 salários mínimos, em unidades de trabalho com até 10 trabalhadores.
Informais com potencial produtivo <i>(Não são suficientemente produtivos para se formalizar, mas possuem potencial)</i>	Empregador sem CNPJ: (i) com rendimento de até 2 salários mínimos em unidades produtivas com mais de 10 trabalhadores; e (ii) com rendimento de 2 a 5 salários mínimos.	Trabalhador por conta própria sem CNPJ, com rendimento de 2 a 5 salários mínimos.	Empregado sem carteira, (i) com rendimento de até 2 salários mínimos em unidades produtivas com mais de 10 trabalhadores; e (ii) com rendimento de 2 a 5 salários mínimos.
Informais por opção <i>(Informalidade com estratégia para aumento dos rendimentos)</i>	Empregador sem CNPJ, com rendimento superior a 5 salários mínimos.	Trabalhador por conta própria sem CNPJ, com rendimento superior a 5 salários mínimos.	Empregado sem carteira, com rendimento superior a 5 salários mínimos.
Formais frágeis <i>(Dificuldade em se manter na formalidade)</i>	Empregador com CNPJ, com rendimento de até 2 salários mínimos, em unidades produtivas com até 10 trabalhadores.	Trabalhador por conta própria com CNPJ, com rendimento de até 2 salários mínimos.	Empregado, com carteira, com rendimento de até 2 salários mínimos, em unidades de trabalho com até 5 trabalhadores.

Fonte: Vahdat et al (2022)

Na Tabela 3 abaixo, visualizamos o retrato da informalidade de subsistência por setores de atividades. Os dados indicam que os trabalhadores se concentram mais nas ocupações na área de comércio e reparação de veículos, porém há o acesso restrito aos benefícios da seguridade social.

Tabela 3 – Principais Setores de Informalidade de Subsistência – Brasil 3º Semestre de 2021

Empregadores	30,0% Comércio, reparação de veículos
	28,0% Construção
	20,7% Alojamento e alimentação
Conta-própria	23,3% Comércio, reparação de veículos... 21,1% Construção
	13,7% Outros serviços 12,3% Indústria geral
	10,3% Transporte, armazenagem, correio
Assalariados	32,8% Comércio, reparação de veículos...
	20,8% construção
	13,1% alojamento e alimentação

Fonte: PNAD Contínua (2021)

Os dados da tabela 3 quando comparados aos dados da pesquisa, apresentados na tabela 4 abaixo, dos 13 (treze) participantes identificamos que seis estão inseridos no mercado de trabalho informal; dois estão no mercado formal e quatro informaram não estar trabalhando no momento e uma pessoa aposentada. Os quatro participantes que indicaram não estar trabalhando informaram viverem de bicos, pequenos serviços quando há a oportunidade. Estes dados indicam o quanto os participantes da pesquisa, estão inseridos dentro de um universo de trabalho extremamente precários e desumano, havendo até mesmo a classificação entre eles de que o trabalho informal contínuo, mesmo que sem acesso aos direitos trabalhistas, a exemplo da costureira, pintor e etc, estes apesar de viverem sobre situações precárias e informais, parecem estar em melhores condições do que aqueles que trabalham na eventualidade.

Tabela 4 – Trabalho realizado pelos moradores do Parque Residencial São Raimundo, participantes da pesquisa.

MORADOR ENTREVISTADO						
Nº 1	Nº 2	Nº 3	Nº 4	Nº 5	Nº 6	
Costureira	Pintor	Operadora de Máquina	Camareira	Vendedora de salgados e bolos	Aposentada	
Nº 7	Nº 8	Nº 9	Nº 10	Nº 11	Nº 12	Nº 13
Não trabalha	Roçador, jardineiro	Agente de limpeza pública	Não trabalha	Não trabalha	Não trabalha	Fabricante de redes de futvôlei

Fonte: Rocha (2023)

Em relação a faixa etária dos treze participante da pesquisa, quatro estão na faixa de 25 a 35 anos; cinco na faixa de 36 a 45 anos; dois tem entre 46 e 48 anos; dois participantes tem acima de 64 anos.

Em relação a escolaridade dos participantes da pesquisa e a forma em que se encontram no âmbito do trabalho, de acordo com os dados, dois moradores estão inseridos no trabalho formal, possuindo apenas (1) o ensino médio completo, e o outro o ensino fundamental incompleto. Na informalidade, há (6) moradores, (5) tem o ensino fundamental incompleto e (1) não informou o seu nível de escolaridade. Quatro moradores responderam que não trabalham regularmente, destes, (1) possui o ensino médio completo, dois níveis superiores completos e um não informou.

As principais vulnerabilidades identificadas na população consultada durante a elaboração do diagnóstico social e inseridas e pertencentes ao PSSA foram: Chefe de família

desempregado (428), número de idosos com mais de 65 anos que viviam sozinhos (152), mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos (270), pessoas com deficiência com dificuldade de locomoção (74), idosos responsáveis pela renda familiar (787), família cuja renda é proveniente de projetos sociais (9), estes não especificados pelo PSSA em relação a serem provenientes de programas de transferência de renda ou não.

Aos dados da pesquisa de Vahdat et al (2022) em relação à escolaridade, nas três posições de ocupação (empregadores, conta-própria e assalariados) predominam pessoas com baixo grau de escolaridade. A maior parte não possui o ensino médio completo: empregadores (57,7%), trabalhadores por conta própria (51,1%), assalariados (52%).

As estatísticas apuradas pelo Caged do Ministério do Trabalho e Previdência Social indicam que os empregos formais criados nos últimos doze meses foram destinados para os trabalhadores com o ensino médio completo (1,4 milhão), alcançando, aproximadamente (86%) do total gerado.

Apesar da abertura do trabalho formal para os trabalhadores que possuem o ensino médio completo, como apontado pelo Caged, podemos ver que ainda há uma fragilidade em relação à inserção no emprego formal das pessoas que possuem o nível de escolaridade mais baixo, fazendo com que estas se insiram na informalidade como veremos a seguir.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2022 identificou que na região norte, a informalidade chega a (80%), na região nordeste (77%), região centro-oeste (70%), na região sudeste (65%) e na região sul é em torno de 50% e, é no setor da construção, nas regiões norte e nordeste que a informalidade é mais presente.

Neri e Fontes (2010), discutem sobre as consequências geradas pela informalidade, entre elas está a que dissemina distorções e ineficiências vindas de comportamentos do que se denomina de *rent-seeking*, um termo utilizado que significa a criação de valor para si, sem que haja uma troca, são ganhos sem dar nada em troca, conforme explica o autor Seligman (2018). Além disso, também há a criação de incertezas sobre a situação fiscal futura.

Três pontos são citados pelos autores, ainda dentro das consequências geradas pela informalidade. O primeiro ponto refere-se à geração de transferências arbitrárias de renda, sem a existência da mediação por parte da sociedade ou de seus representantes, sendo uma mediação realizada por decisões conscientes com bases em juízo de valor. O segundo ponto, é sobre a redistribuição de renda entre gerações, devido a uma informalização crescente das relações trabalhistas em conjunto com o envelhecimento populacional e com o aumento da distribuição de benefícios previdenciários. O último ponto, trata da criação de um grupo de indivíduos que

ficam desprotegidos de choques relacionados à saúde e às consequências geradas pela própria saúde.

Podemos citar ainda, como consequência da informalidade, a perda de direitos por meio da exclusão do sistema de proteção social vinculado à carteira de trabalho assinada como expõem os autores Neri e Fontes (2020).

Não ter carteira de trabalho assinada no Brasil significa: (i) a exclusão de uma parte do sistema de proteção social vinculada à carteira de trabalho assinada (como férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, licença-maternidade, licença médica etc.); (ii) a impossibilidade de acessar o seguro-desemprego, já que, de acordo com as regras para recebimento do benefício, o trabalhador tem que comprovar experiência em carteira de trabalho e (iii) a exclusão de alguns mercados como o de crédito, por não terem seus rendimentos comprovados; apenas para citar os mais relevantes. (NERI, FONTES, 2020, p. 2)

Nesse contexto, também há o risco de flutuação de renda daqueles que trabalham sem carteira assinada e que trabalham por conta própria decorrente da ausência de um piso salarial e devido ao fato de terem seus rendimentos descontinuados por ações de fiscalização. Os trabalhadores por conta própria também são vulneráveis à sazonalidade, já que seus rendimentos são determinados pela compra e venda de serviços.

Uma das modalidades defensivas para essas ocorrências, como apontam os autores, seriam a poupança prévia e/ou a contratação privada de diferentes modalidades de seguro, por exemplo, contra a invalidez. Além do mais, o valor do capital também é diminuído com a informalidade pelo fato de não haver a transnacionalização desse valor tanto no mercado quanto na venda ou em seu uso como colateral de empréstimos, (DE SOTO, 2000).

A informalidade no Brasil atingiu 41,6% dos trabalhadores em 2019, isso de acordo com os dados do IBGE e do DIEESE que segundo Mortari e Politot (2021), foi considerada a de maior patamar desde a reforma trabalhista que aconteceu em 2017 por meio da Lei 13.467/2017, na qual inseriu a modalidade do trabalho intermitente, que é o trabalho desenvolvido com alternância nos períodos de atividade e inatividade, acontecendo de forma descontínua, com a realização de serviços prestados por tempo esporádico com a remuneração com base nas horas trabalhadas. Essa modalidade de trabalho atingiu 71 mil pessoas em 2018, aumentando em 2019 para mais de 155 mil. Houve também uma redução da taxa de sindicalização entre os anos de 2014 a 2019, na qual caiu de 16,1% para 11,2% dos trabalhadores com um aumento de 4,7 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) apurada pelo IBGE, a informalidade no país no trimestre até abril de 2023 teve uma

taxa de 38,9% no mercado de trabalho. Dessa forma, deixaram de atuar como trabalhadores informais 365 mil pessoas e durante esse período 605 mil vagas no mercado de trabalho foram extintos.

Em um trimestre houve a redução de 0,9% da população atuando na informalidade e em comparação ao ano anterior, houve um recuo de 645 mil trabalhadores informais, representando uma queda de 1,7%, (Estadão Conteúdo, 2023).

De acordo com Lameiras et al (2023) tendo como base os dados as estatísticas mensais produzidas pelo Ipea, com base nas séries de trimestres móveis da PNAD Contínua, na análise por tipo de vínculo, identificaram que os trabalhadores do setor privado com carteira, tiveram o menor crescimento dos rendimentos no primeiro trimestre de 2023 com a elevação de 4,1% e 4,5% da renda habitual e efetiva e 5,5% da renda habitual refere-se aos trabalhadores do setor público no primeiro trimestre de 2023. Porém, o maior aumento da renda efetiva foi a dos trabalhadores informais com um crescimento de 8,9% para os trabalhadores por conta própria e de 14,7% para os de sem carteira.

Os setores que agora mostram o maior crescimento de renda são os setores informais, que foram mais atingidos pela pandemia da Covid 19⁷, e que abrangem os setores da agricultura, comércio, serviços pessoais e coletivos e alojamento e alimentação e são nos setores mais formais (administração pública, educação e saúde e indústria) que ocorreu a menor elevação de renda habitual ou efetiva. O menor crescimento de renda foi identificado nos setores da construção e do transporte, setores considerados bastante informais.

Conforme Barão (2023), a taxa de informalidade, que trata sobre a proporção de trabalhadores informais ocupados em relação ao total de trabalhadores ocupados, tem apresentado uma trajetória crescente desde os anos de 2016 com base nos dados do relatório mensal de maio de 2020 da PNADc.

Em 2016, essa informalidade atingiu 35 milhões de pessoas, o que representa 38,7% das relações trabalhistas. Porém, foi no ano de 2019 que essa proporção teve seu maior valor registrado com 41,4%, o que significou que naquele ano, quase 39 milhões de pessoas eram trabalhadores informais.

De acordo com o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgado em 2018, é de forma negativa que a informalidade afeta os indivíduos, empresas e sociedades. A falta de uma proteção por mecanismo da seguridade social e a exposição às condições

⁷ No Ano de 2020, a Covid-19, que conforme o Ministério da Saúde (2021), é uma infecção respiratória aguda, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de transmissibilidade elevada e de distribuição global foi considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia.

insuficientes de trabalho decente são fatores que atingem esses indivíduos e em relação às empresas informais, estas tornam a concorrência desleal em relação às outras que cumprem com a legislação fiscal e trabalhista. Com a informalidade, o governo faz arrecadações menores, causando uma baixa qualidade no fornecimento de serviços públicos e de desenvolvimento inclusivo de todas as esferas sociais.

Para Xavier (2014), o trabalho informal se define como uma das expressões da questão social, sendo um dos produtos do conflito existente entre capital e trabalho. Esta autora considera o trabalho informal como um fruto muito expressivo e é nas várias dimensões da vida societária e na vida do indivíduo como sujeito que ele incide.

Além da informalidade, os participantes desta pesquisa estão sujeitos a precarização do trabalho. Um fato que nos chamou a atenção é que dois participantes possuem nível superior e um ensino médio completo e estão sem trabalho formalmente regulamentado ou indicaram estar na informalidade. Isto caracteriza aquilo que Alves (2012) e Braga (2012) chama de precariado. O precariado corresponde a jovens recém-graduados e com alto nível de escolaridade, empregados e suscetíveis a rotatividade no mercado de trabalho, ou desempregados, à procura do primeiro emprego, mas que não conseguem se inserir em relações laborais estáveis, inseridos na informalidade e em trabalhos degradantes. A exclusão da cidadania, de um emprego estável, da seguridade social são características que compõem a realidade dessa camada da sociedade.

Possuir baixa escolaridade, pouco acesso a cursos de formação e aperfeiçoamento de trabalho coloca os trabalhadores em um universo de trabalho precário, informal, mas buscar a formação superior, completar os estudos também não é garantia de empregabilidade, ficando centenas de trabalhadores inseridos dentro desta lógica perversa do precariado.

Para Standing (2013) o precariado é composto por indivíduos com direitos limitados em comparação a outros cidadãos, sem acesso ao direito à cidadania de forma plena, possuindo relações diferenciadas com o Estado por meio das políticas sociais e sem ter relações com o mercado.

A política do precariado é definida por Braga (2012) como a prática política do proletariado precarizado em condições capitalistas periféricas. Para este autor, precariado são trabalhadores que possuem qualificações escassas e devido a isto são de forma rápida admitidos e demitidos pelas empresas ou estão na informalidade. Nos momentos de crise econômica, há o aumento da insegurança social e um aprofundamento da precariedade laboral por meio das estratégias tomadas pelas classes dominantes para aumentar o consumo, diminuir custos, reduzindo o preço da força de trabalho.

3.4 AÇÕES DE TRABALHO E RENDA – PROSAMIM III

Nos dias 10 e 11 de março de 2023, fomos ao Parque Residencial São Raimundo, *locus* da pesquisa, para coleta de dados junto aos moradores, por meio de entrevista semiestruturada, seguindo formulário de perguntas foram levantadas algumas questões referentes ao perfil dos moradores e outras relacionadas à moradia, trabalho e geração de renda. Porém, muitos moradores não se mostraram receptivos e disponíveis para participar da pesquisa, dessa forma, conseguimos obter onze entrevistas com os moradores do primeiro bloco e duas entrevistas com os moradores do segundo bloco.

Tentamos por meio de Ofício enviado à Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE, órgão responsável pelo acompanhamento e gerenciamento das obras do PROSAMIM, no dia 19 de julho de 2022, obter informações sobre o perfil dos moradores do Parque Residencial São Raimundo, sobre as condições sócio econômicas desses moradores, sobre a quantidade exata de famílias reassentadas, realocadas. Porém, foi necessário o envio de um segundo ofício no dia 18 de julho de 2023 para o recebimento de informações pertinentes à pesquisa, conseguindo por meio da UGPE o recebimento de três documentos: o Plano Específico de Reassentamento – PER 3 – 2ª Revisão de 2017, o Plano de Gestão Ambiental e Social de 2015 e o Plano de Sustentabilidade Socioambiental – PSSA de 2012, porém não conseguimos de forma completa e específica informações sobre os moradores do Parque Residencial São Raimundo.

A UGPE disponibiliza informações e alguns Relatórios sobre o Prosamim no seu próprio portal, porém, os dados são apresentados de forma resumida e nos Relatórios não há informações completas no âmbito social dos moradores inseridos nos Conjuntos Habitacionais construídos pelo programa.

Apesar das dificuldades encontradas na obtenção de informações, identificamos por meio da pesquisa de campo e documental que no Parque Residencial São Raimundo há 214 famílias e a quantidade total de moradores, aproximadamente, é de mil e oitenta pessoas.

Dos treze moradores que participaram da pesquisa, seis eram do gênero masculino e sete do gênero feminino, dez pardos, dois pretos e um branco, a idade era entre 25 a 74 anos. Perguntamos para eles se complementam a renda familiar, (6) respondem que não, (3) responderam que sim e os demais não tivemos respostas. Sobre a renda familiar, (6) moradores responderam que equivale a 1 salário mínimo, (2) responderam de 2 a 3 salários mínimos, (1) respondeu entre 1 e 2 salários mínimos e (1) respondeu que é menor que um salário mínimo. Sobre o recebimento de auxílio do governo federal como o Bolsa Família, dois participantes da

pesquisa responderam que recebem, nove informaram que não e dos demais não tivemos respostas.

Perguntamos se a renda familiar era suficiente para o sustento da família: (3) responderam que não, (7) responderam que sim, dos demais não houve resposta.

Sobre quem era responsável pelo sustento da família, (4) entrevistados responderam que a mulher, (3) entrevistados responderam que o homem e (3) responderam que o casal. Sobre a condição civil, (6) se consideram solteiros, (3) casados, (1) definiu como união estável e (1) viúva, dos demais não tivemos informações. Sobre a quantidade de filhos, apenas 1 entrevistado informou que não tem filhos, os demais têm de 1 a 4 filhos.

Também perguntamos para os entrevistados se eles utilizavam a moradia para outras finalidades como vendas, por exemplo, (11) responderam que não utilizam (2) utilizam para vendas de salgados, sucos e bolos e outro entrevistado respondeu que utilizava para o serviço de manicure. Apesar do programa permitir a comercialização de produtos, a realização de vendas para os moradores que moram no térreo dos blocos de apartamentos, pouco se vê o uso da moradia para esses fins.

O local é próximo de escolas, hospitais, há um CRAS localizado dentro desse Parque Residencial e também é muito próximo de outras áreas comerciais. Em relação ao deslocamento daquela área e o uso de transporte público, não foram apontadas insatisfações por parte dos moradores.

No âmbito social, o PROSAMIM poderia continuar a desenvolver Projetos em conjunto com os moradores pertencentes ao programa, projetos contínuos que possam capacitar essas pessoas para o ingresso no mercado de trabalho ou que possam gerar trabalho e renda. Também é preciso fortalecer as lideranças comunitárias, o aspecto de participação desses moradores nas discussões referentes ao Parque Residencial São Raimundo para que assim eles possam ser capazes de não apenas identificar as problemáticas que acontecem naquele local, mas também serem capazes de relatar sobre elas e participarem das estratégias de enfrentamento dessas questões.

Também perguntamos sobre quem era o responsável pelo sustento da família. A partir dos dados coletados por meio das entrevistas realizadas foi verificado que quatro mulheres são responsáveis pelo sustento da família, três informaram que é o homem e três falaram que é o casal.

De acordo com o PSSA (2014), durante a fase de cadastramento e elaboração do diagnóstico social que aconteceu em 2010, com a identificação de 5.740 domicílios, foi verificado que havia a predominância de 62% das mulheres como chefes de família, enquanto

que 38% eram homens. Dessa forma, percebe-se ainda que a mulher ainda assume uma posição de destaque.

Podemos inferir, diante dos dados apresentados, que os moradores do Parque Residencial São Raimundo, apesar de terem adquirido o direito à moradia, se encontram em situações de vulnerabilidade em relação ao trabalho e a geração de renda. Esses moradores fazem parte dos 38,9% que atuam na informalidade no país. Este fato afeta o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Durante o processo de cadastro, foi identificado a existência de 258 negócios na área com uma maioria funcionando em imóveis de uso misto e de forma irregular. No PER (2017), alguns dilemas são apresentados sobre os negócios desenvolvidos pelos moradores, como por exemplo, em relação ao seu aspecto irregular, desenvolvidos informalmente e, dessa forma, cria-se um impasse sobre avaliar e reconhecer direitos. Outra questão levantada, refere-se à viabilidade econômica para negócios que envolvem, por exemplo, serviços de conserto de bicicletas e equipamentos domésticos para que sejam formalizados e rentáveis.

Para a reposição de atividades, no contexto do Programa, conforme a SUHAB, houve 91 indenizações, solução aplicável até dezembro de 2016. Para a recomposição de pequenos negócios, o Prosamim adotou as seguintes soluções:

Quadro 10 - Ações previstas para a recomposição de pequenos negócios

Solução I – Indenização

- Pagamento pelo valor da benfeitoria e do negócio – desativação e reinstalação acrescida de mecanismos de apoio ao pequeno empresário.
- O valor do negócio será apurado tomando-se como referência parâmetros tais como: capacidade instalada, área ocupada, geração de emprego, faturamento, volume de recursos circulante, tempo de existência da atividade, pagamento de tributos, etc.
- O Governo irá estabelecer parcerias com instituições como o SEBRAE de forma a poder oferecer cursos de capacitação gerencial.
- Solução aplicada para compensação da interrupção temporária da atividade econômica desenvolvida pelo beneficiário do programa, vinculado a um CFT/CSE cuja atividade tenha sido identificada nos mesmos.

Solução J - Pagamento do Negócio

- Para os inquilinos comerciais será pago o valor da desativação do negócio e da reinstalação acrescida de mecanismos de apoio ao pequeno empresário.

Solução K – Pagamento da Benfeitoria (Imóvel) para o proprietário não morador

- Para o proprietário da benfeitoria será feito o pagamento da indenização baseado no valor do laudo de avaliação adotado o método de reposição do bem.

Fonte: Plano Específico de Reassentamento (PER-3) – 2ª Revisão (2017)

A pesquisa documental e a fala dos participantes indicaram a execução de alguns projetos no local como uma forma de gerar trabalho e renda, contudo perceptível a fragilidade em relação a esse objetivo do programa, visto não viabilizar a inserção dos moradores no

trabalho formal, e muita mais voltados para o empreendedorismo e sabemos que esta lógica de formação tende a levar para a informalidade e a precarização do trabalho.

Sobre essa questão, Vallina (2014), salienta sobre as diretrizes para a “inovação” e “empreendedorismo” presentes nos projetos financiados pelo BID, e para o cumprimento dessas diretrizes, há a exigência da adoção de práticas gerenciais e indicação de melhores práticas. Dessa forma, há a priorização do desenvolvimento econômico em detrimento dos direitos sociais.

Sobre esses projetos, perguntamos a alguns moradores quais projetos foram desenvolvidos e se eles participaram. De acordo com alguns moradores entrevistados, houve alguns cursos oferecidos a eles logo quando chegaram nesse Parque Residencial, cursos como pedreiro, pintor, eletricista, sendo considerado para eles muito bom. Além disso, segundo a fala de uma participante, o Programa deveria ter continuado a oferecer cursos, como exemplo, o curso de informática básica. Vejamos o dístico da participante:

Deram e eu fiz! Eu fiz de pedreiro, pintor, eletricista e isso foi muito útil pra mim, que antes eu tinha que chamar alguém tá, e qualquer coisa, vocês sabem que é dez, quinze reais e isso também não é legal pra gente. Hoje eu não faço mais isso. Hoje eu mesmo me proponho a, eu faço uma tomada, se der um curto, eu já não grito, eu já sei onde olhar, já fico sossegada. Bem! Isso foi logo no início, hoje acabaram isso. Deveriam ter continuado. Hoje nós temos só o idoso, nós temos aquela parceria com o CRAS né, o CRAS veio pra cá, e a gente está aqui, assim, mas, olha, hoje! Uma informática básica seria essencial. Olha, hoje eu tô aqui e fico olhando a filha da vizinha, porque eu não sei... eu tenho internet, mas não sei colocar internet no celular [...] eu já fiz informática básica, mas não pegou, foi numa hora assim que não estava legal, não entrou, não é que eu seja orgulhosa, mas é chato a gente tá pedindo né? (Entrevistada nº 1, 2023)

De acordo com outro participante, os cursos aconteciam no local onde hoje é um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Cursos como o de eletricista e de informática básica foram realizados logo quando o Parque Residencial foi entregue no ano de 2014, porém, com a pandemia não houve mais. Com a inauguração do CRAS em 2022, não houve a continuação do oferecimento desses cursos.

Tinha um curso onde é o CRAS agora aqui, mas agora não existe porque tem o CRAS agora aqui [...] eletricista, informática básica, esses negócio. “Foi logo no início, mas manteve um bom tempo, mas aí teve a pandemia, foi quando parou, aí não teve mais o retorno [...] Foi quando o CRAS veio pra cá. (Entrevistado nº 11, 2023)

De acordo com as informações disponibilizadas no site da Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE, de 29 de junho de 2021, foi assinado um Termo de Cessão de uso de

Escritório Local de Sustentabilidade e Gestão Compartilhada (Elo) no dia 28 de junho de 2021 pelo governo do Estado do Amazonas e pela prefeitura de Manaus, sendo está representada pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (Semasc). Esse Escritório localizava-se no Parque Residencial São Raimundo, servindo como local de atendimento social do programa, no acompanhamento de pós ocupação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim).

Essa assinatura representou uma parte de uma série de alinhamentos institucionais entre o Estado e Município, visando o fortalecimento do trabalho social, além da realização do repasse das obras executadas pelo Programa. De acordo com Viviane Dutra, subcoordenadora Setorial de Projetos Sociais, o objetivo da implantação do Cras no Elo São Raimundo é o de dar continuidade às ações do Prosamim, com a ampliação dos atendimentos para os moradores do residencial e para os moradores do entorno, (UGPE, 2021).

As atividades do Elo São Raimundo foram encerradas em outubro de 2020 em consequência da pandemia da Covid-19. Nesse espaço, ações sociais foram desenvolvidas para os moradores do Parque Residencial São Raimundo, por meio de oficinas, capacitações, cursos e palestras, (UGPE, 2021).

A informação do jornal *Á Crítica*, de 06 de abril de 2016, indica o oferecimento de cursos profissionalizantes para os jovens moradores do Parque Residencial São Raimundo e comunidades próximas, sendo um projeto lançado pela Secretaria da Região Metropolitana de Manaus (SRMM) em parceria com a EyesNWhere (ENW), responsável pela disponibilidade dos equipamentos e acesso à internet, especialista em serviços de telecomunicação e segurança, além da disponibilização dos voluntários responsáveis em ministrar os cursos de informática básica, Manutenção de Computadores e impressoras, Desenvolvimento de Sites, e Finanças Pessoais. De acordo com *À Crítica*, mais de 200 famílias deveriam ser beneficiadas com esses cursos.

Houve o oferecimento do curso de informática avançada para os moradores do Parque Residencial São Raimundo, com uma parceria entre o Prosamim e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), que segundo a assistente social do escritório de apoio do residencial, Lyliam Barroso, faz parte do cronograma de cursos ofertados aos moradores da localidade. No primeiro semestre daquele ano, o nível básico foi oferecido a esses moradores, (UGPE, 2019).

Outros projetos, cursos e oficinas foram realizados com os moradores, o que incluiu o público composto por crianças, jovens, adultos e idosos. Em janeiro de 2018, aconteceu a Colônia de Férias no Prosamim, realizado no Parque Residencial São Raimundo. Neste

episódio houve gincanas, sessões de cinema e oficinas de pintura, no segundo dia, aconteceu a oficina de cuidados com o material escolar, as atividades continuaram nos outros dois dias o que incluiu brincadeiras e gincanas de jogos educativos. A equipe social do Prosamim foi responsável por essa programação, com o apoio de diversos parceiros, com a realização da UGPE da Secretaria de Desenvolvimento da região Metropolitana de Manaus (SRMM).

O Estado do Amazonas por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus (SRMM) promoveu ações de sensibilização sobre o descarte do lixo doméstico para as crianças do Parque Residencial São Raimundo. Essas atividades integraram a agenda de ações socioambientais do Prosamim.

Observamos nos dados do terceiro capítulo o quanto as ações relacionadas as políticas habitacionais estão desalinhadas com outras políticas públicas a exemplo do saneamento básico efetivo, da educação ambiental, de políticas de trabalho e geração de renda e do próprio processo de adaptação destes moradores em uma nova área e em um ambiente totalmente diferente daquele vivido à beira do rio em casas de palafita.

I. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da cidade de Manaus ocorreu durante os períodos de ascensão da economia gomífera no século XIX e no século XX com a implantação da Zona Franca de Manaus. Durante o ciclo da borracha, houveram transformações no seu espaço urbano, proveniente da chegada de migrantes que buscavam melhores condições de vida na cidade, o que causou o crescimento populacional da capital amazonense com consequências refletidas no âmbito habitacional, social e ambiental.

Durante o ciclo da borracha, no século XIX, a cidade atraiu várias pessoas, estas com o objetivo de venderem sua força de trabalho e de buscarem condições melhores, fazendo com que o espaço urbano fosse transformado e caracterizado por casas improvisadas construídas por pessoas que não tinham condições de pagar por uma casa própria.

Este fato ocorreu devido à falta de uma política habitacional voltada para os mais pobres, pois durante este período, a cidade se desenvolveu, porém favoreceu aos donos do capital, aos que possuíam condições financeiras para ocupar os espaços que ofereciam as melhores condições no que se refere à saneamento básico e o acesso a outros serviços essenciais.

Um dos resultados provenientes desse processo de crescimento urbano durante o desenvolvimento econômico resultante do Ciclo da Borracha foi a construção da “Cidade

Flutuante.” A cidade de Manaus não pode atender a todos que nela chegavam, dessa forma, foi às margens dos igarapés, nas áreas periféricas, que as pessoas que não tinham condições de obter uma moradia digna se instalaram.

Com o tempo, a cidade foi crescendo e necessitava se manter atrativa para o capital internacional, dessa forma, a “Cidade Flutuante” foi vista como um obstáculo para o processo de modernização, o que causou o seu desmanche e o aterramento de igarapés e a construção de conjuntos populares que pudessem abrigar as pessoas que eram pertencentes à “Cidade Flutuante”.

Em 1967, a Zona Franca de Manaus foi responsável pelo crescimento econômico e populacional da cidade, atraindo vários migrantes e propiciando transformações em seu espaço urbano. Porém, não houve uma política habitacional e de saneamento básico eficaz que pudesse acompanhar essas mudanças, fazendo com que a cidade se expandisse e fosse composta por bairros com diferenças tanto no acesso à direitos, quanto nos aspectos sociais e econômicos.

Sem uma política pública habitacional que valorizasse seus aspectos regionais, a cidade cresceu e se modernizou, se desenvolveu levando consigo sequelas que até os dias atuais são existentes, entre eles, um alto índice de déficit habitacional, uma população mais pobre sem acesso à moradia e a outros direitos como saneamento básico, com uma política habitacional que segue um modelo nacional que utiliza em suas bases diretrizes de seus próprios agentes financiadores, como o BID, por exemplo.

Uma Política Habitacional que tenta solucionar problemas urbanos, ambientais e sociais, porém, que se contradiz em muitas de suas ações e que não se diferencia da política que se desenvolveu durante a existência do BNH, em 1964, em relação a construir conjuntos habitacionais localizados em áreas distantes do centro da cidade, em áreas onde os terrenos são considerados mais baratos, acessíveis para programas de cunho habitacional, porém que não garantem o acesso a outros direitos que envolvem saneamento básico e o acesso à outros serviços públicos que se encontram nos bairros mais bem localizados da capital. Além disso, esses programas têm como propostas não gerar danos ambientais, mas é por meio do aterramento de igarapés que conseguem atingir seus objetivos associados a construção de moradias para pessoas que residem nas margens dos igarapés.

O Prosamim se inclui entre esses programas de cunho habitacional que tem como base essa política, mencionada a cima, apesar de apresentar em seus objetivos a solução de problemas urbanos, sociais e ambientais, ainda, de acordo com a pesquisa realizada e os dados coletados, apresenta fragilidades em todos esses âmbitos. No Parque Residencial São Raimundo, identificamos problemas relacionados a entupimento de esgotos, o que causa

transtornos para os moradores que precisam conviver com água parada perto dos seus locais de moradia, o que causa o acúmulo de resíduos sólidos e atrai animais que podem transmitir doenças, fato este que reflete uma fragilidade em relação ao acesso à política de saneamento básico.

Alguns moradores pertencentes à Bacia do São Raimundo foram indenizados por meio do recebimento do bônus moradia, porém, não houve um acompanhamento dessas pessoas pelo Prosamim, o que gera um questionamento sobre a garantia do direito à moradia, se essas famílias adquiriram com o valor da indenização uma moradia digna, em uma área que ofereça o acesso a outros direitos como transporte e saneamento básico, seja em áreas centrais ou periféricas da cidade.

O Prosamim não fornece dados completos em relação às famílias reassentadas, o que reflete uma fragilidade no âmbito social, ainda mais que, o público alvo deste programa deveria ter um papel primário e não secundário. O acompanhamento dessas famílias em todas as etapas do programa é fundamental, não se deveria apenas priorizar informações que antecedem o período de execução de suas ações, durante a fase de cadastramento, mas principalmente, garantir que estas sejam atendidas durante a fase de pós reassentamento e que não se limite aos moradores dos conjuntos habitacionais, mas que haja um acompanhamento das famílias que passaram pelos processos de indenização.

Não foi possível obter informações atualizadas sobre o número total de moradores pertencentes ao Parque Residencial São Raimundo, número de idosos, número de crianças, quantidade total dos moradores que não se encontram inseridos no mercado de trabalho, perfil socioeconômico e nível de escolaridade, número total de reassentados. Apesar de termos, insistentemente, solicitado essas informações da UGPE, nos foi fornecido dados incompletos por meio de Relatórios não atualizados, com dados apresentados faltando um ou dois anos para a conclusão desta etapa que envolve o Prosamim III.

O acompanhamento dessas famílias mesmo após o processo de reassentamento é algo essencial para que se possa identificar as problemáticas resultantes por meio das ações tomadas por este programa e, assim, buscar por meio de políticas públicas soluções que possam enfrentar as questões que durante o período de implementação do programa não estavam visíveis, já que os objetivos do Prosamim vão além da construção dos conjuntos habitacionais, pelo menos é o que se apresenta em seus objetivos.

Em relação aos objetivos traçados, diante do exposto no primeiro capítulo, cujo objetivo foi o de historiar a Política Habitacional no Estado do Amazonas com destaque ao Prosamim, mostrou-se, historicamente, as primeiras iniciativas de criação de uma política habitacional

tanto no contexto brasileiro, quanto no Estado do Amazonas, com ênfase nas desigualdades sociais existentes nas ações pertencentes aos programas e projetos de cunho habitacional, o que se reflete até os dias atuais nas pesquisas realizadas neste âmbito. Foi possível destacar que as transformações que ocorreram no espaço urbano foram provenientes das estratégias nacionais e locais para o desenvolvimento econômico, com base na lógica capitalista, o que gerou consequências no setor urbano, social e ambiental, sem que houvesse uma preocupação com a criação de políticas públicas que pudessem atender aos menos favorecidos diante desses processos.

No primeiro capítulo, mostrou-se também às propostas e ações do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM. Um Programa criado pelo governo do Estado do Amazonas que por meio da “revitalização” dos igarapés de Manaus, se propôs a melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem às margens dos igarapés. Desta forma, podemos inferir, que este primeiro capítulo, conseguiu traçar de forma histórica a política habitacional desenvolvida no Estado do Amazonas com destaque ao Prosamim.

No segundo capítulo, com o objetivo de apontar as políticas do Estado do Amazonas para as áreas alagadiças e as ações do Prosamim no que tange a garantia de direitos à moradia, mostrou-se que a política criada para essas áreas tem como característica ações de aterramento dos igarapés, reassentamento, deslocamento das pessoas que vivem nesses locais e criação de conjuntos habitacionais com objetivos não apenas urbanos, mas com um viés socioambiental, com propostas de melhorias na qualidade de vida dos sujeitos envolvidos. Porém, identificamos os impactos causados por meio de suas ações, as fragilidades em relação à garantia de direitos com base nas ações desenvolvidas pelo Prosamim.

No terceiro e último capítulo, com o objetivo de verificar as estratégias dos moradores para a geração de trabalho e renda no Parque Residencial São Raimundo, trouxemos para a discussão o trabalho no sistema capitalista, a reestruturação produtiva e as ações de trabalho e renda do Prosamim III com a finalidade de atender a este objetivo, no qual podemos inferir que as ações desenvolvidas pelo programa nesse aspecto são pouco consistentes, os moradores, participantes desta pesquisa, em sua maioria, encontram-se no mercado informal, desenvolvendo trabalhos relativos à pintura, costura, vendas e outros, para garantir o sustento de suas famílias, além de apresentarem um nível de escolaridade incompleto, que de acordo com as pesquisas e dados apresentados, não atendem ao perfil dos trabalhadores que o mercado formal atualmente se direciona. Quanto as ações do Prosamim em relação ao trabalho e geração de renda, foram executados cursos voltados para o empreendedorismo, de forma descontínua, o que não contribui significativamente para a melhoria das condições de vida dos moradores.

Apesar da ausência de informações completas que foram solicitadas ao Prosamim sobre o perfil dos moradores do Parque Residencial São Raimundo e das dificuldades no acesso à Relatórios mais atualizados sobre esta terceira etapa do programa, conseguimos obter por meio da pesquisa de campo, informações sobre a realidade de alguns moradores deste local, e assim, respondemos ao terceiro objetivo dessa pesquisa, não da forma como gostaríamos, mas que diante das fragilidades do programa no aspecto de fornecimento de informações no âmbito social, foi apresentada de forma a atingir seu objetivo, suscitando também outras discussões e indicar que melhorias, principalmente, neste setor, devem ser feitas e revistas pelo próprio programa.

A pesquisa realizada com os moradores do Parque Residencial São Raimundo nos fez perceber a ausência de um movimento social ativo, a falta de uma representatividade daqueles moradores, o que dificulta a ação de se tornar notório as problemáticas existentes naquele local.

Os projetos desenvolvidos pelo PROSAMIM naquele Parque Residencial não foram contínuos, assim como nos demais parques residenciais essas ações só aconteceram durante a fase inicial de implementação dos conjuntos habitacionais.

Um direito é garantido, porém as pessoas se encontram à mercê de outras políticas como a de trabalho e renda. Muitas trabalham de forma informal e realizam “bicos” para o complemento de renda. Dessa forma, apesar de terem realizado algumas ações que pudessem gerar trabalho e renda, ainda não é suficiente.

Portanto, o que encontramos é uma política habitacional que desconsidera o aspecto regional, seguindo um padrão nacional que visa atender essas populações que residem em áreas precárias, porém, percebe-se uma valorização do mercado imobiliário e a valorização de áreas em detrimento de outras.

O viés social nesses programas deveria propiciar ações que possam se articular com o âmbito educacional, de trabalho e de renda, além disso, deveriam criar estratégias de fortalecimento de participação comunitária. Deveria ser algo contínuo e não temporário, que se articulasse com outras redes e que direcionasse essas pessoas para o atendimento em outros órgãos responsáveis pela garantia de outros direitos.

São pessoas que viviam em áreas desprovidas de muitos serviços básicos, porém, solucionavam seus problemas da maneira que achavam melhor naquelas circunstâncias, agora, se deparam com uma outra realidade. Outro ponto importante, é o fato de não poderem fazer modificações externas na casa, o que interfere na afirmação de que as moradias são dele. Ouvimos muitas insatisfações em relação a isso.

Os programas que encabeçam as políticas habitacionais de fato estão favorecendo a quem? Pois, por muitos anos, vimos que a garantia de direitos sempre esteve em segundo plano quando nos governos anteriores se pensava sobre a falta de moradia. O que se buscava era tornar cidades um tanto atrativas e suficientes para o desenvolvimento do capital.

O preço pago pelas cidades para o alcance da modernização aos moldes do modo de produção capitalista, a exemplo de Manaus, foi por meio da destruição dos cursos naturais d'água, das interferências nas principais bacias hidrográficas, aterramento de igarapés, ausência de matas ciliadas que ocasionam o processo de assoreamento, intensificando os impactos ao meio ambiente. Por mais que esses programas de cunho habitacional tragam em seus objetivos uma preocupação nesses aspectos, foi possível identificar as consequências geradas por meio de suas ações.

Por enquanto, vivemos diante de discursos pouco convincentes e com ações um tanto ineficazes para solucionar o problema do déficit habitacional, pois uma política não deveria trabalhar sozinha. É necessário garantir todos os outros direitos para que se possa fomentar transformações reais que não venham carregadas de erros que se repetiram no passado.

Articular uma política com outras poderá contribuir com a garantia desse direito, pois a moradia vai muito além do que ter apenas um lugar para morar, agrega outras questões que faz com que haja uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. Além disso, é essencial que os movimentos sociais estejam sempre à frente dessas questões, dessas discussões para que se garanta uma participação popular e uma tomada de decisão de forma conjunta dentre dessas políticas. Pois além de serem sujeitos de direitos, essas pessoas devem se mostrar ativas diante desses processos e não agirem de forma passiva, como se suas realidades fossem o resultado das decisões de terceiros, não assumindo um papel de destaque, de protagonistas em suas próprias realidades.

Conforme Lima e Lopes (2018), o Serviço Social como profissão surge entre essas relações de interesses antagônicas, na contradição existente entre capital x trabalho. As revoltas e conflitos das mazelas deveriam ser enfrentados e controlados pelos profissionais de Serviço Social. Foi no capitalismo que essa profissão foi demarcada e emaranhada na alienação, nas contradições e antagonismos. Sua prática se direcionou inicialmente para a caridade com sua legitimação pelo Estado e cultivada pela igreja, além disso, serviu como instrumento alienante dos capitalistas com o objetivo de manter a ordem. O cotidiano profissional naquele momento histórico era alienado, alienante e alienador, (MARTINELLI, 2011).

É de forma egocêntrica e contraditória que o assistente social é inserido na divisão sociotécnica do trabalho, esta rede perpassa pelas vias econômicas, sociais, políticas e culturais.

Seu trabalho será exercido de forma imediatista caso não tenha a visão de totalidade diante das demandas que percorrem essas vias, conforme salienta Lima e Lopes (2018).

Se o assistente social não tiver clareza da dimensão desta totalidade e que as suas demandas estão ligadas diretamente com estas vias, ele terá uma visão particular, singular e alienada, ou seja, imediata, desta forma seu atendimento será pragmático, assistencialista, burocrático. Neste viés, o Estado por meio da criação de políticas públicas, enfrenta as expressões da “questão social” inerentes à ordem capitalista, convocando os assistentes sociais a trabalhar nas políticas sociais que tem como objetivo enfrentar as expressões da “questão social”, este enfrentamento ocorre de forma praticista, automática, muitas vezes é reprodutora da ideologia conservadora, sem alterar sua visão atribuída pelos valores do capitalismo. (LIMA, LOPES, 2018, p. 2)

O Serviço Social diante desses processos exerce um papel fundamental, pois além de ter a capacidade de acompanhar as transformações que acontecem na realidade dos sujeitos causadas pela dinâmica do sistema capitalista, é responsável e capaz de atender essas demandas de forma propositiva, considerando os aspectos materiais e subjetivos dos sujeitos, e assim, propor estratégias de enfrentamento da “questão social”, que ultrapasse ações reiteradoras, imediatas e burocráticas, mas que respondam por meio de política públicas e por meio da viabilização e efetivação de direitos.

II. REFERÊNCIAS

A política do precariado e a mercantilização do trabalho. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Edição 411. Publicado em 10 de dezembro de 2012. Disponível em:< <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4823-ruy-braga-1>> Acesso em 22 de agosto de 2023.

ABDALA, Vitor. Publicado em 18 de maio de 2023. Repórter da Agência Brasil – Rio de Janeiro. **Desemprego é maior entre mulheres e negros, diz IBGE.** Disponível em:< <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/desemprego-e-maior-entre-mulheres-e-negros-diz-ibge>> Acesso em 14 de agosto de 2023.

Ação Social beneficiará 200 famílias do Parque Residencial São Raimundo com cursos. Publicado em 06 de abril de 2016. Disponível em:< <https://www.acritica.com/manaus/ac-o-social-beneficiara-200-familias-do-parque-residencial-s-o-raimundo-com-cursos-1.243106>> Acesso em 22 de agosto de 2023.

Ações de sensibilização sobre o descarte do lixo doméstico no Parque Residencial São Raimundo. Disponível em: <<http://www.ugpe.am.gov.br/acao-de-sensibilizacao-sobre-o-descarte-do-lixo-domestico-no-parque-residencial-sao-raimundo/>> Acesso em 16 de março de 2023.

ADORNO, Sergio. **A gestão filantrópica da pobreza urbana.** São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação Seade, São Paulo, v. 4, n. 2, abr./jun. 1990.

AGÊNCIA CBIC. **IBGE: Informalidade no setor da construção é maior nas regiões Norte e Nordeste. Publicado em 12 de maio de 2022.** <https://cbic.org.br/ibge-informalidade-no-setor-da-construcao-e-maior-nas-regioes-norte-e-nordeste/>.

Agência Nacional das Águas (ANA) e Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Atlas Esgotos. **Despoluição de Bacias Hidrográficas.** 2023. Disponível em: < <http://atlasesgotos.ana.gov.br/>> Acesso em 30 de julho de 2023.

ALBUQUERQUE, Walter Araújo de. **A relação do suicídio com o trabalho na sociedade capitalista.** Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2018.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Lutas Sociais, Direitos e Políticas Públicas.** R. Pol. Públ., v. 9, n. 1, p.279-302, jul./dez. 2005.

ALVES, L. G. S., SOTÉRIO, P.W., DIAS, F. L. **Relatório para Estabelecimento de cotas de referência para alerta hidrológico em Municípios da Amazônia Ocidental.** Serviço Geológico do Brasil – CPRM & Defesa Civil do Amazonas. Manaus/AM, 2021. 43p.

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 428 p.

AMORIM, Felipe; MEDEIRO, Carlos. **Brasil tem a 8ª pior desigualdade de renda e supera só países africanos.** Disponível em << <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/12/15/brasil-tem-a-8-pior-desigualdade-de-renda-e-supera-so-paises-africanos.htm>>> Acesso em 18 de outubro de 2022.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de Andrade. **Questão Social e Serviço Social na Amazônia.** Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

ANDREOLI, Ana Claudia. **Eficiência do Programa Minha Casa, Minha Vida em gerar benefícios sociais: uma análise envoltória de dados das unidades federativas brasileiras no período de 2009 a 2012.** Bauru: UNESP, 2016. 116 p.

ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal.** In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2.ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo, SP: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

ARAÚJO, Álison Cleiton de. **Precariado: do que se trata?** Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. 2019.

ARAÚJO, Marlet Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de Moraes. **Precarização do Trabalho e o processo de derrocada do trabalhador.** Cad. psicol. soc. trab. vol.20 no.1 São Paulo jan./jun. 2017. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172017000100001> Acesso em 14 de julho de 2023.

ARAUJO, Nice Ypiranga Benevides de. **“O Milagre dos Manauaras”: Zona Franca de Manaus. Uma análise do processo de industrialização implantado em Manaus e da universidade como formadora da mão de obra especializada.** Dissertação de mestrado. Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1985.

ARRETCHE, M. (org.) 2015. Trajetórias das desigualdades – como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Ed. Unesp.

ASSAD, Tâmera Maciel. **A Problemática das “Invasões” na Cidade de Manaus: perspectivas de Legalização Fundiária à Luz do Estatuto da Cidade,** 2005, p. 1-16. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2020/01/Anais-do-1%C2%BA-Semin%C3%A1rio-Amazonense-de-Direito-%C3%A0-Cidade.pdf>> Acesso em 28 de março de 2022.

Atlas Esgotos. **Despoluição das Bacias Hidrográficas.** Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizjA1ZjQwZWUtYmRkYS00YjM0LWFhMjItMTMyOTQ0NDljNGQyIiwidCI6ImUwYmI0MDEyLTgxMGItdmY5YS04YjRkLTY2N2ZjZDFiYWY4OCJ9>> Acesso em 18 de maio de 2023.

Atlas Esgotos. **Despoluição das Bacias Hidrográficas.** Disponível em:<<http://atlasesgotos.ana.gov.br/>> Acesso em 18 de maio de 2023.

AZEVEDO, Renildo Viana. **Revitalização dos igarapés: para quem?** 2008. Disponível em:<<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_humano_adm_pub_renildo_v_azevedo.pdf>>

AZEVEDO, S., and ANDRADE, LAG. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação [online].** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, 116 p.

BARÃO, Naíke. **Entenda o trabalho informal no Brasil e no mundo.** Publicado em 27 de junho de 2023. Disponível em:< <https://www.politize.com.br/trabalho-informal/>> Acesso em 18 de julho de 2023.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável.** Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 15 Nº 42. 2000. Disponível em:<<https://www.tjam.jus.br/phocadownloadpap/desigualdadeepobrezanobrasil.pdf>> Acesso em 30 de julho de 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social: fundamentos e história.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BID e Governo do Amazonas dão continuidade às ações do Programa de Saneamento Ambiental dos Igarapés de Manaus. Disponibilizado em:< <https://www.iadb.org/pt/noticias/bid-e-governo-do-amazonas-dao-continuidade-acoes-do-programa-de-saneamento-ambiental-dos>> Acesso em 04 de julho de 2023.

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Reassentamento involuntário:** política operacional e documento de antecedentes. Washington, DC. Out. 1998. Disponível em < <https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/documentos-de-quadro-setorial> > Acesso em 29 de julho de 2023.

BIRD. Disponível em:< <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/bird>> Acesso em 30 de julho de 2023.

BNC Amazonas. **Com BID, Governo do Amazonas estuda modernizar serviços digitais.** Publicado em 30 de janeiro de 2023. Disponível em:< <https://bncamazonas.com.br/municipios/com-bid-governo-do-am-estuda-modernizar-servicos-digitais/>> Acesso em 05 de julho de 2023.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOTEGA, Leonardo. **De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil.** Espaço Plural, Paraná, n. 17, p. 66-72, Ano VIII. 2º semestre de 2007.

BRAGA, B. **A cidade e suas Representações: Manaus no século XIX (1850-1883).** Revista de Pesquisa Histórica, 34, 163-184, 2016.

BRAGA, Océlio Jackson; NETO, Enéas Arrais. Trabalho **alienado e a propriedade privada nos manuscritos econômico-filosóficos.** Revista Eletrônica Arma da Crítica número 4/dezembro 2012 ISSN 1984-4735.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista.** Boitempo Editorial. 2015.

BRASIL. **Decreto n. 7.499, de 16 de junho de 2011.** Regulamenta dispositivos da Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências. 2011a.

BRASIL. **Lei n. 12.424, de 16 de junho de 2011.** Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112424.htm> Acesso em 23 de agosto de 2023.

BRITO, Carlos Emílio Bessa. **TERRITORIALIDADE: a Zona Franca de Manaus e seu Impacto Socioeconômico no Estado do Amazonas.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.2, fev. 2021.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. **O espaço urbano em redefinição: Cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade.** Dourados: UFGD, 2008. 238 p.

CAMPANA, Priscila. **O impacto do Neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico.** Brasília a. 37 n. 147 jul./set. 2000

CARDOSO, Adauto Lucio. **Urbanização de Favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando os desafios**. XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém: ANPUR, 2007.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; NEGRÃO, Marcília Regina Gama. **O que custa uma moradia (In) sustentável?** In: SANTANA, Joana; HOLANDA, Anna Carolina Gomes;

CARDOSO, José Álvaro de Lima Cardoso. **Política Neoliberal e os direitos do Trabalho no Brasil**. Publicado em 20 de outubro de 2020 e atualizado em 20 de outubro de 2020. Disponível em:< <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/politica-neoliberal-e-os-direitos-do-trabalho-no-brasil/>> Acesso em 11 de julho de 2023.

CARVALHO, Talita de. **Ditadura Militar no Brasil**. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>> Acesso em: 11 de julho de 2023.

Carta de Conjuntura. **Mercado de trabalho – Indicadores Mensais do mercado de trabalho – junho de 2023**. Número 60 – Nota de Conjuntura 12 – 3º Trimestre de 2023. Disponível em:< https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/08/230811_cc_60_nota_12_indicador_mensal_mt_junho_23.pdf> Acesso em 23 de agosto de 2023.

CASSETI, Valter. **Ambiente e Apropriação do Relevo**. 2 ed. São Paulo: Contexto.1995.

CASTELLS, Manuel. **A Questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Vol. 48. São Paulo: Paz e terra, 2000, 590p. (coleção pensamento crítico)

CASTILHA, Eduardo Dalcin. **A Construção Histórica das Políticas Sociais no Brasil**. Ciências Sociais em Perspectiva, v. 18, n. 34 / pgs. 101 - 119; 1º Sem 2019.

CAVAIGNAC, Mônica Duarte; MAEDA, Angela Naomi. **O trabalho do assistente social e a efetivação de direitos sociais**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.19, n.1, p. 104-123, jan. / jul. 2019.

CAVALCANTE, Mariza Souza. **Direito à Moradia e à Questão da Inclusão das Instituições Sociais/ONGs no Programa Minha Casa, Minha Vida em Manaus**. Dissertação Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas. 2016.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições Privativas do(a) Serviço Social em Questão**. 1ª Edição ampliada. 2012.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001 – (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 16)

CHOMSKY, Noam. O lucro ou as pessoas? Bertrand Brasil. 2002.

CIMADAMORE, Alberto; DEAN, Hartley; SIQUIERA, Jorge. **A Pobreza do Estado. Reconsiderando o papel do Estado na Luta Contra a Pobreza Global**. São Paulo: CLACSO, agosto 2006.

CNN Brasil. Publicado em 23 de junho de 2022. **60% dos trabalhadores informais no Brasil fazem “bicos” para sobreviver, diz estudo**. Disponível em:<

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/60-dos-trabalhadores-informais-no-brasil-fazem-bicos-para-sobreviver/>> Acesso em 18 de julho de 2023.

COLMÁN, Evaristo; POLA, Karina Dala. **Trabalho em Marx e Serviço Social**. Serviço Social em Revista, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 179–201, 2009.

Com início em 2006, Suhab diz ter dados de desapropriações no Prosamim apenas de 2019. Publicado em 16 de fevereiro de 2020 pelo Amazonas Atual. Disponível em:< <https://amazonasatual.com.br/fim-de-semana-em-2019-governo-gastou-r-73-milhoes-com-indenizacoes-do-prosamim-e-estima-pagar-r-53-milhoes-em-2020com-inicio-em-2006-suhab-diz-ter-dados-sobre-desapropriacoes-no-prosamim-apenas-de-20/>> Acesso em 24 de julho de 2023.

CONCEIÇÃO, Susianne Gomes da. **Amazônia em ontogenia: o caso da região metropolitana de Manaus**. 2016.

Confederação Nacional de Municípios – CNM. Estudos Técnicos CNM / Confederação Nacional de Municípios – Brasília: CNM, 2011.

Conselho das Cidades. Disponível em <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/cartilha-min->

CORREA, Silvia Adriana Lima. **A Estigmatização da moradia no entorno dos igarapés e seus impactos socioambientais na cidade de Manaus**. INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 1, 2015, p. 25-47. ISSN 2176-6789.

COSTA, Danielle Pereira da; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Conjuntos Habitacionais e a Urbana de Manaus filigramas do processo de construção urbana e o papel das políticas habitacionais**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 06, número 11, 2007.

COSTA, J. B. (2021). **A Amazônia e a Zona Franca de Manaus: caminhos independentes**. Amazonas Et Al.

COSTA, L. C. da. **Pobreza, Desigualdade e Exclusão Social, in Sociedade e Cidadania desafios para o século XXI**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2005.

COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho Informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira**. CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, jan./abr. 2010

COSTA, Reinaldo Côrrea. **Riscos, fragilidades e problemas ambientais urbanos em Manaus**. Manaus. Editora INPA, 2017.

Crianças do Parque Residencial São Raimundo participam de oficina de educação ambiental. Disponível em: <<http://www.ugpe.am.gov.br/criancas-do-parque-residencial-sao-raimundo-participam-de-oficina-de-educacao-ambiental/>> Acesso em 27 de março de 2023.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes projetos urbanos, segregação social e condições de moradia em Belém e Manaus**. 317 f. 2012. 2012. Tese de doutorado. Tese (Doutorado)-Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

CUNHA, Guilherme Antônio Correa. **Déficit Habitacional: o tamanho da desigualdade social no Brasil**. Boletim Economia Empírica, 1(1). 2020. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/bee/article/view/4014/1747>> Acesso em 06 de outubro de 2022.

CYMBALISTA, Renato. **Estudo de impacto de vizinhança**. Dicas Polis, 192, 12-15, 2001.

DAUDÉN, Julia. **Cidade versus água: entenda como Veneza foi construída**. Publicado em 04 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/908233/cidade-versus-agua-entenda-como-veneza-foi-construida>> Acesso em 15 de maio de 2023.

Déficit Habitacional no Brasil cresceu e chegou a 5,876 milhões de moradias em 2019, diz estudo. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/04/deficit-habitacional-do-brasil-cresceu-e-chegou-a-5876-milhoes-de-moradias-em-2019-diz-estudo.ghtml>> Acesso em 08 de março de 2022.

DERANI, Cristiane. **Política Pública e a norma política**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. n. 41, p. 19–28, jul./dez., 2005.

DE SOTO, H. **O Mistério do Capital**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Diário Oficial do Estado do Amazonas. Publicado em 20 de agosto de 2021. **Amazonas foi o Estado que mais evoluiu na oferta de serviços digitais**. Disponível em: <<https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/edicoes/download/16642>> Acesso em 05 de julho de 2023.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920**. Manaus: Valer, 1999, p. 19.

DIAS, M. C. S. **Geração de emprego, renda e política de qualificação nacional: elementos para uma análise no Estado do Pará**. 2006. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

DUTRA, Viviane Alves da Silva. **Prosamim-BID: Uma experiência de reassentamento de pessoas**. Manaus: UEA, 2018.

Educa IBGE. **Conheça o Brasil – População – Educação**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>> Acesso em 14 de agosto de 2023.

ELOY, Caludia Magalhaes et al. **Habitação de Interesse Social no Brasil: construindo novas oportunidades: panorama 2020 e foco em desafios prioritários**. 2021.

Em suas três fases, Prosamim já construiu mais de 180 km de redes de coleta de esgoto na capital. Publicado em 15 de julho de 2021. Disponível em: <<http://www.ugpe.am.gov.br/em-suas-tres-fases-prosamim-ja-construiu-mais-de-180-km-de-redes-de-coleta-de-esgoto-na-capital/>> Acesso em 20 de maio de 2023.

ESCURRA, María Fernanda. **O Trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital**. Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. ISSN 1981-061X. Ano XI. out./2016. n. 2

ESTEVIÃO, Renildo Barbosa; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. **Análise de Políticas Públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para reformulação de políticas.** Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – UFPI. Hologramas, Ano 34, Vol. 3. 2018.

FAGNANI, Eduardo. **Política Social no Brasil (1964-2002): Entre a Cidadania e a Caridade.** Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, 2005.

FEITOZA, Paulo Fernando de Britto. **A cultura das águas na Amazônia.** Revista Nova Hileia. Vol.1, nº1, ago-dez 2016.

FERREIRA et al. **O fenômeno da urbanização com o advento da Revolução Industrial e a Promoção da Saúde no Espaço Urbano.** Anuário da Produção Acadêmica Docente. Vol. 5, Nº 14, Ano 2011.

FERREIRA, G. G., Calmon, P., Fernandes, A. S. A., & Araújo, S. M. V. G. **Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida.** urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2019.

FERREIRA, Sabrina Moraes. **A Construção do Espaço Urbano em Manaus: Uma Análise das Condições de Saúde dos Moradores do Parque Residencial Manaus.** Revista Geonorte, V.9, N.33, P.169-183, 2018.

FERREIRA, Sabrina Moraes; VALLINA, Katia de Araújo Lima. **O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM): A construção de uma nova espacialidade.** Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis SC – 27 a 29 de outubro de 2015.

FIGUEIREDO, Joseane Gomes. **Desigualdade social e Capitalismo: os limites da igualdade sob a ordem burguesa.** 2013.

FILGUEIRAS, Luiz. **A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições** (São Paulo: Boitempo). 2000.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** Enpublicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

FILHO, Elton Alves de Souza; ALVES, Samara Beatriz da Silva Mendonça. **Análise das Condições Sanitárias na Cidade de Manaus-Amazonas.** Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Brasil. Todos os direitos reservados. ISSN: 2447-9195. Geofronter, Campo Grande, v. 8, p. 01-21. 2022.

FRAGA, Juliana Machado; EMMEL, Adélia Marilene. **O Neoliberalismo e o crescente mercado informal de trabalho: os processos de pejotização e uberização como política de possível violação dos direitos da mulher.** RDP, Brasília, Volume 20, n. 105, 432-460, jan/mar.2023

FRANÇA, Elisabete; BAYEUX, Gloria. **Favelas upgrading: a cidade como integração dos bairros e espaço de habitação. Representação brasileira na 8ª Mostra Internacional de**

Arquitetura da Bienal de Veneza. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/756>> Acesso em 15 de maio de 2023.

FRAXE, Therezinha J.P. **Homens anfíbios - Etnografia de um campesinato nas águas.** São Paulo: Annablume Editora, 2000.

Fundação Arymax e B3 Social. **Retrato do Trabalho Informal no Brasil.** Disponível em: <<https://retratodotrabalhoinformal.com.br/>> Acesso em 13 de julho de 2023.

Fundo Monetário Internacional – FMI. Disponível em: <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/cooperacao-internacional/fundo-monetario-internacional-2013-fmi>> Acesso em 30 de julho de 2023.

GALLO, Gabriela Neves. **Direito à Moradia – Direito Humano Fundamental.** Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/gabriela_neves_gallo.pdf> Acesso em 15 de março de 2022.

GARCIA, R. C. **Iniquidade Social no Brasil: Uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento.** IPEA (texto para discussão). Brasília, agosto de 2003.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília: Plano Editora, 2002.

GIL, Matheus. **Sai o Habite-se do Parque Residencial São Raimundo, o primeiro Parque do Prosamim regularizado.** Publicado em 09 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/sai-o-habite-se-do-parque-residencial-sao-raimundo/>> Acesso em 03 de julho de 2023.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Greice Kelly Costa. **Contribuições do serviço social à defesa do direito à moradia no Brasil: expressões e desafios particulares na cidade de São Luís (MA).** 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

Governo assina cessão de espaço para ações sociais da Semasc no Prosamim São Raimundo. Publicado em 29 de junho de 2021. Disponível em: <<http://www.ugpe.am.gov.br/governo-assina-cessao-de-espaco-para-acoes-sociais-da-semasc-no-prosamim-sao-raimundo/>> Acesso em 22 de agosto de 2023.

Governo do Amazonas quer empréstimo de R\$ 416 milhões para o Prosamim. Publicado em 30 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://amazonasatual.com.br/governo-do-am-quer-emprestimo-de-r-416-milhoes-para-o-prosamim/>> Acesso em 05 de julho de 2023.

GREGORIO, Danielle Khoury. **Sobre as águas da Amazônia. Habitação e Cultura Riberinha.** São Paulo. 2019.

GROBE, Cristiana Maria Petersen. Manaus e seus Igarapés. **A construção da cidade e suas representações (1880-1915).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas,

Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL, Manaus, 2014.

GUIMARÃES, Arthur. **Recessão: as piores crises econômicas no Brasil nos últimos 100 anos.** Publicado em 20 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.sunu.com.br/noticias/recessao-piores-criises-economicas-brasil/>> Acesso em 03 de julho de 2023.

Há 10 anos, Manaus está entre as piores cidades em esgoto sanitário. Publicado em 21 de março de 2023. Disponível em: <<https://amazonasatual.com.br/ha-10-anos-manaus-esta-entre-as-piores-cidades-em-saneamento/>> Acesso em 18 de maio de 2023.

HAGINO, Cora Hisae. **O direito à cidade e à participação: um estudo de caso do Plano Diretor de Manaus, Amazonas.** Confluências, vol. 13, n. 2 – Niterói: PPGSD-UFF, novembro de 2012, páginas 75 a 98.

HARVEY, David. **Condição pós moderna.** São Paulo: Loyola, 2007.

HEIMBECKER, Vlória Pinheiro Cantanhede. **A promoção estatal da moradia em Manaus: os conjuntos habitacionais de Flôres e da Raiz e o desmanche da cidade flutuante em 1967. v. 15 n. 2 (2015): Revista Libertas.** Florianópolis-SC.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

Huberman, L. (1986). **História da riqueza do homem** (21^ª ed. revisada). Rio de Janeiro: LTC.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Brasil das desigualdades:” Questão Social”, Trabalho e Relações sociais.** SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional.** SP. Cortez. 2003.

IAMAMOTO, Marilda. **A questão social no capitalismo.** IN: Revista Temporalis. Ano II. n. 3. ABEPSS. Brasília: 2001.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2015.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 348 p.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. ONU-HABITAT. **Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. Estado das cidades do mundo 2010/2011: unindo o urbano dividido – resumo das principais constatações.** Brasília: IPEA, 2011. 32 p.

JACCOUD, Luciana, organizadora. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo – versão 2009.** Brasília, 2009. Capítulo 8.

Jornal Amazonas Atual. Publicado em 16 de março de 2016. **MPF processa responsáveis pelo Prosamim 3 por danos ambientais.** Disponível em:< <https://amazonasatual.com.br/mpf-processa-responsaveis-pelo-prosamim-3-por-danos-ambientais/>> Acesso em 30 de julho de 2023.

Jornal Amazonas Atual. Publicado em 21 de março de 2023. **Há 10 anos, Manaus está entre as piores cidades em esgoto sanitário.** Disponível em:< <https://amazonasatual.com.br/ha-10-anos-manaus-esta-entre-as-piores-cidades-em-saneamento/>> Acesso em 30 de julho de 2023.

JUNIOR, Fernando Antônio França Sette Pinheiro. **A Evolução das Políticas Sociais no Brasil: O Período De 1930 A 2010.** Disponível em <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/a-evolucao-das-politicas-sociais-no-brasil.pdf>> Acesso em 10 de março de 2022.

JUNIOR, Luiz Soares Pessoa. **BNH: perspectiva histórica da edificação de conjuntos habitacionais.** Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 34, v. 12, n. 3 (set./dez. 2020).

JÚNIOR, Nelson Saule e UZZO, Karina. A Trajetória da Reforma Urbana no Brasil. Ford Foundation. Experiências do Marco Legal, p. 259-269. São Paulo, 2009.

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann (orgs.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas** – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

KLINTOWITZ, Danielle C. **Como as políticas habitacionais se inserem nos contextos de reforma do Estado? A experiencia recente do Brasil.** Revista Pensamento e Realidade. Ano XIV –v. 26n° 3/2011.

KOVÁCS, I. **Reestruturação empresarial e emprego.** Perspectiva, 21 (2), 467-494. 2003.

LAMEIRAS, Maria Andreia Parente et al. **Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas.** Publicado em 28 de junho de 2023. Disponível em:< <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/mercado-de-trabalho/>> Acesso em 11 de julho de 2023.

LATORRACA, Miriam Lerner Giancarlo. (Casas do Brasil, 2013: Habitação ribeirinha na Amazônia. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, Coleção casas do Brasil, v.5, 2013, p.08).

LEFEBVRE, Henri 1901-1991. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS, Amanda dos Santos; FACEIRA, Lobelia da Silva. **Os movimentos sociais e as políticas públicas no cenário brasileiro.** Repositório Institucional da UFSC, 2015.

LESSA, R. E.; ALVES, M. R. A.; ALVES, N. S. **Antropização no bairro da glória e impactos ambientais associados.** In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória-ES. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. – 3ª ed.

LEVI, Márcia Cristina Henriques. **Considerações Jurídicas Sobre Políticas Públicas para solução de Conflitos Relativos à ocupação urbana e a crise ambiental: Prosamim –**

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katálysis. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

Programa Social e Ambiental Dos Igarapés de Manaus. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_intern_pu_b_marcia_henriques_levi.pdf> Acesso em 10 de março de 2022.

LOPEZ, Silva Junior. et al. **Pensando o Crescimento Urbano de Manaus**. v. 35 n. 29 (2022): Editorial Bius dezembro/2022 - V.35 N.º: 29 - ISSN: 2176-9141.

LOUZADA, Camila; FILHO, Armando Brito da Frota. **PROSAMIM E SEUS IMPACTOS NA GEOMORFOLOGIA URBANA DE MANAUS- AM**. In: Anais do Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus (AM) UFAM, 2018.

LUZ, Ricardo Santos. **Trabalho Alienado em Marx: A base do capitalismo**. Porto Alegre. 2008.

MACEDO, Khemerson. **Cultura Sentimental do São Raimundo de Manaus**. Disponível em: <<<http://www.ncpam.com.br/2009/03/cultura-sentimental-do-sao-raimundo.html#:~:text=O%20bairro%20de%20S%C3%A3o%20Raimundo,constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20palafitas%20e%20flutuantes>>> Acesso em 12 de janeiro de 2022. Publicado em 05 de março de 2009.

MACIEL, Franciele Bulamarque. **Assentamentos Precários: o caso de Manaus. In: Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de casos brasileiros / editores: Maria da Piedade Moraes, Cleandro Krause, Vicente Correia Lima Neto – Brasília: Ipea, 2016. Ministério das Cidades. Plano Nacional de Habitação (PLANHAB). Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2009.**

MAGALHÃES, Inês. **Resultados e Desafios do Programa Minha Casa, Minha Vida**. Brasília: Secretária Nacional de Habitação, Ministério das Cidades, 2013. 14 p.

Mais da metade das moradias em Manaus vive situação precária e com maior risco de contaminação pela Covid-19, aponta IBGE. Disponível em <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/05/20/mais-da-metade-das-moradias-em-manaus-vive-situacao-precaria-e-com-maior-risco-de-contaminacao-pela-covid-19-aponta-ibge.ghtml>> Acesso em 08 de março de 2022.

Manaus aparece entre as últimas em saneamento, aponta ranking de 2023 do Instituto Trata Brasil. Publicado em 20 de março de 2023. Disponível em:<<https://18horas.com.br/manaus/manaus-aparece-entre-as-ultimas-em-saneamento-aponta-ranking-de-2023-do-instituto-trata-brasil/>> Acesso em 20 de maio de 2023.

Manaus é a capital com maior volume de investimentos em saneamento do Norte do País. Disponível em: < <https://www.manaus.am.gov.br/noticias/saneamento-basico/manaus-investimento-saneamento/> > Acesso em 06 de julho de 2023.

MANZINI, E.J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros.** In: Seminário Internacional Sobre Pesquisa E Estudos Qualitativos, 2, 2004, Bauru.

MARGUTI, Bárbara de Oliveira. Política de Habitação. **Capítulo publicado em: A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação.** Brasília: Ipea, 2018.

MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; GALINDO, Ernesto Pereira. **A trajetória brasileira em busca do direito à cidade: os quinze anos de estatuto da cidade e as novas perspectivas à luz da nova agenda urbana.** Capítulo publicado em: O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana / organizador: Marco Aurélio Costa. – Brasília: Ipea, 2016. 361 p.: il., gráfs. color.

MARQUES, Barbara. **Programa minha casa minha vida: o que se tem produzido a respeito?** CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 26 (2018).

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras Editora, 1999. – (Série Núcleo de Pesquisa: 1)

MARX, K. Capítulo VI inédito de O capital. **Resultados do processo de produção imediata.** São Paulo: Editora Moraes, 1985.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Livro I, v. 1).

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MARX, Karl. **Cadernos de paris e manuscritos econômicos-filosóficos de 1844.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1964.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção do capital [1867] (trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2013.

MATSUO, Myriam. **Trabalho Informal e Desemprego: Desigualdades Sociais.** São Paulo. 2009.

MEDEIROS, Najara Sousa. **Uma análise sobre as políticas sociais no Brasil e a “questão social” na contemporaneidade.** 2013.

MELAZZO, Everaldo Santos. **Problematizando o conceito de Políticas Públicas: Desafios à Análise e a Prática do Planejamento e da Gestão.** Tópos / Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2010V.4, nº2. dez.2010

MELLO, Thiago de. Amazonas, Pátria da Água. São Paulo: Sver & Boccato, 1990.

MENEZES, Roberto Goulart; KRAYCHETE, Elsa Sousa. **Desigualdade Global e Desenvolvimento**. Caderno CRH, Salvador, v. 35, p. 1-7, e022001, 2022

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução :Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

Metodologia de Pesquisa. Disponível em: <http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente-leitura/EaDADM/UAB3_2013-2/Modulo_1/Metodologia_Pesquisa/material_didatico/Livro-texto%20metodologia.PDF> Acesso em 07 de novembro de 2022.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que é a Covid-19?** Publicado em 08 de abril de 2021. Disponível em:< <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus#:~:text=A%20Covid%2D19%20%C3%A9%20uma,transmissibilidade%20e%20de%20distribui%C3%A7%C3%A3o%20global.>> Acesso em 17 de agosto de 2023.

Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Controle de Inundações**. 2014. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/aguas-urbanas/controle-de-inundações>> Acesso em 30 de julho de 2023.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. **O Direito do Trabalho como Instrumento de Efetivação da Dignidade Social da Pessoa Humana no Capitalismo**. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.49, n.79, p.149-162, jan./jun.2009.

MIRANDA, Leonardo Costa et al. **Política Urbana e Habitacional na Produção Acadêmica do Serviço Social na Amazônia**. X Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2021.

MIRANDA, Priscila Pereira. **Análise da Relação entre as ocorrências de inundações e precipitação na cidade de Manaus para o ano de 2014**. Manaus-Am. 2018. Disponível em:<<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/3744/1/An%C3%A1lise%20da%20rela%C3%A7%C3%A3o%20entre%20as%20ocorr%C3%Aancias%20de%20inunda%C3%A7%C3%B5es%20e%20precipita%C3%A7%C3%A3o%20na%20cidade%20de%20Manaus%20para%20o%20ano%20de%202014.pdf>> Acesso em 03 de julho de 2023.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A questão habitacional no Brasil**. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/?lang=pt>> Acesso em 04 de novembro de 2021.

Moradores do Parque Residencial São Raimundo concluem curso de customização de sandálias. Disponível em: <<http://www.ugpe.am.gov.br/moradoras-do-parque-residencial-sao-raimundo-concluem-curso-de-customizacao-de-sandalias/>> Acesso em 27 de março de 2023.

MORTARI, André Dias; PALITOT Joyce. **Neoliberalismo, trabalho e o tempo que não dá tempo**. Jornal da Universidade. Publicado em 29 de abril de 2021. Disponível em:<

<https://www.ufrgs.br/jornal/neoliberalismo-trabalho-e-o-tempo-que-nao-da-tempo/>> Acesso em 11 de julho de 2023.

MOURA, Aldebaran do Socorro Farias. **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia.** Belém: Ed. UFPA, 2012.

MOURA, L.K.F; OLIVEIRA, J.A; ALVES, J.A. **A Produção do espaço urbano na Amazônia: As Políticas Públicas Habitacionais no Período de 1980-2008 em Manaus – Am (BR).** PLURIS 2010.

MPF/AM processa responsáveis pelo Prosamim III por danos ambientais. Publicado em 16 de março de 2016. Disponibilizado em: <<https://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/mpf-am-processa-responsaveis-pelo-prosamim-iii-por-danos-ambientais>> Acesso em 26 de março de 2023.

Mudança na vida de moradores que viviam as margens dos igarapés é relatada em seminário realizado pela UGPE. Disponível em: <<http://www.ugpe.am.gov.br/mudanca-na-vida-de-moradores-que-viviam-as-margens-dos-igarapes-e-relatada-em-seminario-realizado-pela-ugpe/>> Acesso em 27 de março de 2023.

MUNIZ, A. F., & MENDONÇA, E. M. S. **Movimentos sociais de moradia e a luta pelo espaço da cidade: Cenário de transformações, palco de lutas e conflitos na grande Vitória/ES na década de 1980.** Revista Brasileira Multidisciplinar, 23(3), 135-149. 2020.

NAVARRO, Vera Lucia; Padilha Valquíria. **Dilemas do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo.** Psicologia & Sociedade; 19, Edição Especial 1: 14-20, 2007

NERI, Marcelo C. FONTES, Adriana. **“Informalidade e Trabalho no Brasil: Causas, Consequências e Caminhos de Políticas Públicas”** (Marcelo Neri, Adriana Fontes), Rio de Janeiro, RJ – 2010 - FGV Social.

NETTO, J. P. **CINCO NOTAS A PROPÓSITO DA “QUESTÃO SOCIAL”.** In: Revista Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social, nº 3 Brasília, Graflin, 2001.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa; RIQUE, Célia D. G.; FREITAS, Fábio F. B. **Polícia e democracia: desafios à educação em direitos humanos.** Recife: Gajop; Bagaço, 2002. 296 p.

No Brasil, 85,7% dos municípios têm coleta de esgoto. Publicado em 13/12/2022 - 13:31 Por Karine Melo – Repórter da Agência Brasil – Brasília. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/no-brasil-857-dos-municipios-tem-coleta-de-esgoto>> Acesso em 04 de fevereiro de 2023.

NOGUEIRA, Mauro Oddo; CARVALHO, Sandro Sacchet de. **Trabalho Precário e Informalidade: Desprecarizando suas relações conceituais e esquemas analíticos.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

Novo Cras é inaugurado no São Raimundo. Disponibilizado em <<https://emtempo.com.br/75804/amazonas/novo-cras-e-inaugurado-no-sao-raimundo/>> Acesso em 15 de março de 2023.

Oficinas de Páscoa garantem renda e capacitação a artesãos do Prosamim. Disponível em: <<http://www.ugpe.am.gov.br/oficinas-de-pascoa-garantem-renda-e-capacitacao-a-artesaos-do-prosamim/>> Acesso em 27 de março de 2023.

OLIVEIRA JUNIOR, Jair Antonio de. **Arquitetura ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos.** Dissertação de mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Desigualdade Social: uma trajetória de insistência no Brasil.** Ano 16, n. 33, dezembro 2014. v. 33 n. 3 (2014): INFORME ECONÔMICO (UFPI), Ano 17, dezembro.

OLIVEIRA, Isadora Fernandes Borges; RUFINO, Beatriz. **As grandes incorporadoras, o segmento econômico e a desconstrução da promoção pública habitacional.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 24, n. 53, pp. 93-118, jan/abr 2022.

OLIVEIRA, J.A.; SCHOR, T. **Transformações nas cidades da Amazônia Brasileira: Manaus novas configurações urbanas decorrentes de projetos financiados por agências multilaterais.** In: PLURIS 2010 - 4. Congresso Luso-Brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado, sustentável, 2010, FARO.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Espaço-Tempo de Manaus: a natureza das águas na produção do espaço urbano.** In Revista Espaço e Cultura. UERJ, R.J. n 23. P.33-41., jan/junh de 2008.

OLIVEIRA, Juanita Garcia de; OLIVEIRA, Elaine Pintos de. **O Serviço Social nas Mobilizações Populares: contribuições para o resgate da cidadania.** II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2017.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. **A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica.** Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar - DCS/UEM, 2011.

País tem taxa de informalidade de 38,9% no trimestre até abril, diz IBGE. Estadão Conteúdo. Publicado em 31 de maio de 2023. Disponível em:<<https://revistapegn.globo.com/economia/noticia/2023/05/pais-tem-taxa-de-informalidade-de-389-no-trimestre-ate-abril-diz-ibge.ghtml>> Acesso em 11 de julho de 2023.

Palestra sobre saúde bucal no parque residencial São Raimundo. Disponível em: <<http://www.ugpe.am.gov.br/palestra-sobre-saude-bucal-no-parque-residencial-sao-raimundo/>> Acesso em 27 de março de 2023.

PANDOLFI, Aline Fardin. **Reflexões críticas sobre as políticas de geração de trabalho e renda no Brasil.** Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015

Parque Residencial São Raimundo recebe Colônia de Férias do Prosamim. Disponível em <<http://www.ugpe.am.gov.br/parque-residencial-sao-raimundo-recebe-colonia-de-ferias-do-prosamim/>> Acesso em 16 de março de 2023.

PAULO NETTO, J. **Uma Face Contemporânea da Barbárie**. In: Encontro internacional “Civilização ou Barbárie”, 3., 2010, São Paulo. Comunicação [...]. São Paulo: Serpa. 2010. p. 1-32

NETTO, J.P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

PENALVA, Angela Moulin S.; DUARTE, Sandro Marino. **Política Habitacional no Brasil: Uma Nova Abordagem Para Um Velho Problema**. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1375>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

PEREIRA, P. A. P. **Questão Social, Serviço Social e Direitos da cidadania**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 729-753, 2012.

PINHEIRO, Karina. **Cheia do Rio Negro: Confirma as 10 marcas recordes já registradas, desde 1902**. Publicado em 31 de março de 2022 e atualizado em 06 de outubro de 2022. Disponível em:< <https://portalamazonia.com/estados/amazonas/cheia-do-rio-negro-confirma-as-10-marcas-recordes-ja-registradas-desde-1902#:~:text=Em%202021%2C%20o%20rio%20atingiu,em%202009%2C%202012%20e%202021.>> Acesso em 03 de julho de 2023.

Políticas de saneamento básico em Manaus: como ficam os mais afetados? Disponível em <<https://amazoniareal.com.br/saneamento-manau/#:~:text=Segundo%20o%20Relat%C3%B3rio%20Trata%20Brasil,nos%20100%20maiores%20munic%C3%ADpios%20brasileiros.>> Acesso em 28 de janeiro de 2023

Políticas Públicas para a geração de trabalho e renda: economia solidária no paradoxo entre oportunidade e oportunismo. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/304428321_politicas_publicas_para_a_geracao_de_trabalho_e_renda_economia_solidaria_no_paradoxo_entre_oportunidade_e_oportunismo> Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

PONTES, Luciana Moura Araújo Cardoso. **O direito do trabalho e a tutela dos direitos do trabalhador em tempos de capitalismo moderno: crise ou renovação?** Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas (UESB), v. 1, p. 47-65, 2009.

Portal Correio. Publicado em 12 de setembro de 2022. **Futuro do Trabalho: qualificação frente às novas exigências**. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/futuro-do-trabalho-qualificacao-frente-as-novas-exigencias/>> Acesso em 18 de julho de 2023.

Portal do Amazonas Atual. Publicado em 16 de março de 2016. **MPF processa responsáveis pelo Prosamim 3 por danos ambientais**. Disponível em:< <https://amazonasatual.com.br/mpf-processa-responsaveis-pelo-prosamim-3-por-danos-ambientais/>> Acesso em 30 de julho de 2023.

Portal do Estado do Amazonas. **Publicado em 26 de agosto de 2021. Governo do Estado do Amazonas inaugura a maior Estação de Tratamento de Esgoto do Norte do País.** Disponível em: < <https://estadodoamazonas.com/governo-do-am-inaugura-a-maior-estacao-de-tratamento-de-esgoto-do-norte-do-pais/>> Acesso em 05 de julho de 2023.

PRADO, Cláudio. **Déficit Habitacional reflete a desigualdade do país.** Publicado em 20 de agosto de 2021. Disponível em: < <https://www.fundacao1demaio.org.br/artigo/deficit-habitacional-reflete-a-desigualdade-do-pais/#:~:text=O%20que%20apontam%20os%20dados%20brasileiros&text=De%20acordo%20com%20uma%20pesquisa,em%20fam%C3%ADlias%20de%20baixa%20renda>> Acesso em 06 de outubro de 2022.

PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gissele; Zacarias; Inez Rocha. A Produção da Pobreza e das Desigualdades no Capitalismo: uma leitura a partir da obra Marxiana. P.19. **Neoliberalismo e Desigualdade Social: reflexões a partir do Serviço Social.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

Procedimentos Metodológico na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt>> Acesso em 04 de novembro de 2021.

Processo de Regularização e Habite-se do Residencial do Prosamim no São Raimundo é aprovado no CMDU. Disponível em: < [https://www.manaus.am.gov.br/noticias/habitacao/processo-de-regularizacao-e-habite-se-do-residencial-prosamim-no-sao-raimundo-e-aprovado-no-cmdu/#:~:text=A%20Prefeitura%20de%20Manaus%2C%20por,Igarap%C3%A9s%20de%20Manaus%20\(Prosamin\).>](https://www.manaus.am.gov.br/noticias/habitacao/processo-de-regularizacao-e-habite-se-do-residencial-prosamim-no-sao-raimundo-e-aprovado-no-cmdu/#:~:text=A%20Prefeitura%20de%20Manaus%2C%20por,Igarap%C3%A9s%20de%20Manaus%20(Prosamin).>)> Acesso em 27 de março de 2023.

Procuradoria da República do Amazonas. MPF/AM **processa responsáveis pelo Programa Social e Ambiental Dos Igarapés de Manaus.** Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_intern_pu_b_marcia_henriques_levi.pdf> Acesso em 10 de março de 2022.

Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. Disponível em <http://www.ugpe.am.gov.br/programas/prosamim/> Acesso em 18 de março de 2022.

Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. Disponível em <<http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/prosamim-i/>> Acesso em 01 de março de 2022.

Promoção da Saúde no Espaço Urbano. Anuário da Produção Acadêmica Docente. Vol. 5, Nº 14, Ano 2011.

Prosamim III por danos ambientais. Publicado em 16 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/mpf-am-processa-responsaveis-pelo-prosamim-iii-por-danos-ambientais>> Acesso em 05 de julho de 2023.

Prosamim inicia inscrições do curso de informática avançada para os moradores do Parque Residencial São Raimundo. Publicado em 02 de julho de 2019. Disponível em: <<http://www.ugpe.am.gov.br/prosamim-inicia-inscricoes-do-curso-de-informatica-avancada-para-os-moradores-do-parque-residencial-sao-raimundo/>> Acesso em 22 de agosto de 2023.

Prosamim inicia inscrições do curso de informática avançada para os moradores do Parque Residencial São Raimundo. Disponível em: <<http://www.ugpe.am.gov.br/prosamim-inicia-inscricoes-do-curso-de-informatica-avancada-para-os-moradores-do-parque-residencial-sao-raimundo/>> Acesso em 16 de março de 2023.

Prosamim recebe aprovação do Iphan para licença de instalação. Disponível em: <<http://www.ugpe.am.gov.br/prosamin-recebe-aprovacao-do-iphan-para-licenca-de-instalacao/>> Acesso em 27 de março de 2023.

PROSAMIM. Plano de Reassentamento do Prosamim. Disponível em: <<http://prosamim.am.gov.br/wp-content/uploads/2012/04/plano-reassentamento-prosamim3.pdf>> Acesso em 01 de novembro de 2022.

Rede RBA. Publicado em 18 de maio de 2023. **Taxa de desemprego segue maior para mulheres, negros e pessoas com menor escolaridade.** Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/economia/taxa-de-desemprego-mulheres-negros-e-pessoas-com-menos-escolaridade/>> Acesso em 14 de agosto de 2023.

RIBEIRO, Rovaine. **A política de habitação de interesse social e a dimensão urbana em municípios da Amazônia/Pará.** Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v. 9, n. 1, p. 157-176, jan./jun. 2016.

RODRIGUES, Evaniza et al. **Produção social da moradia: desafios da política de habitação.** Revista Trimestral de Debate da Fase. 2014.

RODRIGUES, Lucas Pazolini Dias; MOREIRA, Vinicius de Souza. **Habitação e políticas públicas: o que se tem pesquisado a respeito?** urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2016.

RODRIGUES, T. F.; COSTA, R. C. **Geomorfologia urbana e riscos em Manaus (AM).** Revista Geonorte, Edição especial 4, V.10, N.1, p.35-40, 2014 (ISSN 2237-1419)

ROLNIK, Raquel. **Dez anos do Estatuto da cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo.** In: Leituras da cidade [S.l.: s.n.], 2012.

ROUANET, S. P. **Mal-Estar na Modernidade.** São Paulo: Companhia de Letras, 1993.

RUBIN, Graziela Rossatto; BOLFE, Sandra Ana. **O desenvolvimento da habitação social no Brasil.** Ciência e Natura, Santa Maria, v. 36 n. 2 mai-ago. 2014, p. 201–213

SALES, Alessandra do Amaral. **Movimento Orquídeas: as mulheres como sujeitos coletivos na luta por moradia em Manaus, 2015.** Dissertação, mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas.

SANTANA, Joana V. **Questão urbana e habitacional e Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil.** Serviço Social em Revista, v. 21, p. 217-238, 2018b.

SANTANA, Joana V.; HOLANDA, Anna Carolina G.; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de. **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia.** Belém: Editora da Universidade Federal do Pará (ed. ufpa), 2012.

SANTANA, Joana V; CRUZ, Sandra Helena R.; RIBEIRO, Rovaine. **Questão da habitação e “questão social”**: reflexões sobre situação habitacional e lutas pela moradia no estado do Pará. In: Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos. Carvalho, Denise B. B.de;

STAMPA, Inez; SANTANA, Joana V.; SILVA, Maria Liduína de O. e (Orgs.). 1. Ed., v. 1, p. 73-88. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

SANTANA, Joana Valente. et al. In: **Questão da Habitação na Amazônia como expressão da “questão social”: desafios para o Serviço Social. Questão Social e Serviço Social na Amazônia**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.p (181)-(198).

SANTANA, Joana Valente. **Habitação**. Brasil em Números – IBGE (Edição em Inglês). Impresso, v. 26, p. 93-108, 2018a.

SANTANA, Joana Valente; MERCÊS, Regiane Rosário das; SANTOS, Rita de Cássia Barbosa dos. **“Política Urbana e Serviço Social: análise sobre a requisição de participação comunitária no município de Belém-Pará”**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2009.

SANTOS, ARAUJO, FARIAS e at al. **Saneamento Básico: Lei 11.445/07 como instrumento de efetivação da cidadania**. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/84959/saneamento-basico-lei-11-445-07-como-instrumento-de-efetivacao-da-cidadania>> Acesso em 04 de fevereiro de 2023. Publicado em 25/08/2020.

SANTOS, C. C. B. **Direito à moradia na cidade de Manaus**. SER Social, [S. l.], n. 8, p. 209–234, 2009. DOI: 10.26512/ser_social.v0i8.12882. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12882. Acesso em: 04 de novembro de 2021.

SANTOS, Izaías Nascimento dos; BATISTA, Iêda Hortência; ALBUQUERQUE, Carlossandro Carvalho de. **Abastecimento Público de Água: Um estudo na região metropolitana de Manaus-AM**. Florianópolis, Santa Catarina. 2017. XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Disponível em:< <https://files.abrhidro.org.br/Eventos/Trabalhos/60/PAP023130.pdf>> Acesso em 29 de julho de 2023.

SANTOS, João Benjamim dos. **Educação, desenvolvimento e empregabilidade**. Rev. FAE, Curitiba, v.2, n.3, p.65-69, 1999.

SANTOS, Lourival Santana; ARAÚJO, Ruy Belém de. **História econômica geral e do Brasil / --** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2011.

SARTORI, Vitor. **Marx e o direito do trabalho: a luta de classes, o terreno jurídico e a revolução**. R. Katál., Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 293-308, maio/ago. 2019.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). **Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID**. Publicado em 23 de agosto de 2017 e atualizado em 22 de setembro de 2017. Disponível em: <[https://www.sde.df.gov.br/banco-interamericano-de-desenvolvimento-bid/#:~:text=O%20Banco%20Interamericano%20de%20Desenvolvimento%20\(BID\)%20que%20apoiar%20o%20desenvolvimento,institui%C3%A7%C3%B5es%20p%C3%BAblicas%20com%20garantia%20soberana.](https://www.sde.df.gov.br/banco-interamericano-de-desenvolvimento-bid/#:~:text=O%20Banco%20Interamericano%20de%20Desenvolvimento%20(BID)%20que%20apoiar%20o%20desenvolvimento,institui%C3%A7%C3%B5es%20p%C3%BAblicas%20com%20garantia%20soberana.)> Acesso em 04 de julho de 2023.

SÊGA, Rafael Augustus. **Os Melhoramentos urbanos como estratégia de dominação social.** Porto Alegre: Anos 90, Revista do Programa de Pós Graduação em História, UFRGS, n 14, dezembro de 2000, p. 218.

SELIGMAN, Milton; Mello, Fernando. **Lobby desvendado: Democracia, políticas públicas e corrupção no Brasil contemporâneo.** Editora Record. 2018.

Senado Notícias. Publicado em 06 de julho de 2022. **CCJ aprova saneamento básico como direito social na Constituição.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/06/ccj-aprova-saneamento-basico-como-direito-social-na-constituicao>> Acesso em 15 de agosto de 2023.

SENNE, Andressa de. **Políticas Sociais no Brasil: uma reflexão preliminar.** 2017. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica/** organizado por Yolanda Guerra... [et all]. 2.ed. Campinas. Papel Social, 2019.

SILVA, Frederico Barbosa; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Políticas Sociais no Brasil: Participação Social, Conselhos e Parcerias.** Cap.8 in: *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo - versão 2009.*

SILVA, José Roselito Carmelo; SCUDELLER, Veridiana Vizoni. **Os ciclos econômicos da borracha e a Zona Franca de Manaus: expansão urbana e degradação das microbacias.** *Research, Society and Development*, v. 11, n. 6, e33611629103, 2022.

SILVA, Marcelo Rodrigues da; VICENTIN, Ivan Carlos. **Planejamento Urbano e o Estatuto das Cidades: A Institucionalização dos Conselhos Municipais de Política Urbana no Brasil.** *Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe) – ISSN 2177-4153 – Vol. 15 n.2 – abril/junho 2017.*

SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional.** *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 401-417, nov 2015.

SIQUEIRA, Marcos César. **Crítica da Cidade Moderna e do Urbano.** Brasília, 2017.

SOUSA, Adrianycce; NEVES, Daniela. **Políticas Públicas de Geração de Trabalho e Renda: o papel da economia solidária.** IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2009. (Seminário). Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/politicas-publicas-de-geracao-de-renda-e-trabalho-o-papel-da-economia-solidaria.pdf> Acesso em 17 de julho de 2023.

SOUSA, Daniele Neves de. **Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária.** *Rev. Katál. Florianópolis* v. 11 n. 1 p. 53-60 jan./jun. 2008.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas uma Revisão da Literatura.** *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SOUZA, Iael de. **Precariedade, precarização e precariado no sistema capital do século XXI – “Você não estava aqui”.** *Ideias*, Campinas, SP, V. 12, 01-35. 2021.

SOUZA, Juliana de. **Educação e qualificação profissional como determinantes de inserção**

no mercado de trabalho brasileiro. Encontro Regional de Economia ANPEC Sul, XI. 2008.

SOUZA, Leno Barata. **Cidade Flutuante: Uma Manaus sobre as Águas.** v. 8, n. 2. 2016.

SOUZA, Roberto Fontes de. **Urbanização sobre as águas um panorama das intervenções do PROSAMIM em Manaus.** São Paulo, 2018. Dissertação Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

SOUZA, Silane. **Moradores convivem com esgotos entupidos no Parque Residencial São Raimundo.** Publicado em 15 de agosto de 2017. Disponível em:<<https://www.acritica.com/manaus/moradores-convivem-com-esgotos-entupidos-no-parque-residencial-s-o-raimundo-1.198628>> Acesso em 30 de julho de 2023.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação.** Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017.

SUPTITZ, Bruna. **Pensar a Cidade.** Jornal do Comércio, 04 de janeiro de 2023. <Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade/2023/01/879752-governo-recria-ministerio-com-foco-na-pauta-urbana.html>> Acesso em 04 de maio de 2023.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. **Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários.** Revista de Sociologia e Política, v. 24, p. 85-102, 2016.

TAVEIRA, Michelle. **Estratégias de Reabilitação de Cursos D' Água nos processos de Urbanização de Territórios Informais: Análise de casos do Cantinho do Céu, São Paulo e Igarapé do São Raimundo, Manaus:** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

TEIXEIRA, Elaine de Almeida. **A Categoria Trabalho na Produção Teórica de Marilda Iamamoto.** Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2014.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Políticas Sociais no Brasil: A histórica (e atual) relação entre o “público” e o “privado” no sistema brasileiro de proteção social.** Sociedade em Debate, Pelotas, 13(2): 45-64, jul.-dez./2007.

TELLES, Vera da Silva. **A Pobreza Como Condição de Vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas.** São Paulo em perspectiva, 4 (2):37-45, abril/junho de 1990.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora da FMG, 1998.

Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social, nº 3 Brasília,

TOCANTINS. Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia.** 9ªed. rev. Manaus: Editora Valer/ Edições Governo do Estado, 2000, p. 227

TORQUATO, Fabrícia de Carvalho et al. **Análise dos Impactos socioeconômicos e ambientais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.** *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*. V. 08, n. 63, 2020.

TORRES, Tatiana de Lucena et al. **Representações Sociais do Trabalho Informal para Trabalhadores por conta própria.** *Revista Subjetividades*, Fortaleza, 18(3): 26-38, dezembro, 2018.

TUPINAMBÁ, Dora. **Governo apresenta resultado do Prosamim III.** Publicado em 5 de outubro de 2021. Disponível em: < <https://www.valoramazonico.com/2021/10/05/governo-apresenta-resultados-do-prosamim-iii/>> Acesso em 30 de janeiro de 2023.

UGPE, 2020. Publicado em 02 de junho de 2020. **Governo Entrega Sistema de Esgotamento Sanitário do Prosamim III, Nova Avenida interligando as Zonas Sul e Oeste e outras Obras de Urbanização.** Disponível em:< <http://www.ugpe.am.gov.br/governador-inaugura-obras-do-prosamim-no-bairro-presidente-vargas/>> Acesso em 07 de julho de 2023.

Uma Nova Abordagem Para Um Velho Problema. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1375>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

Unidade Gestora de Projeto Especiais – UGPE. 2023. Disponível em:< <http://www.ugpe.am.gov.br/programas/prosamim/>> Acesso em 30 de julho de 2023.

URANI, André. **Crescimento e geração de emprego e renda no Brasil.** Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ln/a/HRVZCgZhY5jmxQR6rp6PPFq/abstract/?lang=pt#>> Acesso em 15 de fevereiro de 2022.

VAHDAT, V. S. et al. **Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução.** São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas. 2022.

VALLINA, Katia de Araújo Lima. **A Produção do Espaço Urbano e os Novos Processos de Segregação Socioespacial em Manaus, nos anos 2000.** Rio de Janeiro, 2014.

VILAÇA, Arliene Auxiliadora do Nascimento Bezerra. **Habitação e ação pública na contemporaneidade: um estudo de caso na área central de Manaus.** 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6112724/mod_resource/content/1/VILLA%20C3%87A%20C%20F.%20O%20que%20todo%20cidad%20C3%A3o%20precisa%20saber%20sobre%20habita%20C3%A7%20C3%A3o.%20Global%20Editora%201986.pdf>. Global Editora, 1986. Acesso em 12 de março de 2022.

Viva a São Raimundo. Disponível em <<http://www.ugpe.am.gov.br/viva-a-sao-raimundo/>> Acesso em: 18 de março de 2022.

WELTER, I. P., & de CASTRO, M. F. **A aplicabilidade e eficácia do direito fundamental e social à moradia.** Unoesc International Legal Seminar, 31–46. 2014.

WLODARSKI, Regiane; CUNHA, Luiz Alexandre. **Desigualdade social e pobreza como consequências do desenvolvimento da sociedade**. 2009. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. Tecnologia e Civilização. Ponta Grossa, Paraná. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/workshop/art15.pdf>> Acesso em: 13 outubro 2022.

XAVIER, Dayana Caroline Rodrigues Macedo. **O Mundo do Trabalho e Aspectos do Trabalho Informal na Atualidade**. Universidade Federal do Paraná. 2014.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

YAZBEK, M. C., 2012. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Serviço Social e Sociedade 110, pp.288-322. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 20 de outubro de 2022.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Pesquisa**. 2.ed.rev.atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2011.

ZURCHER, Patrícia Figueiredo Ferreira. **Pobreza, desigualdades sociais e a questão da moradia: desafiando a teia**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.19, n.1, p. 167-179, jan. / jul. 2019 ISSN 1980-8518. 2019.

DOCUMENTOS

AMAZONAS (Estado) - **Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**, jul. 2004. Manaus, AM: PROSAMIM:UGPI.

AMAZONAS (Estado) – **Plano de Gestão Ambiental e Social** - Projeto de Recuperação Ambiental e Requalificação Urbanística do Igarapé do São Raimundo. 2015.

AMAZONAS, Governo do Estado. **Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)**. Junho de 2021. Disponível em:<<http://www.ugpe.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/PGAS-PROSAMIN.pdf>> Acesso em 30 de julho de 2023.

AMAZONAS, Governo do Estado. **Plano Específico de Reassentamento - PER 3 – 2ª Revisão**. 2017.

BRASIL. **Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Cartilha Programa Minha Casa Minha Vida**. 2016. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2017/06/cartilha-mcmv.pdf>> Acesso em 23 de março de 2023.

Construção do Urbano-territorial na Amazônia – Relatório de Pesquisa. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10438/1/Pgmb_rm_manaus_complemento_b.pdf> Acesso em 08 de abril de 2022.

Plano de Reassentamento – PDR. 2021. Disponível em:< <http://www.ugpe.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/PDR-PROSAMIN.pdf>> Acesso em 25 de julho de 2023.

Plano Específico de Desapropriação, Reassentamento e Locação (PER) – PROSAMIM III. Governo do Estado do Amazonas. Manaus, 2012.

PSSA. **Plano de Sustentabilidade Socioambiental.** Manaus: Governo do Estado do Amazonas, julho a dezembro, 2012, 121 p.

Relatório do Ranking do Saneamento do Instituto Trata Brasil de 2023 (SNIS 2021). São Paulo, 20 de março de 2023. Disponível em:< https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Versao-Final-do-Relatorio_Ranking-do-Saneamento-de-2023-2023.03.10.pdf> Acesso em 26 de agosto de 2023.

Relatório de Esgotamento Sanitário Municipal. Atlas Esgotos. Despoluição de Bacias Hidrográficas. Disponível em:< https://portal1.snirh.gov.br/arquivos/Atlas_Esgoto/Amazonas/Relatorio_Geral/Manaus.pdf> Acesso em 18 de maio de 2023.

SITES

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

<https://amazonasatual.com.br>

<https://atlasesgotos.ana.gov.br/>

<https://cbic.org.br/>

<https://emtempo.com.br/>

<https://estadoamazonas.com/>

<https://noticias.uol.com.br/>

<https://pt.scribd.com/>

<https://www.ibge.gov.br/>

www.acritica.com

www.agenciaamazonas.am.gov.br/

www.amazonico.com/

www.cnnbrasil.com.br/

www.ipea.gov.br/

www.manaus.am.gov.br/

www.mpf.mp.br/

www.planalto.gov.br

www.politize.com.br/

www.tjam.jus.br/

www.ugpe.am.gov.br

III. APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e
Sustentabilidade na Amazônia



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada “A Implementação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM no Parque Residencial São Raimundo nos seus aspectos de garantia no acesso à habitação e a geração de trabalho e renda”, cuja pesquisadora responsável é a mestranda Samara Tavares Rocha, sob orientação da professora Dr^a Sandra Helena da Silva, pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – UFAM (Endereço institucional: Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, nº 6200, Aleixo, Setor Norte, Bloco Mário Ipiranga, no Campus Universitário Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/ Fone institucional: (92) 3651-7582 e-mail: ppgss@ufam.edu.br).

O objetivo geral do projeto é discutir o processo de implementação do PROSAMIM no Parque Residencial São Raimundo nos seus aspectos de garantia no acesso à habitação e a geração de trabalho e renda. Os objetivos secundários são: historiar a Política Habitacional no Estado do Amazonas com destaque ao PROSAMIM; apontar as políticas do Estado do Amazonas para as áreas alagadiças e as ações do PROSAMIM no que tange a garantia de direitos a moradia e verificar as estratégias dos moradores para a geração de trabalho e renda no Parque Residencial São Raimundo.

O motivo do convite para a sua participação se explica pelo fato de residir no Parque Residencial São Raimundo, área pertencente ao PROSAMIM, *lôcus* dessa pesquisa, dessa forma, poderá contribuir no alcance das propostas estabelecidas.

A Sra. tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, conforme o Item IV.3.d, da Resolução 466 de 2012, que trata sobre Pesquisas com Seres Humanos, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde. Caso aceite, sua participação consiste em colaborar com uma entrevista semiestruturada, que será realizada pela

Página 1 de 3

Rubricas _____ (Participante)

_____ (Pesquisador)

APÊNDICE B - ROTEIRO DE PERGUNTAS



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA
NÍVEL MESTRADO

ROTEIRO DE PERGUNTAS

1. Qual sua identidade de gênero?
2. Quantas pessoas moram nessa residência?
3. Qual o número de idosos e crianças que moram neste domicílio?
4. Qual a sua cor ou raça?
5. Qual a sua idade?
6. Qual o seu estado civil?
7. Você tem filhos? Se sim, quantos?
8. Responsáveis pelo sustento da família: o homem, a mulher ou o casal?
9. Qual o seu nível de escolaridade?
10. Quantos membros da família possuem registro em carteira de trabalho?
11. Somando sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é aproximadamente a renda familiar? Nenhuma renda, até 1 salário mínimo (R\$ 1.302,00), de 1 a 2 salários mínimos ou de 2 a 3 salários mínimos?
12. Em que trabalha atualmente?
13. A sua renda é suficiente para o seu sustento ou de sua família?
14. Recebe algum auxílio do Governo Federal como o Bolsa Família?
15. De que forma complementa a sua renda familiar?
16. Utiliza sua casa para outras finalidades, além da moradia?
17. Quanto a sua moradia anterior ao Prosamim, onde se localizava?

IV.ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE ANUÊNCIA



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

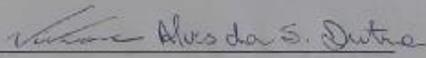
TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "A Implementação do Programa Social e Ambiental dos Igarapês de Manaus – PROSAMIM no Parque Residencial São Raimundo nos seus aspectos de garantia no acesso à habitação e a geração de trabalho e renda", desenvolvido por Samara Tavares Rocha, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM), CPF 002.763.962-27, matrícula nº 2210260, sob a coordenação e a responsabilidade da pesquisadora e Profa. Dra. Sandra Helena da Silva, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM) como docente, CPF 079.979.358-27, e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de 23/08/2022 a 31/03/2023, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Estou ciente de que no estudo serão realizadas com a aplicação de entrevistas estruturadas e que não será paga nenhuma quantia em dinheiro em favor das famílias entrevistadas.

Estou também ciente de que a qualquer momento tenho total liberdade de pedir maiores informações ao pesquisador envolvido neste projeto, no telefone: (92) 98106-5829 ou pelo e-mail: samtava@gmail.com.

Manaus, 23 de agosto de 2022.

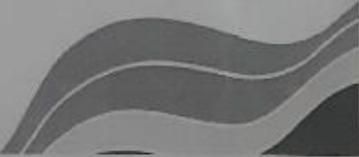


VIVIANE ALVES DA SILVA DUTRA
Subcoordenadora Setorial de Projetos Sociais

Av. José Afonso Pinheiro, 509, Centro
Fone: (92) 3978-7207 / 3978-7227
Manaus/AM - Cep: 69320-255

 **PROSAMIN+**
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Unidade Gestora de Projetos Especiais



ANEXO B – DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA	
Título da Pesquisa: A Implementação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM no Parque Residencial São Raimundo nos seus aspectos de garantia no acesso à habitação e a geração de trabalho e renda.	
Pesquisador Responsável: SÂMARA TAVARES ROCHA	
Área Temática:	
Versão: 2	
CAAE: 64637922.5.0000.5020	
Submetido em: 18/12/2022	
Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	
Situação da Versão do Projeto: Aprovado	
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável	
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio	
Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_2000989	

Fonte: <https://plataformabrasil.saude.gov.br>